



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Paulo Fernando Pereira Caetano Moreira

2º Ciclo de Estudos em História e Património: Ramo Estudos Locais e Regionais:
Construção de Memórias

A Batalha de Ponte Ferreira (Campo, Valongo, 1832): um processo memorialista e de
valorização patrimonial

2012

Orientador: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

Coorientador: Maria Helena Cardoso Osswald

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação:

Versão definitiva

Paulo Fernando Pereira Caetano Moreira

**A Batalha de Ponte Ferreira (Campo, Valongo, 1832):
um processo memorialista e de valorização patrimonial**



Fig. 1: Batalha de Ponte Ferreira | Autor: Alexander Ernest Hoffman¹

Mestrado em História e Património – Ramo de Estudos Locais e Regionais:
Construção de Memórias

PORTO

SETEMBRO DE 2012

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

¹ Palácio de Queluz, 1986, p. 170.

Agradecimentos

Aos meus três grandes amores, o João, o Rodrigo e a Marisa, pelo tempo que não lhes dediquei. À Marisa ainda pelo apoio e estímulo sempre dado.

À minha mãe que, à sua maneira, me incutiu o gosto pela História e me foi falando da batalha.

Uma palavra de agradecimento à D. Odete e ao Sr. Jorge pelo acompanhamento, quando necessário, do João e do Rodrigo, permitindo-me levar a bom porto este sonho.

Um agradecimento especial à Sr.^a Prof.^a Doutora Inês Amorim, pela orientação, interesse demonstrado e indicação de caminhos a percorrer.

Merecedora de uma palavra de agradecimento é ainda a Sr.^a Prof.^a Doutora Helena Osswald, coorientadora, pelo apoio e pelas pertinentes sugestões e informações sempre dadas.

À memória de meu pai.

Resumo

Partindo de um objeto em estudo, a batalha de Ponte Ferreira (ocorrida em 1832 durante as lutas liberais), nesta dissertação tentamos perceber e desconstruir um processo memorialista e de valorização patrimonial ao longo do tempo. O trabalho procurou, a partir do estudo do episódio bélico, centrar-se na verificação de como o mesmo pôde servir de base a reivindicações e benefícios subsequentes.

Constatámos que após o acontecimento ocorreram reivindicações e benefícios, individuais e coletivos, imediatos e posteriores, assim como os mesmos aconteceram a dois níveis o local e o global/nacional. Percebemos ainda como o episódio bélico e o lugar da sua ocorrência - uma ponte - se transformaram em valores apropriados (em património) e com os quais a população local se identifica.

Tentamos ainda perceber em que medida este episódio, inserido numa guerra civil mais vasta, contribuiu para o enquadramento na política nacional de uma preocupação crescente de formação e instrução militar, ao ponto de legitimar a tendencial organização de um exército permanente.

Abstract

In this thesis we tried to understand and deconstruct a memoirist process and of valorization of heritage over time, starting from an object under study, the battle of Ponte Ferreira (which occurred in 1832 during the Liberal Wars). Based on the study of this particular war episode, the work tried to focus on the examination of how it served as basis to subsequent claims and benefits.

We noticed that the event caused, individual and collective, immediate and after, claims and benefits, and the same happened at two levels: local and global / national. We also perceived how the martial episode and the place of its occurrence – a bridge – became appropriate values (heritage) which the native population identifies itself with.

We also tried to understand to what extent this episode, set in a wider civil war, contributed to frame the growing concern for military education and training in national policies, to the point of legitimizing the trending organization of a standing army.

Résumé

En partant d'un objet d'étude, la bataille de Ponte Ferreira (qui a eu lieu en 1832 pendant les guerres libérales), cette thèse a essayé de comprendre et de déconstruire un procès memorialiste et l'appréciation des actifs au fil du temps. L'étude visait évidemment étudier l'épisode bélique et constitue la base des revendications suivantes et les avantages.

On constate que l'événement a produit des revendications individuelles et collectives, immédiates et différées, soit aux niveaux local ou national. L'épisode guerrier a été le responsable de la valorisation patrimoniale de le pont avec laquelle la population locale s'y a identifiée.

Nous essayons de comprendre dans quelle mesure, même cet épisode, situé dans une vaste guerre civile, a contribué pour l'élaboration de la politique de préoccupation croissante pour l'éducation et la formation militaires, au point de légitimer l'organisation tendance d'une armée permanente.

Sumário

Siglas e abreviaturas	8
I – Introdução	9
1. Pressupostos, justificação e objetivos	9
2. Revisão e crítica bibliográfica	13
3. Fontes: delimitação e crítica	17
3.1. Delimitação e critérios de pesquisa	17
3.2. Crítica das fontes	18
3.2.1. Os diários oficiais	18
3.2.2. Os testemunhos	20
3.2.2.1. Narrativas expedicionárias bélicas	21
3.2.2.2. As memórias	26
3.2.3. As monografias locais	32
3.2.4. Corografias	33
3.2.5. Documentação da administração militar	34
3.2.6. Documentação administrativa	35
3.2.7. Outros documentos	35
4. Metodologia	36
II – Batalha de Ponte Ferreira: conhecimento e interpretação de um episódio	40
1. Introdução	40
2. Ponte Ferreira: o lugar e a ponte	40
3. Disputa de um ponto estratégico entre margens	47
3.1. Contextualização histórica	47
3.2. Os grupos em confronto	49
3.3 O dia anterior	54
3.4. A batalha	58
4. Relevância do acontecimento: ilações	64

III – Ecos do acontecimento: repercussões à época	65
1. Aproveitamentos e reivindicações	65
1.1. Recurso estratégico local	65
1.2. Reivindicações político – militares	74
1.2.1. As reivindicações imediatas	75
1.2.2. Promoções e condecorações	82
1.2.3. Os benefícios posteriores	85
1.2.3.1 Alguns casos	85
1.2.3.2. Os títulos nobiliárquicos	87
2. Valorização da glorificação: uma história encomendada	90
3. A batalha e a reivindicação de um exército nacional	94
IV – Conclusão	97
V – Referências	99
1. Fontes	99
1.1. Arquivos	99
1.2. Fontes impressas	101
1.3. Legislação	105
2. Bibliografia	106
2.1. História militar e do liberalismo	106
2.2. Metodologia	107
2.3. Bibliografia geral	107
VI – Anexos	111

Siglas e Abreviaturas:

A.D.P. – Arquivo Distrital do Porto
A.H.M. – Arquivo Histórico Militar
A.H.M.P. – Arquivo Histórico Municipal do Porto
A.H.M.V. – Arquivo Histórico Municipal de Valongo
A.H.P. – Arquivo Histórico Parlamentar
A.N.T.T. – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
A.P. – Arquivo Pessoal
B.P.F. – Batalha de Ponte Ferreira
B.P.M.P. – Biblioteca Pública Municipal do Porto
C.C.P. – Crónica Constitucional do Porto
C.C.L. – Crónica Constitucional de Lisboa
corresp. – Correspondência
doc. – Documento
ed. – Edição
extr. – Extraordinário
Fig. – Figura
G.L. – Gazeta de Lisboa
M.M.L. – Museu Militar de Lisboa
n.º - Número
p. – Página
P.F. – Ponte Ferreira
pp. – Páginas
R.V. – Reconhecimento de Valongo
s.d. – *Sine data* (Sem data)
sep. – Separata
s.l. – *Sine loco* (Sem lugar)
S.M.I. – Sua Majestade Imperial
s.n. – *Sine nomine* (Sem nome)
ss. – Seguintes
t. – Tipo
v. – Ver
vol. – Volume

I – Introdução

1. Pressupostos, justificação e objetivos

A batalha de Ponte Ferreira, ocorrida a 23 de Julho de 1832, no âmbito das lutas liberais que tiveram lugar durante a guerra civil (1832-1834)², é o objeto de estudo da presente dissertação de mestrado. Um acontecimento, uma batalha, que ficou na memória, que se invoca hoje, no quotidiano do atual concelho de Valongo. Por isto mesmo, consideramos que a reconstituição desta construção memorialista é um percurso de investigação que se justifica no âmbito de um mestrado em História e Património - ramo Estudos Locais e Regionais: Construção de Memórias

A escolha deste histórico episódio, que opôs os exércitos liberal (a que se atribui também a designação de constitucional, cartista, pedrista, libertador) e absolutista (conhecido também por miguelista, realista, usurpador), começa com a minha própria história. Nasci e cresci na mesma freguesia, Campo, concelho de Valongo, onde se insere o referido lugar de Ponte Ferreira, num lugar vizinho, a escassas centenas de metros. Desde a minha infância que ouço histórias e lendas acerca da batalha. Lembro, por exemplo, que acompanhando a minha mãe na passagem pelo lugar e ponte de Ponte Ferreira, não raras vezes fomos “obrigados” a parar e a escutar as histórias que a vizinha da ponte, D. Maria Leão (conhecida por Maria Leoa), contava e que, por sua vez, lhe terão sido transmitidas por antepassados. O fascínio começa aqui e o interesse pessoal por este episódio foi crescendo, chegando ao ponto de ir colocando a mim próprio questões, que foram amadurecendo e que neste trabalho me orientam.

O tema escolhido justifica-se, assim, pelo interesse simbólico que se gerou ao longo dos tempos (que me envolve, individualmente, num sentido afetivo e pessoal), e que se traduz, coletivamente, no reconhecimento do seu valor, pela comunidade envolvente, correspondendo, nomeadamente, ao concelho de Valongo, em torno de

² Alguns autores consideram que a guerra civil ocorre entre 1828 e 1834. A título de exemplo o caso de José Manuel Freire Nogueira (2004), que na sua obra *As Guerras Liberais: Uma Reflexão Estratégica sobre a História de Portugal* inclui, na guerra civil, o período que decorre após a chegada ao poder de D. Miguel em 1828. Para outros autores, como o que se segue, é considerado um período mais alargado, o da guerra civil, com começo em 1822, «*repartida em diversas fases, com interrupções*» e que em 1832, com o desembarque da força expedicionária liberal na costa continental, inicia «*uma outra fase, a decisiva*» (TEIXEIRA, 2004, p. 206).

Ponte Ferreira³. Este reconhecimento, no entanto, não é exclusivo de Valongo. O concelho de Paredes em certa medida também reivindica o facto histórico, nomeadamente a sua freguesia de Gandra⁴ como lugar de tal ocorrência, sinal do valor conferido que eleva qualquer uma das duas localidades a uma destacada posição à escala nacional, porque identificadas com um evento a esse nível.

Justifica-se, ainda, pela necessidade em conhecer o património local. A Ponte Ferreira, enquanto testemunho de um passado considerado de “glória” pelos locais, confere valor à região onde a ponte (e a batalha) se insere. Este património, herança do passado, localiza-se num ambiente rural, onde existe um conjunto arquitetónico, constituído pela ponte sobre o rio Ferreira, casa da portagem, alminhas, algumas habitações, antigo moinho hidráulico (atual Núcleo Museológico da Panificação), açude e canal de regadio. O conhecimento da história local e a sua valorização associada ao património material e imaterial, no qual se encontra inscrita a identidade e memória das populações, e a própria cultura civilizacional, potencialmente podem ser aproveitados em benefício dessa mesma população, justificando uma investigação acerca do processo de valorização de uma herança. Abordar este processo, e o facto histórico que o gerou, é, sem dúvida, associar e valorizar a história e o património local.

Surgindo então, com o mestrado, a oportunidade de trabalhar este tema, é meu propósito fazer uma tentativa de o aprofundar. O objetivo não é tanto a reconstituição histórica da construção de uma infraestrutura, do ponto de vista técnico-económico, de uma ponte, mas de uma ação – uma batalha, numa ponte. E parece ser esta dinâmica a

³ Ainda recentemente, em 2009 e 2010, se realizou no espaço da ponte, a peça teatral “A Batalha da Ponte Ferreira”, da autoria e encenação de Júnior Sampaio, da companhia ENTRETanto Teatro, sediada no Centro Cultural de Campo, com a participação de atores profissionais, membros de grupos de teatro amador do concelho de Valongo e formandos em ações de teatro e com o apoio do município. Foram realizadas cinco apresentações em cada um dos dois anos. Não se tratou de uma recriação histórica mais ou menos fiel do acontecimento, mas sim de uma peça satirizando a época em que ocorreu a batalha, nomeadamente a família real, como demonstram claramente os cartazes promocionais, apesar de se referirem a uma «*recriação in loco do acontecimento histórico*» (v. anexos 1 a 5).

Outros elementos como publicação de artigos em revistas municipais, quadros da ponte pintados por artistas locais, a exibição da imagem da ponte, pelo menos numa habitação, em Valongo, de um morador proveniente de Campo, são exemplos do reconhecimento simbólico coletivo em torno de Ponte Ferreira e da Batalha.

⁴ Veja-se por exemplo, o texto do projeto de lei n.º 34/IX, de 15/05/2002 (v. anexo 6), respeitante à elevação da freguesia de Gandra à categoria de cidade (que veio a ocorrer não há muitos anos, por publicação da Lei n.º 74/2003), onde, nas «*razões históricas*», a fundamentação é feita também com base na batalha. Num passado mais distante, em 1919, o «*snr. Manoel António Nogueira da Rocha, ilustre professor de Gandra*», onde se encontrava há 46 anos, informa (cremos que por solicitação) o autor da *Monografia de Paredes...* (BARREIRO, 1922, p. 395-397), que a batalha ocorreu apenas dentro dos limites da freguesia e diz que «*devia chamar-se Batalha de Gandra*». Inclusive, a informação (v. anexo 7) que contém ainda um caricato episódio associado, segue acompanhada de «*um ligeiro esboço*» do local (v. anexo 8).

reter. Perseguir um acontecimento, ocorrido em 1832, reconstituir o(s) facto(s) do episódio, ficar a conhecer o acontecimento histórico, associado à história local e nacional. Mas como perseguir esta memória que conferiu a um objeto – uma ponte e uma batalha – um sentido patrimonial (herança, memória, património, identidade concelhia e mesmo regional)?

A batalha de Ponte Ferreira pode ser abordada a partir de diferentes perspetivas. Para o trabalho aqui empreendido é feita não só uma investigação quanto à verificação histórica do facto, mas também quanto ao processo de (des)construção histórica e memorialista ao longo do tempo. Assim sendo, as grandes questões que se colocam à partida são: como se explica que um episódio bélico (batalha de Ponte Ferreira) tenha perdurado na memória local e se tenha transformado num património identitário, que ainda hoje tem tanto fulgor? E como se construiu este processo ao longo do tempo?

Trata-se de uma aproximação que exige uma pesquisa histórica metodologicamente consistente, de reconstituição minuciosa da batalha, dada a inexistência de um estudo específico, o que não deixa de ser significativo. Até ao início do mestrado, o que conhecia escrito sobre a história da batalha era muito pouco. Uma monografia local de Valongo, alguns artigos, que praticamente se repetiam uns aos outros, e breves referências em alguma bibliografia sobre história de Portugal, contando, quase sempre, os factos na perspetiva dos vencedores e repetindo-se mutuamente. Não era suficiente! Queria conhecer mais acerca da importância do acontecimento que poderá ter sido a primeira grande batalha da guerra civil (1832-1834) e uma das tentativas de furar e evitar o cerco que, em torno do Porto, se estava a desenhar e ocorreria até 1833.

A ponte que deu nome ao lugar, e este por sua vez ao episódio, é um marco identitário para o concelho de Valongo, não pela sua grande monumentalidade, que, apesar de ser uma edificação de interesse, não a tem, mas sim pela memória que foi construída localmente em torno da história da batalha. Esta interação é património, o qual parece inscrito na identidade e memória das populações. Conforme mais à frente iremos verificar na segunda parte do trabalho, esta memória desde cedo foi reivindicada e aproveitada pelo concelho, de início com um pedido, justificado com base na ocorrência da batalha, à rainha D. Maria II, e mais tarde com a inserção de uma imagem da própria ponte, enquanto elemento representativo do episódio bélico, no primeiro brasão da então vila de Valongo. É assim, meu objetivo científico, na presente dissertação, desconstruir este processo e perceber como se deram, à época, estas

repercussões de aproveitamento local, de apropriação e valorização destes elementos como um recurso patrimonial e memorialista, bem como, perceber se se trata de uma criação imaginada.

O passado só existe com memória. A batalha perpetuada na memória da população, que reconhece tratar-se de um acontecimento, com o qual se identifica, tornou-se num símbolo identitário e prestigiante localmente. A sua perspectiva é local e próxima da memória que é avivada continuamente, em trono da ponte e da batalha. A população identifica-se assim com este património, sobre o qual há uma memória coletiva respeitante ao episódio bélico⁵, enquanto fator de prestígio (de algum orgulho mesmo) e de reivindicação local mesmo no presente.

Com o desenrolar da investigação apercebemo-nos de que, a par deste processo local de construção memorialista e de reivindicação, um outro global, designadamente político-militar, também surgiu à época, logo a seguir à batalha e posteriormente, pelo séc. XIX adiante, conforme iremos tentar demonstrar.

⁵ Atualmente ainda a tradição oral associa uma manifestação cultural que ocorre, anualmente, no dia de S. João (24 de junho) na vizinha freguesia de Sobrado com a batalha. Trata-se da festa da Bugiada e Mouriscada. Uma representação com uma luta entre mouros e cristãos. Manuel Pinto (1983, p. 34), baseando-se nessa tradição refere que «*apesar do combate e do fragor da artilharia, a festa da Bugiada fazia-se com o mesmo brilho na freguesia apesar de segundo se diz a população ser obrigada a abastecer com mantimentos, as tropas de D. Miguel*». De facto há na tradição a ideia de que a batalha de Ponte Ferreira não obrigou à suspensão da festa, mesmo com o som da artilharia por perto. Acontece que não há dúvidas quanto à data da batalha (23 de julho de 1832) e muito provavelmente a festa não se realizou fora do habitual dia de S. João. Então porquê esta associação? A guerra civil de 1832-1834, inicia-se com o desembarque das tropas liberais e consequente abandono, no dia seguinte, da cidade do Porto pelas forças leais a D. Miguel (dias 8 e 9 de julho). Este início dá-se então já depois do S. João e somente quinze dias decorridos do desembarque viria a ocorrer a batalha, quando já se estava a desenhar o cerco do Porto, que duraria um ano, até agosto de 1833. É então em 1833 que temos um S. João enquanto durava o cerco e em plena guerra civil. Nesta altura Sobrado encontra-se sob domínio miguelista, o que justifica o fornecimento das tropas. Após o levantamento das linhas do Porto, a 18 de agosto de 1833, a zona que engloba Ponte Ferreira voltaria a ser palco de lutas entre realistas e constitucionais. A batalha de Ponte Ferreira, apesar de ter ocorrido um ano antes, perduraria na memória por ter sido o episódio mais marcante das redondezas. Estará aqui então o fundo de verdade para a tradição oral, que se traduz ela mesmo numa apropriação da batalha pelos sobradenses. Sendo a festa de sobrado evocativa de episódios antigos de conflitos entre cristãos e muçulmanos, em interpretação própria, adaptada aos “novos tempos” de cada época, com a representação de uma batalha, entende-se esta apropriação.

2. Revisão e crítica bibliográfica

A pesquisa bibliográfica sobre as diversas matérias abordadas neste trabalho, história, história militar, conhecimento militar, identidade, memória e património, centrou-se essencialmente na Biblioteca Pública Municipal do Porto, Biblioteca do Museu Militar do Porto, Biblioteca Municipal de Valongo, Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal do Porto/Casa do Infante, Biblioteca Municipal da Maia, Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e por alguns *e-books* disponíveis na *internet*. A escolha da diversa bibliografia assenta nomeadamente na informação obtida acerca das lutas liberais, cerco do Porto, história militar, conhecimento militar, história da época e monografias locais, assim como sobre conceitos como identidade, memória e património.

Toda a bibliografia selecionada, que se considera pertinente para a investigação, serve para o enquadramento da conjuntura histórica, para auxiliar na interpretação e reconstituição do episódio, assim como ajuda a perceber o mundo bélico, que faz guerra, querendo obter resultados pessoais e coletivos. Serve ainda para justificar quão importante foi e é o acontecimento ao nível nacional e o processo ou processos de valorização e construção memorialista.

Da leitura da diversa bibliografia verificou-se que acerca da batalha de Ponte Ferreira, ocorrida praticamente no início da guerra civil de 1832-1834, não existe um trabalho específico, exaustivo e exclusivo, constatando-se apenas abordagens, umas mais superficiais, com meras referências, outras mais aprofundadas, mas limitadas a alguns capítulos dedicados ao episódio. São, em todos os casos, obras dirigidas a outras temáticas. Seja como for, a referência à batalha de Ponte Ferreira figura em imensa bibliografia, mesmo que episodicamente, produzida desde a época até aos nossos dias.

Sublinhe-se, contudo, que das obras existentes algumas devem considerar-se como fontes primárias, porque se trata da autoria de intervenientes diretos nos acontecimentos, mesmo dando-lhes um cunho, propositadamente, de narrativa histórica. Estas serão analisadas no ponto 3.

Trabalhos de natureza contextual, mais recentes, nomeadamente acerca, da Guerra Civil e estudos sobre as áreas militar e política do século XIX, foram essenciais, cujo conteúdo se poderá aqui sintetizar.

Por exemplo, *Os Militares e a Política (1820-1856)* da autoria de Vasco Pulido Valente⁶. Trata-se de um estudo onde o autor analisa formas de intervenção militar na política, nomeadamente do período que vai desde a chamada “revolta” ou “revolução” liberal de 1820 e o ano de 1856. Este autor estuda ainda «a evolução do estatuto político do exército»⁷ no período referido. Aborda, ainda que brevemente, a batalha de Ponte Ferreira.

Outros trabalhos, neste caso da autoria de Maria de Fátima Bonifácio⁸ como *Um aristocrata no cabralismo*, *O Século XIX Português* e *Uma História de Violência Política: Portugal de 1834 a 1851*, são usados. O primeiro para analisarmos a informação produzida pelo Marquês de Fronteira e d’Alorna, enquanto fonte primária. O segundo para o enquadramento histórico do acontecimento em estudo e o terceiro para estudo das reivindicações político-militares durante o século XIX.

Ainda para análise das reivindicações político militares apoiamo-nos em *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX* e *Intervencionismo militar e modernização em Portugal no século XIX*, da autoria de Fernando Pereira Marques⁹, sociólogo e político, assim como do trabalho *O Exército e a Sociedade, na Segunda Metade do Século XIX - Reflexões para um Estudo* de Isilda Braga da Costa Monteiro¹⁰.

Para análise das narrativas expedicionária (analisadas em fontes primárias), e principalmente por um dos seus autores George Lloyd Hodges, baseamo-nos num trabalho de mestrado, *Contributos da Tradução para a Historiografia Portuguesa: Reflexões pré e para-tradutivas em torno da “Narrativa da Expedição a Portugal em 1832”*, da autoria de Ivo Rafael Gomes Silva¹¹.

Para a análise de uma outra fonte primária, Luz Soriano, auxiliamo-nos de outros três trabalhos. Um da investigadora Conceição Meireles Pereira¹², *A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro no Confronto Absolutismo/Liberalismo. A Destruição dos Armazéns de Gaia em 1833* e dois trabalhos de mestrado, *Simão José da Luz Soriano De Liberal Inflamado a Homem Conformado*, da autoria de Paulo Jorge

⁶ VALENTE, 2005.

⁷ VALENTE, 2005, p. 6.

⁸ BONIFÁCIO, 2002, 2003, 2009.

⁹ MARQUES, 1999.

¹⁰ MONTEIRO, 2004.

¹¹ SILVA, 2010.

¹² PEREIRA, 2008.

Pontes Ramos¹³ e *Portugal Perante o Sistema Internacional dos Finais do Século XVIII – 1792-1807*, de Miguel Alexandre Dantas da Cruz¹⁴.

Do autor Fernando Dores Costa¹⁵ utilizámos, para o estudo das reivindicações político-militares *O fundamento da autoridade: as políticas de identidade e a inscrição social da ameaça exterior*, assim como *Insubmissão: Aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*.

Da autoria de António Cruz¹⁶ utilizamos o trabalho, *Pampelido: A Primeira Batalha do Cerco do Porto*, publicado no Boletim do Arquivo Distrital do Porto, em 1982. Faz o enquadramento histórico do desembarque das tropas liberais vindas da ilha Terceira. Questiona se terá sido a primeira batalha do Cerco do Porto, pelo que é útil para reflexões quanto à importância da batalha de Ponte Ferreira e se terá sido efetivamente a primeira grande batalha da guerra civil.

Especificamente acerca das lutas liberais de destacar a obra *As Guerras Liberais: 1820 – 1834*, de António Ventura¹⁷, historiador e professor catedrático na Faculdade de Letras de Lisboa, cujo capítulo *O Combate da Ponte Ferreira ou da Granja* poderia indiciar um estudo mais minucioso. Contudo, apesar de ser uma obra relativamente recente, excetuando a indicação precisa no que respeita à quantidade de soldados (não são números redondos como habitualmente se encontram), praticamente diz o que outros já disseram. Indica alguma bibliografia, no entanto não referencia fontes usadas no texto.

A clássica *História do Exército Português*, do general Ferreira Martins¹⁸, editada já no ano de 1945, revela a história do exército visto por um militar de carreira já na reserva. Aponta bibliografia e é útil na análise das movimentações dos exércitos no campo de batalha em Ponte Ferreira (ou Granja, conforme refere), “corpos” envolvidos, indica personalidades e descreve material bélico que interessa conhecer. Apesar de indicar bibliografia não cita as fontes. Inclui interessante gravura (V. anexo 24) da batalha aqui em estudo, a qual também usamos.

¹³ RAMOS, 2011

¹⁴ CRUZ, 2008.

¹⁵ COSTA, 2009, 2010.

¹⁶ CRUZ, 1982.

¹⁷ VENTURA, 2008.

¹⁸ MARTINS, 1945.

O trabalho de João Freire¹⁹, *Elementos de Cultura Militar: Glossário de termos linguísticos e estudo introdutório sobre organização e simbólica castrense*, é-nos útil principalmente para nos ambientarmos à cultura militar, assim como nos auxilia com o seu glossário.

Para a caracterização da freguesia de Valongo, em vésperas da batalha, utilizamos os trabalhos de mestrado *A padeira de Valongo - Entre o Mito e a Realidade: Caracterização sócio-profissional de S. Mamede de Valongo na segunda metade do século XVIII* e *A Igreja Matriz de Valongo: Arquitectura (1794-1836)*, da autoria, respetivamente, de Maria Adelaide Gonçalves de Almeida Lima²⁰ e Maria José Coelho Azevedo²¹.

Ainda para caracterização do espaço e, nomeadamente no que respeita a questões da organização administrativa local suportamo-nos em *Território e Poder: Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal* de Luís Nuno Espinha da Silveira²², onde neste trabalho é abordada a questão da origem da atual divisão administrativa, iniciada com o liberalismo.

Para no orientarmos no que à metodologia diz respeito, baseamo-nos em *Métodos e Técnicas de Estudo e Elaboração de Trabalhos Científicos*, Maria Olívia Dias²³, *Como Elaborar Projectos de Pesquisa*, de Alberto Carlos Gil²⁴ e *Metodologia da Investigação, Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos*, de Gonçalo de Vasconcelos Sousa²⁵.

A utilização de obras não se esgota nas aqui referidas, pelo que baseamo-nos ainda em outras (elencadas nas referências bibliográficas e registadas em notas de rodapé, sempre que utilizadas), de um modo geral, para enquadramento histórico, caracterização espacial, história e história militar, por as consideramos extremamente importantes para darem respostas às diversas questões formuladas. Nelas se consegue obter informações pertinentes para a investigação, no cruzamento de dados e sua confirmação.

¹⁹ FREIRE, 2011.

²⁰ LIMA, 2000.

²¹ AZEVEDO, 1999.

²² SILVEIRA, 1997.

²³ DIAS, 1999.

²⁴ GIL, 2002.

²⁵ SOUSA, 1998.

3. Fontes: delimitação e crítica

3.1 Delimitação e critérios de pesquisa

Numa procura da interpretação e reconstituição dos factos e das suas repercussões à época, um dos primeiros passos foi o de encontrar fontes primárias contemporâneas. Por isso a procura dos periódicos oficiais, publicados pelas duas facções intervenientes (liberal e absolutista), serviu para aferir, logo após o episódio bélico, um momento de identificação do processo de construção memorialista da batalha.

Foram também seleccionados os testemunhos de intervenientes (em alguns casos extensos capítulos dedicados a Ponte Ferreira), sob a forma de memórias e de narrativas expedicionárias (no caso de militares estrangeiros), a documentação da administração militar e ainda documentos panfletários dados à estampa na época.

Com menor peso (mas sem menor importância) na presente investigação é a documentação produzida pelas entidades administrativas públicas (municipal e intermédia), com influência no território onde se deu a batalha. As pesquisas foram efetuadas, por palavras-chave ou conjugação de palavras, tais como: ponte, Ferreira, batalha, Granja, batalha de Ponte Ferreira, Valongo, Vallongo, etc., nos seguintes arquivos²⁶: Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo Distrital do Porto, Arquivo Histórico Militar, Arquivo Histórico Municipal do Porto - Casa do Infante, Arquivo Histórico Municipal de Valongo, Arquivo da Câmara Municipal de Paredes e Biblioteca Pública Municipal do Porto. A pesquisa na *internet* (sempre que possível), não se ficou por estes arquivos, sendo que a maior parte das narrativas expedicionárias, e em número significativo, se encontram *on-line*. Posto isto, para a exequibilidade do presente trabalho naturalmente houve necessidade de delimitar. As fontes seleccionadas merecem uma análise das suas potencialidades e debilidades, caso a caso.

²⁶ Houve ainda uma tentativa de pesquisar no Arquivo da Câmara Municipal da Maia, mas não nos foi facultado o acesso à documentação, por parte dos responsáveis, apesar de encetados esforços nesse sentido.

3.2. Crítica de fontes

3.2.1 Os diários oficiais

a) A *Gazeta de Lisboa*²⁷

Diário oficial do governo miguelista, a *Gazeta de Lisboa* impressa na *Impressão Régia* na capital, divide-se em *parte oficial* e *parte não oficial*. Genericamente na parte oficial são publicados, entre outros, a legislação e avisos oficiais. Na parte não oficial, notícias estrangeiras, notícias utilitárias, listagens de doadores para esta ou aquela causa, notícias políticas e propagandísticas a favor do trono de D. Miguel, e, até mesmo, avisos publicitários. A partir do desembarque e entrada dos liberais na cidade do Porto, este periódico vinca mais a sua faceta panfletária a favor da causa miguelista. Viria a ser substituída pela *Crónica Constitucional de Lisboa*, após a entrada triunfante dos liberais na capital, a 24 de julho de 1833, um ano depois do início da guerra civil. No que respeita ao episódio em estudo neste trabalho, as notícias, inseridas na *Gazeta de Lisboa*, na sua maioria ofícios dos comandantes miguelistas, são publicadas alguns dias depois, devido às dificuldades da época e à distância que separa o espaço onde se dá a contenda (dentro dos limites do atual Grande Porto) e a cidade de Lisboa. Apesar de se tratar de uma fonte parcial, porquanto é um periódico de uma facção político-militar envolvida numa guerra civil, produzido em tempo de guerra e de contrainformação, com uma perspetiva de endeusar a sua causa e diabolizar o inimigo, não se descurou a sua utilização pelos dados que fornece, sendo que, com a devida cautela e, tanto quanto possível, com a corroboração da informação por outras fontes. Acresce que, para o presente trabalho, esta fonte é importante na medida em que é mais escassa a documentação emitida pela facção miguelista. Parece que aos vencidos não lhes foi, tão facilmente, facultada a preservação da memória.

b) A *Crónica Constitucional do Porto*²⁸

A *Chronica Constitucional do Porto* é o diário oficial do governo liberal²⁹, que se instalara na cidade do Porto, ao serviço da causa que viria a pôr termo ao governo

²⁷ Foi utilizada essencialmente uma compilação que abrange os periódicos do n.º 154, do dia 2 de julho de 1832, ao n.º 309, do dia 31 de dezembro de 1832 (pp. 769-1502. 2.º semestre de 1832.).

²⁸ Foi utilizada essencialmente uma compilação que abrange os periódicos do n.º 1, do dia 11 de julho de 1832, ao n.º 144, do dia 31 de dezembro de 1832 (pp. 1-632. 2.º semestre de 1832.).

absolutista de D. Miguel. O seu primeiro número é emitido a 11 de julho. Tal como a *Gazeta de Lisboa*, possui parte oficial e parte não oficial. De um modo geral, na parte oficial publica legislação, avisos, proclamações, editais e notícias oficiais de apoio à causa. Sendo abertamente um periódico de natureza propagandística, a sua parte não oficial assume mais um papel panfletário na crítica ao absolutismo, raiz de todos os males, e a favor dos interesses da causa constitucional, de D. Pedro e da sua filha D. Maria II. Esta parte não oficial dá à estampa textos que servem uma contrainformação em tempo de guerra. Por exemplo, sobre o nosso objeto de investigação, logo após a batalha, é publicado, no dia 26 de julho, um texto datado do dia anterior, referindo não ser possível dar à estampa «a parte oficial [...] por quanto ella depende dos relatorios parciaes», dos comandantes das divisões, no entanto já atribuem uma «brilhante victoria»³⁰ ao episódio. Ainda sobre a batalha, publica desde notícias extraordinárias, ofícios dos comandantes liberais, condecorações, entre outros. Quanto à distância, neste caso, entre o local do evento e o local da redação do periódico, é curta, pouco mais de uma dezena de quilómetros de Ponte Ferreira à cidade do Porto. A cautela em usar a *Gazeta de Lisboa* é usada na *Crónica Constitucional do Porto*, obviamente por idênticas razões das já acima apontadas, mas precisamente na perspetiva oposta. A 25 de julho de 1833, veio a ser substituída a *Crónica Constitucional do Porto* pela *Crónica Constitucional da Cidade do Porto*³¹.

d) *Crónica Constitucional de Lisboa*³²

A produção deste periódico inicia-se, a 25 de julho de 1833, no dia seguinte à entrada dos liberais na capital, conforme acima vimos. Substituindo o diário oficial ao serviço dos miguelistas, passa a ser um meio de propaganda do governo liberal, agora instalado na cidade de Lisboa. A utilização deste periódico prende-se com a verificação de alguns pormenores relativos à ocupação da área (onde ocorreram os factos de Ponte

²⁹ Sucedeu à *Chronica, Semanario dos Açores*, que por sua vez havia sucedido à *Chronica, Semanario da Terceira*, e este sucedido à *Chronica da Terceira*. O último exemplar da *Chronica, Semanario dos Açores*, o n.º 41 e seu suplemento (foram emitidos apenas três números de uma numeração que já vinha do antecessor), foi emitido pelos liberais a 29 de maio de 1832, mês anterior ao da partida rumo à costa Portuguesa (CANTO, 1888, p. 182).

³⁰ C.C.P., n.º 9 de 26/7/1832, parte não oficial, p. 43.

³¹ Para este trabalho fizemos pesquisas na *Crónica Constitucional da Cidade do Porto* para descartarmos a ideia de uma possível criação do concelho de Valongo anterior a 1836.

³² Foram utilizadas duas compilações que abrangem os anos de 1833 e 1834. A de 1833 do n.º 1, de 25 de julho, ao n.º 135, de 31 de dezembro. A de 1834 do n.º 136, de 1 de janeiro, ao n.º 152, de 30, de junho.

Ferreira), aquando do levantamento do cerco do Porto, e o posterior apoio dos habitantes de Valongo à causa liberal já no ano de 1834.

3.2.2. Os testemunhos

Os testemunhos que encontramos, quer sob a forma de memórias³³ escritas, quer narrativas expedicionárias de estrangeiros, nomeadamente oficiais britânicos, encontram-se listados no quadro 1 que se segue. Embora nos pareça que todos são muitos importantes, aqui apenas analisamos os usados no presente trabalho. As narrativas expedicionárias seguiram-se à *Gazeta de Lisboa e Crónica Constitucional do Porto*, as primeiras na construção memorialista, sendo que entre as narrativas o coronel George Lloyd Hodges foi o pioneiro. A análise nas memórias e narrativas expedicionárias dirigiu-se essencialmente, mas não exclusivamente, aos capítulos que mencionam o episódio. Neste caso dos testemunhos, existe uma quantidade significativa de publicações encontradas, como se verifica pelo quadro 1, onde são elencadas cronologicamente, por data da primeira edição. Indicamos ainda o local onde foram editadas.

Quadro 1: Relação de narrativas expedicionárias e memórias publicadas

Título	Autor	1. ^a ed. ³⁴	Local
<i>Narrative of the expedition to Portugal in 1832, under the orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza</i>	HODGES, Georg Lloyd	1833	Londres
<i>Memorias da campanha do Senhor D. Pedro d'Alcantara, ex-Imperador do Brazil, no reino de Portugal: com algumas noticias anteriores ao dia do seu desembarque</i>	MATTOS, Raimundo José da Cunha	1833	Rio de Janeiro
<i>The british battalion at Oport: with adventures, anedoctes and exploits in Holland at Waterloo and in the expedition to Portugal / by Corporal Knight.</i>	KNIGHT, Thomas	1834	Londres
<i>An account of the war in Portugal between Don Pedro and Don Miguel</i>	NAPIER, Charles	1836	Londres
<i>Campanhas de Portugal em 1833 e 1834 Relação dos Principaes Acontecimentos e das Operações Militares desta Guerra</i>	PARDOUX, Barão de Saint	1836	Lisboa
<i>A Guerra Civil em Portugal: O Sítio do Porto e a Morte de Don Pedro: Por hum Estrangeiro</i>	OWEN, Hugh	1836	Londres
<i>Personal memoirs and correspondence of Colonel Charles Shaw K. C. T. S., &c. of the portuguese service and late brigadier-general, in the British Auxiliary Legion of Spain; comprising a narrative of</i>	SHAW, Charles	1837	Londres

³³ Nas memórias são englobadas as obras sobre história (geral e específica da guerra civil) da autoria de intervenientes nos acontecimentos.

³⁴ No caso de obras com dois ou mais volumes a data indicada é sempre respeitante à edição do primeiro.

<i>the War for constitutional liberty in Portugal and Spain, from its commencement in 1831 to the dissolution of the British Legion in 1837</i>			
<i>O Cerco do Porto: Em 1832 para 1833: Por um Portuense</i>	ANÓNIMO	1840	Porto
<i>História do Cerco do Porto precedida de uma extensa noticia sobre as diferentes phazes politicas da monarchia desde os mais antigos tempos até ao anno de 1820, e desde este mesmo anno até ao começo do sobredito cerco</i>	SORIANO, Simão José da Luz	1846 ³⁵	Lisboa
<i>Revelações da Minha Vida e Memorias de Alguns Factos e Homens Meus Contemporâneos.</i>	SORIANO, Simão José da Luz	1860	Porto
<i>Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna: D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto: ditadas por ele próprio em 1861</i>	BARRETO, José Trazimundo Mascarenhas Barreto ³⁶ (ANDRADA, Ernesto de Campos de (coord.))	1861 ³⁷ (1926-1832)	Coimbra
<i>História da Guerra Civil em Portugal e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal: Compreendendo a História Diplomática, Militar e Política d'este desde 1777 até 1834.</i>	SORIANO, Simão José da Luz	1866	Lisboa
<i>Réplica a um folheto recentemente publicado com o título de carta do general Augusto Xavier Palmeirim ao Sr. Simão José da Luz Soriano a propósito de duas paginas da sua história do Cerco do Porto impressa no anno de 1849</i>	SORIANO, Simão José da Luz	1869	Lisboa
<i>The wars of succession of Portugal and Spain from 1826 to 1840</i>	BOLLAERT, William	1870	Londres
<i>Portugal Antigo e Moderno: Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biografico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande numero de aldeias</i>	LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho	1876	Lisboa

Neste trabalho de dissertação, os testemunhos, que constituem parte no processo de memorialização, servem essencialmente para a reconstituição do facto em investigação, o episódio bélico. Faz-se aqui uma análise crítica dos testemunhos em separado, por um lado as memórias, por outro as narrativas expedicionárias. Começamos então por estas.

3.2.2.1. Narrativas expedicionárias bélicas

Trata-se de relatos da autoria de militares estrangeiros, nomeadamente britânicos, intervenientes na contenda militar entre miguelistas e liberais, publicados a

³⁵ A publicação do vol. 1 que usamos é de 1889 com edição no Porto.

³⁶ Em referências (fontes impressas) a obra está identificada pelo nome do coordenador da edição iniciada em 1926.

³⁷ 1861 é o ano em que foram ditadas as memórias. A publicação em 5 volumes iniciou-se em 1926.

partir de 1833, antes mesmo da guerra civil haver terminado. Narram os acontecimentos testemunhados, direta ou indiretamente, entre os quais o episódio aqui em investigação, com capítulos específicos a ele dirigido. São importantes pelo «*seu relevante teor historiográfico, a sua mais-valia enquanto fonte, o seu cariz documental de acontecimentos vividos, presenciados, testemunhados na primeira pessoa pelos respectivos autores*». Estas narrativas originalmente editadas «*no seu próprio idioma por militares estrangeiros, sobretudo oficiais, de naturalidade britânica, que foram protagonistas directos e, nalguns casos mesmo, decisivos para o curso e desfecho deste relevante capítulo da História de Portugal*»³⁸, a guerra civil. Foram sobretudo publicadas em inglês, sendo que em alguns casos vieram a ser traduzidas para Português. Vamos então analisar, de seguida, algumas narrativas expedicionárias (e os seus autores) pertinentes para este trabalho.

A obra *Narrative of the expedition to Portugal in 1832, under the orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza*, da autoria de George Lloyd Hodges, foi publicada em Londres em dois volumes no ano de 1833, ainda antes do final da contenda entre miguelistas e liberais. Para a análise desta narrativa baseamo-nos numa dissertação de mestrado, já acima referida, de Ivo Rafael Silva, onde Hodges e a sua obra são examinados profundamente, num âmbito mais alargado de abordagem à temática da tradução das narrativas expedicionárias relativas à guerra civil liberal³⁹. George Lloyd Hodges, nascido na Irlanda em 1790, alista-se no exército aos 16 anos de idade. Depois de várias experiências militares «*em 1830 [...] aceitaria o comando dos auxiliares estrangeiros de D. Pedro. A partir deste momento, a vida do coronel Hodges confunde-se com a própria história do Exército Libertador. Tomou parte ab initio nos preparativos para o arranque da Expedição em Londres, em finais de 1831*»⁴⁰. Depois da ilha Terceira e do desembarque na costa continental portuguesa, Hodges e os militares sob seu comando, no dia 23 de julho, em Ponte Ferreira, «*seriam protagonistas de uma das mais famosas batalhas da História da Guerra Civil em Portugal [...]. Pela distinta conduta dos seus homens, o Coronel Hodges foi agraciado com a Ordem da Torre e Espada*»⁴¹. Depois de outras ações, encontrando-se o seu destacamento necessitado de apoio logístico, pondera demitir-se. Contudo, antes disso,

³⁸ SILVA, 2010, introdução.

³⁹ 1828-1834 é o período de guerra civil considerado na dissertação de Ivo Rafael Gomes da Silva (2010).

⁴⁰ SILVA, 2010, p. 44.

⁴¹ SILVA, 2010, p. 45.

foi exonerado do «*comando dos exércitos inglês e francês e de dois batalhões portugueses – passando exclusivamente a comandante do regimento britânico*», segundo o próprio sem qualquer explicação. Não aceitando, no dia seguinte apresentou a demissão e solicitou, ao Marquês de Palmela, a entrega a D. Pedro, da Ordem de Torre e Espada, distinção que lhe havia sido conferida após a batalha de Ponte Ferreira. A 16 de Novembro de 1832, o homem exigente, rígido e disciplinador, abandona Portugal, levando «*consigo uma enorme mágoa pela forma abrupta como terminara a sua missão militar ao serviço da causa liberal, na qual tinha posto toda a sua determinação, conhecimento, experiência, dedicação e empenho, e de cujo valor de liberdade era tão acérrimo defensor. Cinco anos depois, inicia a sua carreira diplomática*»⁴². Apesar do presente trabalho, na parte da interpretação do episódio, não abranger o período que se segue ao abandono de Portugal por Hodges, é de referir que a sua «*narrativa prossegue, e [...] o relato passa a fazer-se não por via de factos vivenciados pelo narrador na 1ª pessoa, mas sim por via de informes e documentos por si recolhidos*»⁴³. Ivo Rafael Silva, para demonstrar a importância e o potencial desta narrativa enquanto fonte, supondo que o prefácio (não assinado) da obra é da autoria do próprio Hodges, auxilia-se do mesmo, porquanto, a partir deste, verifica quais as suas intenções. Conclui que não se trata de uma narrativa com «*uma atitude justiceira do autor, possivelmente revisionista e/ou egocêntrica*», pois Hodges nega expressamente tal intento, denunciando, no dizer de Ivo Silva, «*implicitamente a existência desse comportamento por parte de autores homólogos*», e, continua Ivo Rafael Silva, «*a narrativa tornar-se-á, assim, na interpretação do próprio autor, uma possível (e credível) fonte historiográfica, com claros propósitos testemunhais*»⁴⁴. Conclui ainda «*que o autor do relato, George Lloyd Hodges, se enquadra na figura narratológica que Genette*⁴⁵ *identificou e apelidou por homodiegético*», pois, «*e apesar de ter sido interveniente directo na Empresa Liberal, [...] não é o “herói” da sua própria narrativa, porquanto*

⁴² SILVA, 2010, p. 46.

⁴³ SILVA, 2010, p. 60-61.

⁴⁴ SILVA, 2010, p. 49-50.

⁴⁵ «*De acordo com Gérard Genette, distinguem-se “dois tipos de narrativas: uma de narrador ausente da história que conta, a outra de narrador presente como personagem na história que conta”*[GENETTE, 1996, p. 243-244]. *Ao primeiro tipo de narrador designou por heterodiegético, ao segundo por homodiegético. Dentro deste último e de acordo com o mesmo autor existem duas vertentes: “uma em que o narrador é o herói da sua narrativa, e a outra em que não desempenha senão um papel secundário, que acontece ser, por assim dizer sempre, um papel de observador e de testemunha”*[GENETTE, 1996, p. 244]» (apud SILVA, 2010, p. 28).

ele foi apenas parte de um todo – a Expedição –, ao serviço de um Rei (D. Pedro IV) e de uma causa colectiva (Liberalismo)»⁴⁶.

A narrativa expedicionária de Hodges, que conforme já vimos foi publicada em Londres em 1833, na década de 50 do século passado foi objeto de tradução por João Hickling Anglin. Contudo, de acordo com Ivo Rafael Silva, esta tradução enferma de alguns problemas, sendo «*necessária uma nova edição e uma tradução que tenha presentes aspectos determinantes quer do foro linguístico, quer do foro histórico-cultural*», para um melhor «*aproveitamento do original enquanto fonte capaz de servir a historiografia portuguesa sobre a Guerra Civil*»⁴⁷. Apesar das enfermidades da tradução, usamo-la na medida em que é facilitadora do trabalho, sem contudo, na decorrência de dúvidas, nos coibirmos de consultar o original. A utilização da narrativa expedicionária de Hodges é principalmente usada na reconstituição dos acontecimentos objeto deste trabalho de investigação. A obra de Hodges publica uma planta da região do Porto, a qual aqui se reproduz (fig. 2 e fig. 3). A localidade de Ponte Ferreira encontra-se assinalada com a respetiva data da batalha.

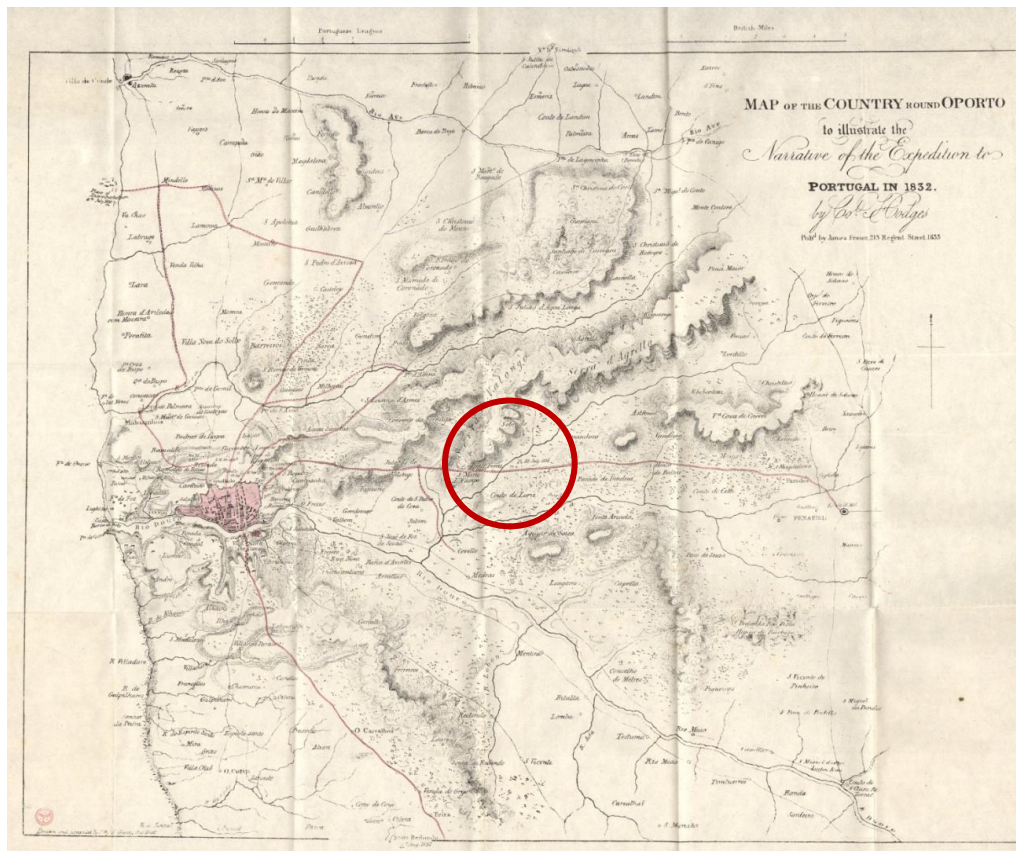


Fig. 2: Mapa da região do Porto, 1832 | Fonte: obra de Hodges, Biblioteca Nacional de Portugal

⁴⁶ SILVA, 2010, p. 29-30.

⁴⁷ SILVA, 2010, p. 91.

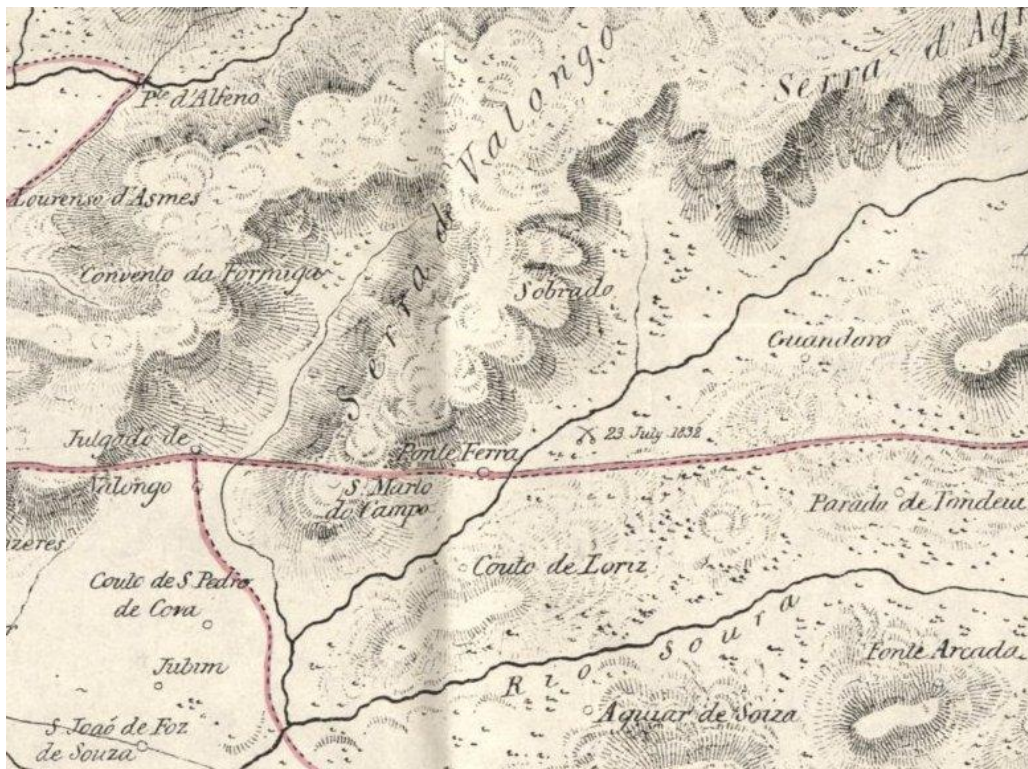


Fig. 3: Pormenor do mapa da fig. 2.

Outros autores de narrativas expedicionárias são usados, embora o seja mais amplamente a do coronel Hodges. Assim, trabalhos dos autores como Raimundo José da Cunha Matos, Thomas Knight, Charles Napier, Barão de Saint Pardoux, Hugh Owen, Charles Shaw, William Bollaert são úteis. Estes autores, envolvidos que estiveram na guerra civil tornam os seus testemunhos fontes de informação que podem ser consideradas próximas dos eventos, mesmo quando em certa altura se ausentam ou a isso são obrigados. Como têm um denominador comum, o terem uma preparação militar, são pessoas com competências específicas para poderem observar a guerra. Tal não significa que as suas observações sejam desapaixonadas. São, porém, para o historiador que as seleciona como fontes informativas, ricas em dados precisos e técnicos do ponto de vista militar. Em relação a alguns destes autores não foi possível averiguar se realmente participaram ou não na batalha da Ponte de Ferreira.

3.2.2.2. As memórias

a) Marquês de Fronteira e d'Alorna

As *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna: D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto: ditadas por ele próprio em 1861*⁴⁸, constituídas por oito partes e um apêndice, revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrada, começaram, à exceção de alguns excertos, a ser publicadas em 1926. As memórias abrangem a vida do marquês desde o ano do seu nascimento, 1802, a 1853, ano da morte da rainha D. Maria II, por quem ele manifestava «tão acendrada veneração»⁴⁹.



MARQUEZ DE FRONTEIRA, D. JOSÉ TRAZIMUNDO

Fig. 4: Marquês de Fronteira e d'Alorna | Fonte: *Memórias do Marquês....*⁵⁰.

⁴⁸ ANDRADA, 1926, 1928, 1932.

⁴⁹ ANDRADA, 1926, advertência inicial, p. IV.

⁵⁰ ANDRADA, 1926, p. [8].

O Marquês de Fronteira e d'Alorna, *«em 1820-1823 estreou-se na política dentro do campo liberal. Não parece que tenha sido propriamente uma opção consciente e deliberada. Era uma consequência por assim dizer natural de uma herança familiar marcada por relações conflituosas entre os seus antepassados e a corte absolutista»*⁵¹. Viria a fazer parte da expedição preparada na ilha Terceira, resultando esta no desembarque em *«Julho de 1832, e faria toda a guerra civil como ajudante de campo do duque da Terceira»*⁵². Terminada a *«guerra civil e a instauração do regime liberal, em 1834, levaria o marquês de Fronteira a ingressar nas fileiras da oposição aos governos cartistas que herdaram o poder na sequência da morte de D. Pedro, em Setembro daquele ano»*. Por esta altura critica a distribuição de empregos, *«por indivíduos sem valia nem préstimo algum, em lugar de recompensar os «aristocratas» cobertos de mérito»*⁵³. Pela leitura das suas memórias verifica-se que o marquês de Fronteira, mesmo na narração dos factos que envolveram Ponte Ferreira, faz a apologia da realeza. Louva e exalta a pessoa e os feitos do imperador D. Pedro, a aristocracia e os oficiais, principalmente os superiores, presentes nas fileiras, citando nomes e elogia os amigos de armas. Embora faça também elogios aos militares na generalidade, parece esquecer os soldados subalternos. O seu elogio é sempre mais vincado e nota-se mais quando fala dos oficiais, não o fazendo sempre com os subordinados. Sendo cabralista, em Maio de 1846, durante a revolta da Maria da Fonte, veio a ser governador civil de Lisboa, cargo que ocupou até 1851.

Presente em Ponte Ferreira pela facção liberal, como é óbvio, nas suas memórias faz uma descrição dos acontecimentos com um enquadramento geral das movimentações. Refere várias personalidades intervenientes e os respetivos comandos. Apesar de ser importante fonte de informação, e de mencionar *«o que meus olhos viram»*⁵⁴, não se pode descurar a sua parcialidade, pois não deixa de fazer o seu próprio elogio e o da causa e ideologia liberal, que defende em detrimento da absolutista. A partir de uma determinada posição pelo lado liberal e quase trinta anos decorridos, com as consequências que daí advêm, embora muito provavelmente com a memória avivada por obras⁵⁵ que entretanto já haviam sido publicadas, narra com algum pormenor a

⁵¹ BONIFÁCIO, 2003, p. 1244.

⁵² BONIFÁCIO, 2003, P.1246.

⁵³ BONIFÁCIO, 2003, p.1246.

⁵⁴ ANDRADA, 1928, p. 247.

⁵⁵ Registe-se o facto de se notar em algumas das suas frases semelhanças com passagens da obra do coronel Hodges.

batalha. Aponta-a como sendo famosa e gloriosa. Aliás esta memória serve também para cantar os seus próprios feitos, fazendo ainda uma glorificação dos feitos de familiares e elementos da nobreza presentes na batalha, valorizando a aristocracia, conforme acima se disse. A par disto, parece fazer uma descrição coerente, pormenorizada, fiável e verdadeira da batalha de Ponte Ferreira, embora a partir de um determinado ponto, numa determinada perspetiva do acontecimento.

Não sabemos exatamente o que levou o marquês, testemunha direta dos factos, a ditar as suas memórias, mas tal acontecendo em 1861, parece enquadrar-se num contexto que tem como propósito o relançamento dos ideais liberais, como mais adiante vamos ver.

Apesar de serem umas memórias revistas mais de meio século depois, coordenadas por Ernesto de Campos de Andrada, não parece que tal revisão lhes diminua o valor, nomeadamente por contribuírem para a reflexão que se pretende realizar acerca dos processos de construção da memória acerca do episódio. São, assim, importante fonte para o presente trabalho.

b) Simão José da Luz Soriano

A *História do Cerco do Porto*⁵⁶, de dois volumes, a monumental *História da Guerra Civil em Portugal e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal: Compreendendo a História Diplomática, Militar e Política d'este desde 1777 até 1834*⁵⁷, com 17 volumes publicados de 1866 a 1890, em três épocas⁵⁸, e *Revelações da Minha Vida e Memórias de Alguns Factos e Homens Meus Contemporâneos*⁵⁹, assim como *Réplica a um folheto recentemente publicado com o título de carta do general Augusto Xavier Palmeirim ao Sr. Simão José da Luz Soriano a propósito de duas paginas da sua história do Cerco do Porto impressa no anno de 1849*⁶⁰, são da autoria de Simão José da Luz Soriano. Apesar dos seus títulos *História*, inserem-se aqui em memórias na medida em que, na parte a que diz respeito a Ponte Ferreira, o autor é um interveniente muito “próximo”, dos factos, conforme adiante iremos ver.

Soriano, liberal convicto que foi obrigado ao exílio, suspendeu os seus estudos e cursou medicina, já após o final da guerra civil. Viria a ser deputado representante da

⁵⁶ SORIANO, 1889, 1890a.

⁵⁷ SORIANO, 1890b.

⁵⁸ RAMOS, 2011, p. 12, em nota de rodapé.

⁵⁹ SORIANO, 1891.

⁶⁰ SORIANO, 1869.

colónia angolana, «*com um papel discreto no destino político do país*» e foi «*nomeado, em 1860, Oficial Maior do Ministério da Marinha e Ultramar*»⁶¹.

Apesar de ser voluntário académico, na altura com cerca de trinta anos (nasceu em 1802 e faleceu em 1891) ao serviço da causa liberal, não participou nos factos de Ponte Ferreira. Encontrava-se doente e já na altura do desembarque dos 7500 bravos⁶², em Pampelido⁶³, a doença obriga-o a desembarcar na barra do Douro, após uma tomada fácil do Porto, mas com Gaia sob domínio miguelista desperta em si a obrigação de iniciar a descrição do Cerco do Porto⁶⁴. No caso de Ponte Ferreira, não sendo testemunha direta do episódio⁶⁵, não deixa de testemunhar factos, quer direta ou indiretamente, na medida em que, encontrando-se na cidade do Porto, recebe notícias do acontecimento. Segundo Conceição Meireles Pereira, Soriano «*constitui o exemplo do estudioso-testemunha destes acontecimentos que compilou na sua extensa obra*»⁶⁶. Já um outro autor Miguel Dantas da Cruz, referindo-se à *História da Guerra Civil...*, diz que esta, «*não deixa de pertencer a um período em que a historiografia se encontrava declaradamente ao serviço dos “valores mais altos da nação”, perdendo portanto a imparcialidade desejada*», mas acrescenta que «*apesar disso, parece-nos que a sua longa narrativa, muito bem documentada, não encontra muitos paralelos nos tempos mais recentes, e a prova disto reside no recorrente uso de que tem sido objecto nos estudos mais recentes sobre a diplomacia portuguesa nos finais do Antigo Regime*»⁶⁷. Soriano é contemporâneo do episódio, e fortemente ligado à causa, pelo que, presume-se, interessado, tentaria atualizar-se com notícias verdadeiras junto dos seus pares. Contudo esta ligação e interesse, conforme já vimos, não deixa de o colocar numa posição de parcialidade, que se deve ter em conta. É um político e «*caracteriza-se como*

⁶¹ RAMOS, 2011, p. 11.

⁶² Segundo António Ventura (2008, p. 59) o número dos desembarcados era 8219 homens, ligeiramente superior aos 7500. Porém, provavelmente, por erro ou numa tentativa de engrandecimento da valentia, na altura ficaram conhecidos pelos *7500 bravos do Mindelo*.

⁶³ Inicialmente, por erro, foi indicado pela historiografia, como local de desembarque a localidade de Mindelo, a que se deve a expressão dos *7500 bravos do Mindelo*, ainda hoje usada. O erro dever-se-á à intenção inicial de procederem ao desembarque das tropas mais a norte junto a Vila do Conde, tendo, no entanto, acontecido mais a sul. Como Mindelo encontra-se a sul de Vila do Conde, foi adotado aquele topónimo. Contudo há quem afirme que o lapso foi deliberado (REIS, s.d., pp. 31-37), porquanto o local onde efetivamente se deu o desembarque se denominava de Praia dos Ladrões em Arenosa de Pampelido, não sendo, portanto, o melhor e mais indicado topónimo para associar às tropas liberais, devido à sua carga pejorativa.

⁶⁴ RAMOS, 2011, p. 43.

⁶⁵ SORIANO, 1889, p. 766, em nota de rodapé refere: «*doente nos achávamos nós, de cama*».

⁶⁶ PEREIRA, 2008, p. 152.

⁶⁷ CRUZ, 2008, p. 3.

*um escritor de história narrativa/factual, onde este por encomenda do Estado Português [liberal], procura “relatar” factos históricos visíveis em toda a sua vastíssima obra. Publicando desde 1846 até 1890. Sendo intrínseco por toda a sua obra, um sentimento de patriotismo inflamado, [...] reafirmando por várias vezes, um compromisso com o movimento Liberal»*⁶⁸. O próprio Soriano, no prefácio da sua obra *História da Guerra Civil...* cita o duque de Palmela, que faz uma crítica à sua obra *História do Cerco do Porto*, dizendo que «*póde ser considerada como a primeira tentativa seria feita entre nós para apresentar a historia das revoluções politicas e das guerras civis*»⁶⁹, mas acrescenta «*estamos bem longe todavia de reputar como isenta a obra do sr. Soriano [...] e por mais puras que sejam as suas intenções não póde esperar-se d'elle completa abstração [...]. Ninguém deixará porém de reconhecer n'elle a coragem inherente a um historiador autero para expor a verdade*»⁷⁰.

No tomo I da obra *História do Cerco do Porto*, descreve com algum pormenor a batalha, sendo ainda útil para o enquadramento das movimentações anteriores à batalha. Aliás, de entre as quatro obras inicialmente citadas, usamos principalmente esta, o que nos leva a debruçarmo-nos sobre ela. Contém ainda biografias das companhias e batalhões envolvidos. Faz comparação com outros combates militares, fala em personalidades, mas também faz a apologia dos vencedores. No Tomo II dá continuidade à narrativa histórica do Cerco do Porto. No emprego da palavra “*inimigo*” refere-se sempre aos absolutistas e aplica expressões como «*pela nossa esquerda*» e «*pela nossa parte*»⁷¹, demonstrando claramente que a sua narração é feita a partir de uma posição pelo lado liberal, posição da qual não se consegue descolar mesmo muitos anos após os acontecimentos. Refere-se aos liberais como o exército libertador (aliás o exército liberal ficou para a história, conhecido como tal). É muito crítico dos generais miguelistas, nomeadamente Póvoas, por não ter uma ação concertada com Santa Marta, pelo que desta forma «*salvou os constitucionaes de uma inevitavel derrota*»⁷² em Ponte Ferreira. Mas, enquanto descreve esta batalha também é crítico dos liberais, não poupando o próprio D. Pedro, pela falta de experiência, assim como o conde de Vila Flor, general em chefe, no campo de batalha, de quem aliás, muito pouco fala no texto.

⁶⁸ RAMOS, 2011, pp. 11-12. No que respeita à encomenda feita pelo Estado Português mais adiante debruçamo-nos sobre o assunto.

⁶⁹ SORIANO, 1866, p. X.

⁷⁰ SORIANO, 1866, p. XI.

⁷¹ SORIANO, 1889, p. 753.

⁷² SORIANO, 1889, p. 756.

Desta crítica, depreende-se que poderá estar em causa uma eventual referência à necessidade de militares experientes e formados por um serviço militar devidamente organizado.

c) Pinho Leal

O autor de *Portugal Antigo e Moderno: Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biografico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande numero de aldeias*⁷³, esteve presente nos acontecimentos de Ponte Ferreira do lado miguelista. Foi testemunha, conforme diz: «*assisti a estas duas ações*», referindo-se ao reconhecimento de Valongo e o dia, propriamente dito, da batalha. Historiador, foi um militar de carreira que se encontrava nas fileiras do exército realista, aquando o início da guerra civil, abandonando-o com a vitória liberal. Sucintamente narra os acontecimentos de Ponte Ferreira, na medida em que o objetivo da sua obra é mais o de caracterizar as localidades portuguesas. Refere erradamente Ponte Ferreira como sendo uma aldeia da freguesia de Gandra, mas tal dever-se-á à localização das tropas miguelistas posicionadas, pelo menos em parte em espaço desta freguesia (onde Pinho Leal se encontraria), assim como a própria abrangência (e influência) de Ponte Ferreira, dada a sua importância à época, face às localidades vizinhas. Apesar de não dizer muito acerca do episódio, é importante em virtude de as fontes serem menos abundantes pelo lado ao qual prestou serviço, contudo, mesmo decorridos 40 anos é necessário ter em conta que não estará isento de parcialidade.

Outros autores foram também utilizados, mas os autores Soriano e marquês de Fronteira, os que mais detalhadamente abordam o acontecimento, são aqui os mais usados. No entanto, há que ter em conta os problemas de parcialidade, conforme acima verificamos, mesmo tendo em consideração a data em que foram escritas as obras, que garantem a ação de erosão que o tempo vai causando sobre a capacidade de lembrar, mas também sobre as paixões e ódios.

⁷³ LEAL, 1876.

3.2.3. As monografias locais

A *Villa de Vallongo*⁷⁴, publicada em 1904, é uma monografia local como o próprio título indica, com um capítulo dedicado a *D. Pedro em Vallongo, batalha de Ponte Ferreira*. Da autoria do Padre Joaquim Alves Lopes dos Reis, os elementos que são aduzidos, mesmo no capítulo onde insere Ponte Ferreira, estão ao serviço do realce que pretende dar à própria freguesia de Valongo. Escrita 70 anos após a contenda fundamenta-se no autor Luz Soriano, assim como na tradição oral. Usamo-la como prova de um discurso que se repete e quer enraizar e pelo facto de se poder ter através dele acesso à memória oral, que nos parece ser inédita. É mais um contributo para o enquadramento do tema na história local.

Antes desta monografia uma outra havia sido dada à estampa, em 1896, o *Bosquejo Histórico da Villa de Valongo*⁷⁵. Esta pequena monografia é da autoria de Francisco José Ribeiro Seara, na qual valorizando a sua terra, nos dá uma abordagem breve do acontecimento, para referir a elevação de Valongo a vila. Constitui-se como mais um elemento da cadeia no processo de construção da memória local escrita, facto que nos leva mencioná-lo.

A *Monografia de Paredes*, da autoria do Dr. José do Barreiro⁷⁶, publicada em 1924, apesar de se encontrar fora do período estabelecido para estudo (século XIX), e de ser dada à estampa numa altura de desvalorização do liberalismo em detrimento da história antiga, como se denota pela sua leitura, é usada, nomeadamente para comprovar uma reivindicação da batalha, nomeadamente o seu local, por parte da comunidade do concelho de Paredes e designadamente da já referida freguesia de Gandra.

De Humberto Beça, *Ermezinde: Monografia: Histórico-Rural*, um trabalho que «inicialmente se destinava a um Concurso de Monografias instituído pelo Ministério das Obras Públicas, ainda no período da Monarquia»⁷⁷, veio a ser editado em 1921. É uma interessante monografia da freguesia de Ermesinde, sob o ponto de vista da construção memorial, no entanto brevemente aborda Ponte Ferreira numa perspetiva a partir daquela freguesia, para se referir à passagem das tropas pelo lugar da Formiga e

⁷⁴ REIS, 1904.

⁷⁵ SEARA, 1896.

⁷⁶ BARREIRO, 1922.

⁷⁷ DIAS, 2011.

do funcionamento do hospital de sangue miguelista no convento da Mão Poderosa, que viria a ocorrer posteriormente durante todo o cerco do Porto.

Mais recente, de 1983, uma monografia, da autoria de Manuel Pinto⁷⁸, sobre os *Bugios e Mourisqueiros*, refere uma associação entre a memória coletiva, existente acerca da batalha, com uma manifestação tradicional da vizinha freguesia de Sobrado. Igualmente uma outra pequena monografia⁷⁹, neste caso, da freguesia de Campo, de cariz roteiro-publicitário, embora também faça parte da continuação da construção memorialista, na medida em que tem uma parte dedicada à batalha, usamos apenas para fundamentar a questão da origem do nicho de alminhas existente junto da ponte.

É de referir a existência de outras monografias locais, que fazem parte da construção memorialista escrita e impressa até à atualidade, no entanto, por se encontrarem fora do âmbito do período em estudo, não nos debruçamos sobre elas.

3.2.4. Corografias

A *Descrição Topografica, e Historica da Cidade do Porto*⁸⁰, é uma obra do século XVIII. Apesar de ser muito anterior à batalha possui um mapa da *Provincia de Entre Douro, e Minho* onde a localidade de Ponte Ferreira se encontra assinalada. É pertinente esta obra para se verificar como este local, em fase anterior à batalha, já se tinha afirmado. Ou seja, num mapa que indica apenas localidades de alguma relevância, figurando Ponte Ferreira, naturalmente se deduz que, à data da corografia, já o espaço onde se deu a batalha era importante. Esta importância advinha-lhe do lugar de passagem, lugar estratégico, que representava na principal via de ligação do Porto a Amarante.

Igualmente o *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*⁸¹, da mesma altura, até um pouco antes, ainda do terceiro quartel do século, possui um mapa da província de Entre Douro e Minho onde também é assinalado o topónimo Ponte Ferreira, corroborando a acima referida importância da localidade.

⁷⁸ PINTO, 1983.

⁷⁹ MARTINS & PEREIRA, (s.d.).

⁸⁰ COSTA, 1789.

⁸¹ CASTRO, 1762.

3.2.5. Documentação da administração militar

A documentação militar das duas facções intervenientes, encontra-se no Arquivo Militar de Lisboa, sendo que presentemente é possível aceder *on line* a alguma documentação respeitante a este período. Em virtude da localização deste arquivo, primeiramente e para racionalização do tempo, foi dada preferência a uma pesquisa à distância via *internet* no portal *Infogestnet* (<http://www.infogestnet.com/>) e na plataforma *Digitarq* (<http://digitarq.keep.pt/ahm/>), que, embora nos parece que de uma forma precária, alojam informação e documentação do Arquivo Histórico Militar. Por um lado, sendo facilitada a procura por palavras-chave inseridas na descrição da documentação, por outro, não se encontrando os guias de inventário *on line*, não se consegue ter certezas quanto à documentação abrangida. Ou seja, se um documento pretendido contiver uma descrição da qual não constem as palavras pesquisadas, na devolução de resultados não figura, mesmo que esteja associado ao assunto. E se obtivéssemos os guias com todas as descrições, obviamente que conseguiríamos melhor saber o que pesquisar. Outro problema prende-se com a disponibilidade de documentação digitalizada. Em alguns casos, aparentemente parece que os documentos se encontram disponíveis, contudo não se consegue aceder aos mesmos.

Após o trabalho de busca à distância e obtidos via *internet* alguns documentos (escassos) e informações quanto à localização de outros (também escassos), foi efetuada uma pesquisa presencial no Arquivo Histórico Militar. No arquivo as dificuldades também se fizeram sentir. A documentação previamente identificada foi facultada. No entanto, a falta de guias e eficazes instrumentos de pesquisa dificultaram o trabalho. A pesquisa, nas bases de dados não disponíveis *on line*, através de meios informáticos do arquivo e por palavras chave, igualmente deixa incertezas quanto ao acesso à documentação, porquanto só é facilitadora da busca por palavras que se encontram nas descrições. Acresce referir que fomos munidos de alguns inventários publicados em vários Boletins do Arquivo Histórico Militar mas que de nada nos serviram após nos terem informado que os mesmos se encontravam desatualizados.

Da documentação encontrada refira-se alguma correspondência produzida pela Intendência Geral da Polícia da Corte e Reino nos dias seguintes ao episódio e um processo, iniciado em 1860, relativo a um levantamento (em planta) do campo de batalha, do qual mais adiante nos ocuparemos no capítulo das repercussões.

3.2.6. Documentação administrativa

Por conter dados importantes a documentação produzida pela administração pública (municipal e intermédia), com influência no espaço territorial em causa, quer para a interpretação do episódio, quer para as repercussões, optou-se logo à partida, pela sua consulta. Assim, e tendo em conta que no dia anterior e no próprio dia da batalha, houve operações e escaramuças na freguesia de Valongo, bem como por a ponte se localizar na fronteira com a freguesia de Gandra, são três as freguesias e dois concelhos abrangidos. Trata-se então das freguesias de Campo e S. Miguel de Gandra, que fizeram parte por alguns anos do extinto concelho de Baltar, após terem pertencido ao de Aguiar de Sousa, já com sede em Paredes, e a freguesia de S. Mamede de Valongo que pertencia ao concelho da Maia. Contactados os serviços de arquivo dos dois municípios atuais, no sentido de consultar atas de vereação, correspondência e outros registos, constata-se que em Paredes (substituto do concelho de Aguiar de Sousa) só existe documentação a partir de 1836, desconhecendo-se o paradeiro da anterior, e o município da Maia atualmente não possui arquivo com acesso público, por se encontrar, ao que parece desorganizado. Foram efetuados pedidos, inclusive, por escrito a solicitar o acesso à documentação, no entanto, a mesma não foi facultada à pesquisa. Ao nível concelhio foram ainda efetuadas pesquisas na documentação da Câmara Municipal do Porto (que nos veio a ser útil), na medida em que, antes da elevação de Valongo a concelho, a área em causa era termo daquela cidade. No que respeita à administração pública optou-se ainda por efetuar pesquisas no Arquivo Distrital do Porto para consulta em documentação produzida pela administração intermédia (também de extrema importância). Do município de Valongo utilizamos também documentação com interesse, nomeadamente para caracterizar o espaço, verificar repercussões e demonstrar parte do processo memorialista.

3.2.7. Outros documentos

Os debates da Câmara dos Pares do Reino e da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, presentemente com documentação disponível *on line* e ainda a *Lista Geral dos Officiaes do Exército Libertador referida ao dia 25 de julho de 1833*⁸²,

⁸² CRUZ, 1835.

foram objeto de consulta, nomeadamente para a análise quanto às repercussões (reivindicações e benefícios).

O Velho Liberal do Douro de género panfletário de apoio à causa liberal é usado na verificação da construção memorialista em torno de Ponte Ferreira.

Documentação existente, do mesmo género, mas do lado absolutista também foi consultada, no entanto, por não termos encontrado referência aos factos aqui em estudo, não a usamos.

4. Metodologia

Tendo em conta que «a pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos»⁸³, para o trabalho de investigação, da natureza como o que aqui se apresenta, foi adotado um método conforme a seguir se explana. Tenta-se aqui espelhar as etapas percorridas, indicar critérios de escolha de fontes documentais, bibliografia e forma de recolha, que facultam e facilitam uma observação atenta e uma análise rigorosa posterior. Assim, como facultam um tratamento eficaz da informação e cruzamento de dados, no sentido da obtenção de respostas de modo rigoroso destinadas à diversidade de questões entretanto formuladas.

Inicialmente decidiu-se o objeto (batalha de Ponte Ferreira) a estudar na presente dissertação de mestrado. De seguida colocaram-se questões e hipóteses de respostas, estabelecendo-se o modo como seria então investigada a batalha. Determinou-se que este trabalho se dividia em dois momentos, pelo que se estabeleceu a sua estrutura. Após uma introdução justificativa, estabelecimento dos objetivos, delimitação e análise das fontes de informação e a descrição dos métodos, temos numa primeira parte a investigação dos factos do acontecimento e numa segunda as repercussões à época. Neste caso, as repercussões, têm em conta as reivindicações e benefícios (dividem-se em dois níveis: locais e militares), associando-as com a reestruturação do exército, numa ligação dos oficiais superiores ao poder político (politização dos militares) durante o século XIX. Sendo a pesquisa um «*procedimento racional e sistemático que tem como objectivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos*»⁸⁴, foi então dado início à mesma, em monografias locais e bibliografia específica da história

⁸³ GIL, 2002, p. 17.

⁸⁴ GIL, 2002, p. 17.

militar, sobre o objeto em estudo e seu enquadramento. Esta pesquisa consistiu na procura sistemática de trabalhos de investigação, sobretudo em bibliotecas mas também na *internet*. Paralelamente partiu-se para a pesquisa de fontes em arquivos, também quer presencialmente quer à distância via *internet*. Neste caso a procura, por palavras-chave como (Ponte Ferreira, batalha, Vallongo, Valongo, Baltar, entre outras) dirigiu-se, essencialmente, aos testemunhos de intervenientes na batalha, incluindo narrativas expedicionárias e memórias, e documentação militar e da administração pública. Por, à partida, existir mais documentação produzida pela facção liberal e mesmo uma bibliografia que conta uma “versão liberal”, tentou-se guiar a procura de modo a obter fontes produzidas pelos miguelistas vencidos no final da guerra civil. Neste caso o sucesso foi tímido, demonstrando-se mais uma vez que *dos vencidos não reza a história*.

Para apoio da pesquisa sistemática e consistente, foram construídas tabelas *exel* que sistematizassem a informação contida nas fontes primárias manuscritas, fontes primárias impressas e bibliografia. Uma outra tabela com indicação de mapas e gravuras foi construída. As tabelas para recolha de informação têm por objetivo a obtenção de dados de modo rigoroso e para uma melhor ordenação e análise ulterior, de modo a auxiliar e a facilitar a redação final do trabalho. Nestas tabelas foram criados campos para introdução de informações úteis como toponímia, ideias chave, ilações retiradas pela leitura, respostas a questões entretanto colocadas, referenciação, entre outros dados.

Na redação do trabalho, o capítulo respeitante à interpretação do episódio bélico, com enfoque da investigação dirigido a um curto período, uns dias antes e uns dias depois da batalha, inicia-se com uma leitura histórica do espaço. Desta faz parte a caracterização da ponte (ponto fulcral na contenda), enquanto infraestrutura, sua função e importância ao longo dos tempos, e o enquadramento administrativo e geográfico antes e depois da batalha. Segue-se o enquadramento histórico do episódio, os antecedentes e o dia antecedente (reconhecimento de Valongo). Posteriormente é abordado e interpretado o episódio (batalha de Ponte Ferreira), numa tentativa de reconstituição histórica dos factos, no sentido de contribuir com uma resposta válida para a principal questão colocada no início desta investigação: Qual a importância da batalha de Ponte Ferreira? A esta questão, para se conseguir responder cabalmente, seguiram-se e impuseram-se-lhe outras sub-questões como por exemplo: Quanto tempo durou a batalha?; Quantos homens estiveram presentes e lutaram, quer de um lado quer do outro?; Que personalidades de relevo intervieram no embate militar?; Quem se destacou

na batalha e posteriormente foi agraciado?; Quantas baixas se contabilizaram?; Terá sido a posição deste lugar, considerado como estratégico que, militarmente, determinou o local da batalha?; Das forças militares liberal e absolutista em conflito qual saiu vitoriosa?; Terá havido vítimas civis e onde se refugiaram as populações?; Quantos habitantes e que área foram afetados?; Que meios bélicos foram utilizados?; Que dimensão teve o impacto sociodemográfico?; Porque se denomina de Ponte Ferreira e não Granja, conforme os absolutistas a batizaram?; Terá sido a primeira grande batalha da guerra civil?; Será que a ocorrência desta batalha teve proveito posterior para as populações locais? Todas estas perguntas estão umbilicalmente ligadas à representação que foi sendo alimentada pela memória coletiva local.

O capítulo seguinte é respeitante às repercussões à época. Aqui, optou-se por uma divisão entre três partes: reivindicações e benefícios locais, reivindicações e benefícios político-militares imediatos e finalmente reivindicações e benefícios político-militares posteriores a longo prazo. Nas reivindicações e benefícios locais faz-se uma análise das mesmas ao nível municipal no concelho de Valongo durante o decorrer do século XIX, após o ano de 1832. Quanto a reivindicações e benefícios político-militares, opta-se por uma divisão entre imediatas e posteriores, na medida em que se deram em grande número após o episódio, mas continuam no decorrer do século.

O uso da bibliografia, neste estudo, é-o essencialmente na parte respeitante às repercussões à época, reivindicações e benefícios, locais e militares. Para se tentar chegar à proximidade dos factos ocorridos em julho de 1832, neste caso, grosso modo, apenas são usadas fontes primárias.

Para o trabalho que aqui se apresenta é de ressaltar que a utilização de novos meios de acesso a documentação *on line*, que cada vez mais é disponibilizada, muito ajudam na pesquisa para encontrar o que se pretende, mas ao mesmo tempo criam um problema que é o excesso de informação. Neste caso deu-se conta da existência de imensa informação disponível à distância de um clique, como o caso das narrativas expedicionárias, pelo que houve, naturalmente e para uma boa exequibilidade do trabalho, uma necessidade em limitar e excluir, depois de devidamente selecionada, analisada e registada a documentação.

A metodologia aqui adotada ajudou a conduzir, o trabalho empreendido, ao encontro das respostas válidas, adequadas e necessárias às questões de partida. Foram estabelecidos procedimentos, conceitos e técnicas respeitantes às diferentes etapas do trabalho científico. É evidente que na evolução da presente investigação, houve ajustes,

decorrentes do próprio desenrolar do processo, eliminando falhas e deficiências no sentido de o melhorar. Neste processo de investigação, tentou-se fazer um planeamento adequado de metas e prazos a atingir e uma acertada organização de resultados no sentido de facilitar uma boa redação e apresentação do trabalho final, capaz de ser entendido pelos outros⁸⁵.

⁸⁵ SOUSA, 1998, p. 29.

II – Batalha de Ponte Ferreira: conhecimento e interpretação de um episódio

«[...] grandes suóres que de parte a parte eram gotijados com sangue derramado por uma causa que uns e outros julgavam justa e que o historiador imparcial apóda de loucura»⁸⁶.

1. Introdução

Este capítulo centra-se na difícil tentativa de chegar, por quem não tem formação militar e se encontra em seara alheia, à reconstituição histórica dos factos do episódio de Ponte Ferreira (ocorrido a 23 de julho de 1832, no início da Guerra Civil de 1832-1834). Esta reconstituição não tem pretensão de ser exaustiva (o que não seria fácil), contudo tal também não seria possível, dadas as limitações impostas ao presente trabalho, quer em tempo, quer em número de páginas.

Inicialmente, e no ponto que se segue, é feita uma leitura histórica do espaço onde ocorreu a batalha. Segue-se, posteriormente, no ponto 3, a interpretação do episódio de Ponte Ferreira, com um breve enquadramento histórico e antecedentes imediatos.

O objetivo de conseguir obter aproximações claras e pouco distorcidas do evento, serve não só como trabalho de reconstituição historiográfica de um primeiro momento da guerra civil, como também contribui para a análise do impacto posterior, principalmente no que respeita às reivindicações locais e militares, quer imediatas pelos contendores, quer ulteriores, trabalho este explanado na parte III desta dissertação.

2. Ponte Ferreira: o lugar e a ponte

O lugar de Ponte Ferreira localiza-se na vila de Campo, no extremo este do concelho de Valongo. Este lugar deve a sua denominação à existência de uma ponte⁸⁷,

⁸⁶ REIS, 1904, p. 173.

⁸⁷ É comum ser-lhe atribuída uma cronologia medieval. Veja-se, por exemplo, os documentos que fazem parte do processo de reabilitação e restauro da ponte no ano de 1994 (A.H.M.V., ref.º: PT/AHV/CMV/M/B/001/3458). Na «*Memória Descritiva – Objectivo da Empreitada*», e, até mesmo, no «*Resumo das Acções de Acompanhamento Arqueológico*», este emitido, durante o decorrer da obra, pelo arqueólogo Joel Cleto, responsável pelo acompanhamento dos trabalhos, há referências à época medieval. No entanto, o arqueólogo responsável no «*Relatório preliminar do acompanhamento arqueológico dos trabalhos*», posteriormente emitido, deixa em aberto para um relatório final (que não se conhece até à

sobre o rio Ferreira, subafluente do Douro. Foi esta ponte ponto fulcral na batalha que, por sua vez, tomou o nome do lugar: batalha de Ponte Ferreira.

Faz fronteira com a vizinha cidade de Gandra do concelho de Paredes. Aliás, a ponte delimita, no seu topo nordeste⁸⁸, as freguesias de Campo e Gandra dos dois concelhos atrás referidos⁸⁹.

Até meados do século XIX, a ponte fazia parte da via de ligação do Porto para Penafiel e Amarante que cruzava o rio Ferreira neste local. Nesta altura, a estrada real passaria então a transpor o rio sobre uma outra infraestrutura (ponte de S. Martinho, datada de 1852, atualmente ainda em uso e inserida na atual EN 15), um pouco mais a sul (a cerca de 1200 metros) e a jusante de Ponte Ferreira, perdendo, este lugar de Ponte Ferreira, importância face ao sucedido.

De facto a localidade de Ponte Ferreira, já no séc. XVIII, é amplamente conhecida e os mapas da província de Entre Douro e Minho assinalam o lugar, como por exemplo, o *Mapa Terrestre de Portugal Antigo e Moderno*⁹⁰ e o mapa da *Provincia de Entre Douro, e Minho da Descrição Topografica, e Historica da Cidade do Porto*⁹¹, o que demonstra a relevância deste ponto de passagem. Acresce que nos referidos mapas não são assinaladas as freguesias vizinhas, nem sequer a própria freguesia onde se insere, já que não era propósito desta cartografia descrever a malha administrativa religiosa. Ponte Ferreira é assim um importante e estratégico ponto na transposição do rio Ferreira, ligando as suas margens.

A ponte edificada em granito é constituída por três arcos apontados. Possui a particularidade de ter numa das suas extremidades, margem esquerda, e no local onde já

data) «um enquadramento histórico [...] nomeadamente a sua cronologia e a sua implantação no contexto da antiga rede viária da região». Esta opção prende-se com a existência de novos dados, tendo em conta achados, durante a obra, mencionados no citado relatório, nomeadamente «uma moeda de cronologia pós-medieval e detectada muito próxima do fundo do enchimento» do talha-mar esquerdo, pelo que refere tratar-se de um «facto a ter necessariamente em conta nas questões da atribuição cronológica do monumento». Igualmente foi «neste talha-mar que se detectou o único motivo epigrafo de todo o monumento - um cruciforme [v. anexo 9] de dimensões que ultrapassam em muito as habituais nas tradicionais siglas/marcas de pedreiro», que parece ter contribuído para a opção tomada.

⁸⁸ V. anexo 10.

⁸⁹ Atualmente a ponte na sua extremidade nordeste colide com o limite da freguesia de Gandra e concelho de Paredes, mas no passado a freguesia de (S. Martinho do) Campo estendia-se, neste local, mais além para este, indo no século XVIII até, pelo menos, à Agra das Lamas presentemente dentro dos limites da freguesia de Gandra (A.P. - Carta de Rematação do Campo da Pica, sito em Ponte Ferreira, freguesia de S. Martinho do Campo, 1762), à altura ambas do concelho de Aguiar de Sousa. Ainda, atualmente, quer o concelho Paredes quer o concelho de Valongo, usam algumas plantas topográficas (v. por exemplo: anexos 11, 12 e 13) com uma delimitação que não colide com a ponte, distanciando-se desta cerca duas centenas de metros.

⁹⁰ CASTRO, 1762, pp. 44-45 (v. anexo 14).

⁹¹ COSTA, 1789.

existiu um terceiro talha-mar, uma casa da portagem, datada de 1796, na qual se encontram elementos reaproveitados da parte demolida⁹². Na outra extremidade, margem direita, encontra-se um oratório, vulgo alminhas, construído em granito, de invocação da Senhora do Carmo. Comummente, a sua edificação justificava-se por assinalar a «*memória dos mortos da Batalha de Ponte Ferreira*»⁹³, ideia comum entre a população local. Contudo, tudo aponta para que o nicho das alminhas seja anterior ao episódio, onde liberais e miguelistas se debateram pelos seus ideais e pelo controlo da ponte. Veja-se como assumiu vários atributos, ao longo do tempo: por aquele marco de devoção popular ter sido ereto num local movimentado (na altura, à margem de uma via principal, a atual rua de Ponte Ferreira, onde conflui uma outra artéria, a atual rua da Moleira); por ter uma invocação à Senhora do Carmo, com o seu culto a ser vulgarizado a partir do século XIV, no papado de João XXII⁹⁴; por, em Portugal, as alminhas populares ao ar livre facilmente se generalizaram na sequência da proliferação, no século XVIII, das *confrarias e irmandades das almas* dedicadas ao culto das almas⁹⁵, sendo que a freguesia de S. Martinho do Campo já em 1748 possuía uma destas confrarias⁹⁶; e, por último, pelas suas características construtivas comuns de uma erudição setecentista. Sublinhe-se, contudo, como rapidamente se firmou uma atribuição memorialista - a inscrição da batalha – sobre as outras valências.

No que respeita à casa da portagem, parece que aqui, no final do século XVIII, se passou a cobrar impostos, sobre o pão e trigo⁹⁷. Os dinheiros eram destinados ao cofre⁹⁸ das obras da nova igreja matriz de Valongo⁹⁹ e estrada do Porto até Ponte

⁹² A casa da portagem, com data de 1796 inscrita num lintel, encontra-se edificada com pedra do talha-mar eliminado, nomeadamente nos cunhais atualmente visíveis. São ainda visíveis, sob a casa, as fundações do referido talha-mar (parecendo até mesmo que o mesmo dava continuidade para um quarto arco).

⁹³ MARTINS & PEREIRA, s.d., p. 30.

⁹⁴ GONÇALVES, 1959, p. 79.

⁹⁵ GONÇALVES, 1959, pp. 95-96.

⁹⁶ A.N.T.T. - Memórias Paroquiais, 1758, Freguesia de Campo, Aguiar de Sousa. Vol. 8, n° 76, p. 499 a 516, ref.^a PT/TT/MPRQ/8/76

⁹⁷ A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro n°96, ref.^a: PT/ADPRT/AC/PRVCPRT/AOBP/008/0096 (v. anexos 15 e 16).

⁹⁸ Cofre das Comissões das Obras da Igreja de Valongo e Estrada do Porto e Ponte Ferreira. 1825-01-11 - 1830-06-03, ref.^a PT/ADPRT/AC/PRVCPRT/AOBP/002/0091.

⁹⁹ A freguesia de Valongo, na altura, encontrava-se dentro dos limites territoriais do concelho da Maia. O concelho de Valongo é criado com o Decreto de 6 de Novembro de 1836, publicado no dia 29 do mesmo mês e que procede a uma nova divisão administrativa do território, integrando, entre outras, as freguesias de S. Martinho do Campo e S. Miguel de Gandra, que pertenciam ao concelho de Baltar (1834-1836/1837) (BARREIRO, 1922, p. 255). Gandra menos de um ano depois passaria para os limites do concelho de Paredes (Carta de Lei de 27 de setembro de 1837) (v. anexo 17).



Fig. 5: Alminhas de Ponte Ferreira [Inícios do séc. XX?] | Fonte: A.H.M.V., acervo fotográfico do 2.º visconde de Oliveira do Paço.

Ferreira. A casa data de 1796 e, neste mesmo ano, a 30 de outubro, por aviso régio, é autorizada a cobrança da dita imposição, que alarga a abrangência da provisão, decretada dez anos antes, dos impostos «*de hum rial em cada quartilho de vinho, e azeite, e em cada arrátel de carne, que se vender na dita freguesia*» de Valongo e destinados apenas à nova igreja¹⁰⁰, sendo que, segundo a provisão inicial, não podia «*o mesmo imposto extrapolar os limites da [referida] freguesia*»¹⁰¹. A necessidade de alargar o alcance dos impostos, quer nos géneros a tributar, quer na sua área territorial de

¹⁰⁰ A.D.P. - Provedoria da Comarca do Porto: livro n.º 96, Registo de Ordens Régias respeito às Obras da Igreja de Valongo, Ponte Ferreira, Santo Tirso e Vila do Conde, 1786-04-10/1830-07-28, ref.ª: PT/ADPRT/AC/PRVCPRT/AOBP/008/0096.

¹⁰¹ AZEVEDO, 1999, p. 78.

incidência, de acordo com o trabalho de Maria José Coelho Azevedo, prende-se com a *«inoperância construtiva - leia-se falta de dinheiro»*, nas obras da igreja, iniciadas em 1794, traduzida na diminuição drástica de trabalhadores, a partir de agosto de 1795¹⁰². Ainda em vésperas das lutas liberais e da célebre batalha, por portaria régia de 26 de junho de 1822, foram separadas as contas, devido aos abusos na aplicação do imposto. Inclusive por portaria régia o governador das justiças deixa a comissão das obras da igreja¹⁰³. Posteriormente, durante a guerra civil parece que houve uma suspensão das obras. Nas da igreja, Maria José Azevedo com o seu trabalho sobre a construção do templo, não regista obras, pelo menos significativas¹⁰⁴, durante a guerra civil de 1832-1834. Nas da estrada, refira-se que os últimos registos na documentação da Provedoria da Comarca do Porto sobre as obras datam de 3 fevereiro de 1832, no que respeita às despesas pagas pelo cofre da Real Casa Pia¹⁰⁵, e 7 de maio de 1832, no que concerne às entradas para o referido cofre¹⁰⁶.

Em 1994, sujeita a ponte a uma obra de restauro, as alminhas foram também alvo de uma intervenção, tirando-as de um longo abandono¹⁰⁷. De seguida, em 2001, foi a casa da portagem remodelada, para instalação de um estabelecimento de bebidas¹⁰⁸, no âmbito da construção de um pequeno parque (Parque Municipal de Campo) e valorização da zona envolvente à ponte¹⁰⁹. De facto, o parque tem por objetivo, de acordo com a memória descritiva do projeto de arranjo urbanístico, *«criar uma área de lazer, público, com toda a multiplicidade de utilizações e apropriações possíveis, nas*

¹⁰² AZEVEDO, 1999, pp. 95-101.

¹⁰³ A.D.P. - Provedoria da Comarca do Porto: livro n.º 96, Registo de Ordens Régias respeito às Obras da Igreja de Valongo, Ponte Ferreira, Santo Tirso e Vila do Conde, 1786-04-10/1830-07-28, ref.ª: PT/ADPRT/AC/PRVCPRT/AOBP/008/0096

¹⁰⁴ AZEVEDO, 1999, p. 58. Não se registam obras, pelo menos significativas, após o início da guerra civil até 1834.

¹⁰⁵ A.D.P. - Provedoria da Comarca do Porto: Livro 7º Registo dos Documentos de Despesa da Estrada do Porto até Ponte de Ferreira. 1830-10-06/1832-02-03, ref.ª: PT/ADPRT/AC/PRVCPRT/AOBP/002/0095.

¹⁰⁶ A.D.P. - Provedoria da Comarca do Porto: Livro 3.º termos de Entrada de Dinheiro no Cofre dos Reditos aplicados para a Obra de Estrada do Porto até Ponte de Ferreira, 1830-07-17/1832-05-07, ref.ª: PT/ADPRT/AC/PRVCPRT/AOBP/002/0094.

¹⁰⁷ A.H.M.V. - Restauro da Ponte sobre o Rio Ferreira, Campo, 1993-1997, ref.ª: PT/AHV/CMV/M/B/001/3458

¹⁰⁸ A.H.M.V. - Restauro do Património Arquitectónico – Casa da Portagem do Rio Ferreira, Campo, 2001-2006, ref.ª: PT/AHV/CMV/M/A/001/5578

¹⁰⁹ V. anexo 18.

quais o contacto com os elementos naturais e históricos presentes no local seja privilegiado»¹¹⁰.



Fig. 6: Ponte Ferreira [Inícios do séc. XX?] | Fonte: A.H.M.V., acervo fotográfico do 2.º visconde de Oliveira do Paço.

Para rematar a caracterização da ponte e espaço envolvente, refira-se a existência, cerca de cem metros a montante, de um antigo moinho hidráulico, que chegou a possuir uma serração, o qual se movia pela força motriz provinda da levada que lhe é contígua. Esta, no passado, abastecia ainda o canal de regadio, com «*hua provizão [...] de Sua Magestade passada em trinta de maio de mil e seiscentos e trinta*

¹¹⁰ A.H.M.V. - Arranjo Urbanístico Ponte Ferreira – Estudo Urbanístico Da Zona de Lazer na Envolvente da Ponte Ferreira – Rua Padre António Vieira, Rio Ferreira e Ponte Ferreira, 1999-2000, ref.ª: PT/AHV/CMV/M/A-A/002/5493.

*e hum»*¹¹¹, servindo grande área agrícola vários quilómetros a jusante, com utilização inclusive de uma ponte aqueduto. No antigo moinho, profundamente descaracterizado, inicialmente pela ruína e posteriormente pelas intervenções, encontra-se, desde Março de 2005, instalado o Núcleo Museológico da Panificação, depois de nele ter estado instalado, a partir de 1998 o Centro Interpretativo do Parque Paleozóico de Valongo. É um imóvel de interesse do ponto de vista da arqueologia industrial.

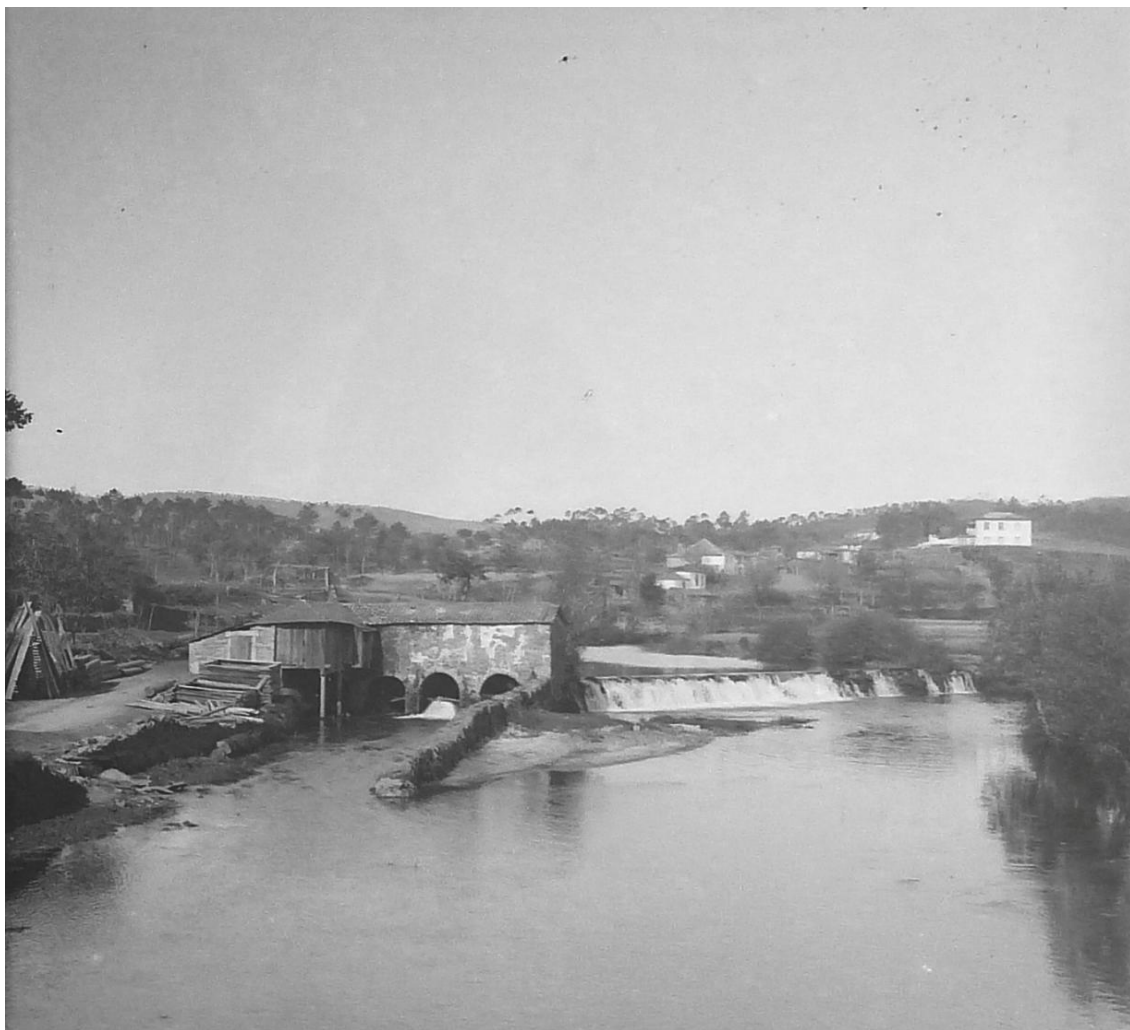


Fig. 7: Paisagem a partir da ponte, em primeiro plano o moinho e serração hidráulica [Inícios do Séc. XX?] | Fonte: A.H.M.V., acervo fotográfico do 2.º visconde de Oliveira do Paço.

A ponte de Ponte Ferreira, pilar físico da história da batalha, encontra-se inventariada e identificada na planta¹¹² de ordenamento do Plano Diretor Municipal como património edificado¹¹³, que prevê um espaço de proteção, no qual se englobam a

¹¹¹ A.N.T.T. - Memórias Paroquiais, 1758, Freguesia de Campo, Aguiar de Sousa. Vol. 8, nº 76, p. 499 a 516, ref.ª PT/TT/MPRQ/8/76

¹¹² V. anexo 10.

¹¹³ Regulamento do PDM do concelho de Valongo, 1995, art.º 55.º.

casa da portagem e o nicho das alminhas, e ainda habitações que lhe estão próximas. A este património imóvel edificado foi, assim, conferido um estatuto de salvaguarda apenas a nível municipal.

Após a reabilitação da ponte, em 1994, esta não mais teve trânsito rodoviário, sendo inicialmente substituída por uma infraestrutura militar provisoriamente instalada até à conclusão da nova passagem sobre o rio Ferreira, construída a cerca 200 metros a montante e inaugurada a 19 de janeiro de 1997.

No texto da memória descritiva do projeto da nova travessia, revelando atenção para com o património de Ponte Ferreira, consta: «*Objecto de profunda e carinhosa recuperação, a velha "Ponte Medieval", considerada uma das mais valiosas peças do património do Concelho de Valongo e, por extensão, do País, não poderá ficar, de novo, sujeita ao permanente risco de destruição provocado pela passagem de veículos, pelo que, hoje - e espera-se que para sempre ... - se encontra interdita ao tráfego rodoviário, aberta apenas à passagem de peões*»¹¹⁴.

3. Disputa de um ponto estratégico entre margens

3.1. Contextualização histórica

Os ventos de mudança germinados pela revolução francesa iniciada em 1789, chegam a Portugal no início de oitocentos, embora muito lentamente. Na altura «*com uma população de escassos três milhões de habitantes, o país era esmagadoramente rural, muito pobre e, claro está, analfabeto*»¹¹⁵. Nas primeiras três décadas deste novo século, vive-se uma grande instabilidade, aliás, segundo João Medina «*no primeiro quartel do século XIX, Portugal viveu como que em crise permanente*»¹¹⁶. Exemplo dessa instabilidade as invasões francesas (e consequente fuga da coroa para o Brasil), que de forma ambígua também contribuíram para a introdução dos ideais liberais (por um lado difundiam as novas ideias, por outro «*provocaram uma reacção de hostilidade de vastos sectores nacionais*»¹¹⁷). E posteriormente por sucessivos pronunciamentos, levantamentos, motins, (quer de apoio ao liberalismo, quer de apoio a D. Miguel e ao

¹¹⁴ A.H.M.V. - Construção da Ponte sobre o Rio Ferreira, Campo, 1995-2002, ref.ª: PT/AHV/CMV/M/B/001/3520.

¹¹⁵ BONIFÁCIO, 2002, p. 13.

¹¹⁶ MEDINA, 1994, p. 20.

¹¹⁷ VENTURA, 2008, p. 7.

poder absoluto), que encaminham o país para uma situação de desfecho final das lutas liberais, a guerra civil, generalizada entre 1832 e 1834. Este período de confrontação e experimentação de um novo regime político encontra-se substanciado em alguns episódios maiores, como a «*Martinhada*», por exemplo, o 24 de agosto de 1820 (conhecido por revolução de 1820)¹¹⁸ e a «*Belfastada*», sendo que na sequência deste último caso, a partir do Porto, os liberais sem sucesso são obrigados a se refugiarem no estrangeiro. Os exilados, agora com a participação do próprio duque de Bragança D. Pedro, que entretanto havia abdicado do trono brasileiro, dão início a um projeto expedicionário com o objetivo de restituir o trono português a D. Maria II, filha do duque.

Foi então preparada uma força expedicionária, que por razões de discrição ocorre em Belle-Île, na Bretanha, sendo a mesma «*constituída, para além de muitos exilados portugueses, por um grande número de estrangeiros - polacos, franceses, alemães, belgas ...*». Sob o comando do vice-almirante inglês Rose George Sartorius a esquadra expedicionária dirigiu-se para os Açores. O próprio D. Pedro, integrando a expedição, chegou à ilha Terceira a 3 de Março de 1832, após uma acidentada passagem por S. Miguel, onde aportou em virtude de um temporal que alterou o rumo da viagem. D. Pedro assumindo, nesta altura, a regência em nome da sua filha, nomeou um governo do qual faziam parte Palmela, Agostinho José Freire e ainda Mouzinho da Silveira, sendo que este dá início a «*uma profunda obra legislativa, que funcionou mais como uma espécie de programa liberal, sem uma aplicação prática efectiva*», na medida em que controlavam apenas os Açores. Ainda no mês de março foi a Madeira bloqueada, durante dois meses, mas sem resultados práticos. No entanto, «*o objetivo fundamental dos liberais era o continente*». Foi preparada com cuidado a expedição, que, composta por alguns milhares de soldados, novamente sob comando de Sartorius, a 27 de junho¹¹⁹, levantaria ferro com destino à costa continental. Não sendo significativo o número de soldados liberais, num total «*de 8219 homens*»¹²⁰, D. Pedro contava com a adesão do povo português à causa constitucional, o que não se veio a verificar significativamente após o desembarque que acontece, na costa a norte da cidade do

¹¹⁸ Revolução não é um termo técnico, tal como insurreição, rebelião e revolta. As formas de intervenção político militares estão bem definidas em *Os Militares e a Política (1820-1856)* (VALENTE, 2005, pp. 9-10). Aliás, quanto a este episódio, Vasco Pulido Valente refere «o «24 de Agosto» (a que se deu o nome absurdo de revolução)» (p. 23).

¹¹⁹ TEIXEIRA, 2004, p. 206.

¹²⁰ VENTURA, 2008, P. 59.

Porto, num quadro de relativa calma. Efetivamente, o exército miguelista, que «andava pelos 83000 homens»¹²¹, desconhecendo os concretos objetivos do inimigo liberal, bem como o número dos seus homens, concentraram forças de modo a protegerem a capital¹²². Assim, os militares miguelistas que se encontravam na região do Porto, que o desocupam de imediato, permitiram aos liberais uma fácil entrada na cidade e uma ocupação que, a curto prazo, seria cercada.

3.2. Os grupos em confronto

O desembarque das tropas liberais, lideradas por D. Pedro, em Arenosa de Pampelido (atual praia da Memória a norte de Matosinhos), ocorre na tarde do dia 8 de julho de 1832, após terem chegado à costa no dia anterior¹²³. Este desembarque daria início a um período de guerra civil que se estendeu até à convenção de Évora Monte, assinada entre constitucionais e miguelistas, a 26 de maio de 1834, restituindo o trono a D. Maria II e pondo fim ao absolutismo.

Consequência do desembarque, o exército miguelista, sob as ordens do marechal de campo, general visconde de Santa Marta¹²⁴, evacua a cidade do Porto, «*cujas posições não ofereciam defensabilidade*», «*durante a noite e madrugada seguinte sem perder guarda alguma*», passando para a margem sul do rio Douro e instalando-se em Vila Nova de Gaia¹²⁵. O abandono da cidade, por parte dos miguelistas, parece dar-se por cautela e, ao mesmo tempo, por desconhecimento da real quantidade de tropas liberais. Estando livre o Porto, começa a ocupação liberal pela manhã do dia seguinte, 9 de julho¹²⁶. O exército constitucional encontrou uma cidade abandonada pelas autoridades administrativas, militares e religiosas. Encontrou uma cidade tímida, «*tal era o receio de se comprometterem, que não se atreviam a manifestar-se*»¹²⁷ os seus habitantes.

¹²¹ VALENTE, 2005, p. 107.

¹²² TEIXEIRA, 2004, p. 206.

¹²³ Em Valongo, parece que se tomou conhecimento da intenção do desembarque ainda antes de este ocorrer, em virtude de, segundo Lopes dos Reis (1904, pp. 166-167), se encontrar nesta localidade desde o dia 7, uma banda de música do exército (realista) «*para tocar na festa de S. António*», e que foi, na madrugada do dia 8, chamada a regressar ao Porto. Lopes dos Reis acrescenta que «*embora se fizesse a solemnidade da igreja, contudo á noite já não houve o fogo de artifício que era costume queimar-se, e festa, não mais a houve até 1836*».

¹²⁴ Visconde de Santa Marta, é o comandante em chefe da província de Entre Douro e Minho (HODGES, 1833, p. 300).

¹²⁵ G.L., n.º 165, de 14 de julho de 1832, parte não oficial, p. 819.

¹²⁶ ANDRADA, 1928, p. 232.

¹²⁷ ANDRADA, 1928, p. 237.

Instalados na cidade, os liberais não traziam uma estratégia militar delineada. O marquês de Fronteira e d'Alorna, nas suas memórias, diz que «*nenhum projecto havia decido. Umas vezes procurava-se obter bestas de bagagem para fazermos um movimento sobre a capital, outras ocorria a ideia de fortificar o Porto; houve mesmo a lembrança duma nova expedição marítima sobre a capital, e só quarenta e oito horas depois tomou o Imperador a deliberação de ocupar Villa Nova*», o que viria a acontecer no dia 10, tendo os miguelistas retirado para Grijó, onde estabeleceram o quartel-general. Assim, ao sul do Douro encontrava-se o visconde Santa Marta com a sua 4.^a divisão de duas brigadas. Em Vila do Conde, encontrava-se uma outra brigada miguelista¹²⁸ (3.^a brigada) que marchou, para Grijó onde se reuniu com as tropas de Santa Marta¹²⁹, sendo que guarnecia «*a costa o resto da Divisão desde Ovar até à Figueira*». Mais uma divisão miguelista marchou para norte, desde o quartel-general de Leiria, sob comando do General Póvoas para socorrer «*Santa Martha, logo que pelo telegrapho lhe constou o desembarque do Exército Libertador*»¹³⁰.

Aproveitando o recuo miguelista os constitucionalistas ocupam Vila Nova de Gaia e no convento da serra do Pilar é alojado o regimento de Caçadores 5. Os postos avançados chegavam aos Carvalhos, onde se encontravam vedetas absolutistas, ocorrendo alguns tiroteios, enquanto, nesta altura, os novos ocupantes da cidade do Porto encetam esforços para se proverem de animais para transportes¹³¹.

As notícias recebidas no Porto, dos movimentos de Santa Marta eram muito vagas e «*dizia-se que tinha passado novamente o Douro para o norte*»¹³². Efetivamente a concentração das tropas miguelistas a sul do Douro duraria poucos dias. No dia 17, numa segunda-feira, pela uma da manhã¹³³, o Coronel Hodges comandando «*o 1.º Batalhão de Infantaria N.º 18, uma parte do [seu] batalhão [...], e um Destacamento de Cavallaria*»¹³⁴, marchou em coluna de «*reconhecimento para os lados do Carvoeiro*,

¹²⁸ ANDRADA, 1928, p. 236 - O marquês de Fronteira e d'Alorna refere o general Cardoso como sendo o comandante desta 3.^a brigada. De acordo com o periódico oficial absolutista (n.º 165, de 24/7, p. 819) José Cardoso é brigadeiro e comandante desta brigada a 3.^a da 4.^a divisão de Santa Marta.

¹²⁹ G.L., n.º 166, de 16 de julho de 1832, parte oficial, p. 821- ofício, datado de 12 de julho, de Santa Marta, que refere que a 3.^a brigada passou por Valongo e Melres, onde cruzou o rio Douro, dirigindo-se para Oliveira de Azeméis, onde nesta data já se havia instalado o quartel-general miguelista.

¹³⁰ ANDRADA, 1928, p. 236.

¹³¹ ANDRADA, 1928, p. 237.

¹³² ANDRADA, 1928, p. 240.

¹³³ HODGES, 1833, p.2.

¹³⁴ C.C.P., n.º 8 extraordinária (suplemento ao n.º 8), de 21 de julho, parte oficial, p. 37- ofício do coronel Hodges para Vila Flor, datado de 19 de julho, em Quartel em Valongo

seguindo a estrada de Vallongo»¹³⁵. Hodges, que havia recebido ordens na noite do dia anterior, partiu da praça de S.to António, comandando uma infantaria que ascendia a um total de 600 homens, acompanhados de 30 guias a cavalo¹³⁶. Passado o dia 17, e não havendo chegado, ao quartel-general dos liberais, notícias da coluna de Hodges, o Marquês de Fronteira e d'Alorna foi mandado ao seu encontro. «*Só, sem ordenança nem guia*», seguiu a estrada de Valongo, onde encontrando-se com o seu cunhado, o conde da Taipa, este o preveniu que tivesse «*toda a cautela, em consequência do mau espirito dos povos e das numerosas guerrilhas que, com alguma força regular, ocupavam Baltar, e que encontraria o Coronel Hodges no Carvoeiro*». Depois de atravessar Valongo, seguiu «*a estrada que vae paralela á da Ponte Ferreira*»¹³⁷. Em seguida avistou, «*em direcção de Baltar e sobre umas collinas*», vedetas e um grupo que lhe pareceu ser um piquete. Viu uns lavradores, dirigiu-se-lhes, e um deles «*indiferente a tudo quanto dizia respeito á politica*», confirmou-lhe que as tropas que tinha observado eram miguelistas¹³⁸. Continuando e depois de se ter cruzado com «*varios soldados inglezes que [...] estavam mortos*» devido à «*muita aguardente que tinham bebido e pelo excessivo calor que tinham sofrido durante a marcha*», encontrou Hodges em Carvoeiro¹³⁹, onde este havia permanecido «*sem poder observar força alguma inimiga*»¹⁴⁰. Aqui, um popular informou ambos que Santa Marta e toda a sua divisão tinham passado ali havia dias (algumas tropas efetivamente já haviam passado o Douro, contudo parece não ser verdadeira esta informação, pois não tinha passado toda a divisão nem o próprio Santa Marta, conforme adiante vamos ver), acompanhada de «*uma grande quantidade de guerrilhas, occupando a Divisão, Penafigel e terras immediatas e as guerrilhas as serras de Baltar*». O coronel Hodges, de imediato, colocou

¹³⁵ ANDRADA, 1928, p. 240.

¹³⁶ HODGES, 1833, pp. 1-2.

¹³⁷ ANDRADA, 1928, p. 240 - No texto das memórias do marquês, encontra-se a designação “Ponte de Ferreira”, emendada pela errata, a p. 395, para “Ponte Ferreira”, revelando rigor na aplicação da denominação como aliás ficou conhecida a contenda.

¹³⁸ ANDRADA, 1928, p. 241. A respeito desta indiferença dos camponeses e mesmo da resistência por eles efetuada (por vezes armados) em nada facilitar os movimentos dos liberais, Hodges regista várias vezes estes factos (1833, p. 2 e ss.).

¹³⁹ ANDRADA, 1928, p. 241. Luz Soriano (1889, p. 704) diz que Hodges não chegou a ir a Carvoeiro, pois afirma que para confirmar a informação sobre a passagem do rio Douro, o coronel «*dirigiu-se a Recarem [Recarei] para verificar tal noticia, onde, com efeito, se certificou d'ella, retrocedendo outra vez sobre Vallongo*».

Sobre o encontro do marquês de Fronteira com o coronel Hodges, este afirma que encontrou o marquês já no regresso a Valongo (HODGES, 1833, p. 3).

¹⁴⁰ C.C.P., n.º 8 extraordinária (suplemento ao n.º 8), de 21 de julho, parte oficial, p. 37 - ofício do coronel Hodges para Vila Flor, datado de 19 de julho, em Quartel em Valongo.

as suas tropas em marcha, sendo acompanhado pelo marquês de Fronteira e d'Alorna até entrar na estrada de Valongo, seguindo este em direção ao Porto. O marquês, depois de Valongo, cruzou-se com «*o batalhão de Voluntários de D. Maria II commandado pelo bravo Tenente-Coronel Luiz Pinto de Mendonça Arraes*»¹⁴¹. Este batalhão com «*duas peças d'artilharia*» viria a reunir-se em Valongo, com as tropas do coronel Hodges, que, justificando-se com ordens recebidas, se dirigiu em direção a Penafiel, ao encontro do inimigo¹⁴².

Segundo o marquês de Fronteira e d'Alorna «*Hodges, só com o fim de ganhar reputação*», foi dar luta ao inimigo em Penafiel, onde «*o combate foi muito renhido*» com mortos e feridos e onde participou o referido batalhão de Voluntários da Rainha¹⁴³ que tinha vindo do Porto, num total de quatro centenas de homens¹⁴⁴. Os miguelistas retiraram-se e os liberais «*por algumas horas*» ocuparam a cidade, mas sendo as suas forças muitos inferiores, o coronel Hodges «*retirou-se sobre Vallongo, onde recebeu ordens para regressar ao Porto*»¹⁴⁵.

Relativamente a este confronto, do dia 18, de acordo com um ofício do dia 20, enviado desde Amarante, pelo coronel António Vasconcelos Leite Pereira, do batalhão de Voluntários Realistas de Braga, ao visconde de Santa Marta e publicado na *Gazeta de Lisboa*, o combate iniciou-se «*no lugar das [de] Paredes às 9 horas da manhã*», estendendo-se posteriormente para a cidade de Penafiel, que, no final da contenda, efetivamente foi evacuada. No mesmo ofício o coronel afirma ter «*a satisfação de não ter tido hum só homem ferido, ou morto, tendo o inimigo perdido 42 mortos todos Inglezes, excepto 2, e 11 carros de feridos, incluindo hum coronel inglez*», afirma ainda que fez «*2 prisioneiros ingleses*»¹⁴⁶. Por sua vez, o visconde de Santa Marta, num ofício, datado do dia 21, emitido a partir do quartel-general acampado já em Ponte Ferreira, dirigido ao conde de Barbacena, também publicado no mesmo número da *Gazeta de Lisboa*, na parte oficial, reforça a perda dos liberais dizendo que foram conduzidos «*por Ponte Ferreira [os] onze carros de feridos, que os paisanos contarão até 35, e dos quaes hontem morrerão alguns em Vallongo*». Diz que antes de se dirigir

¹⁴¹ ANDRADA, 1928, p. 241-242.

¹⁴² C.C.P., n.º 8 extraordinária (suplemento ao n.º 8), de 21 de julho, parte oficial, p. 37- ofício do coronel Hodges para Vila Flor, datado de 19 de julho, em Quartel em Valongo.

¹⁴³ ANDRADA, 1828, p. 242-243.

¹⁴⁴ HODGES, 1833, p. 3.

¹⁴⁵ ANDRADA, 1828, p. 243.

¹⁴⁶ G.L., n.º 174, de 25 de julho de 1832, parte oficial, p. 857.

para Penafiel, o inimigo se compunha de «*hum Batalhão de Inglezes ao serviço dos rebeldes, que se achava em Ricarem [Recarei], cujo Povo saqueou [...] reforçados a propósito por hum Batalhão do extinto Regimento 18, com duas peças de calibre 3, de Montanha, e vinte e cinco Estudantes dos que estavam refugiados nos Açores*»¹⁴⁷ (Voluntários da Rainha). Mais diz que os liberais, que ascendiam a uma total de «900 homens», ocuparam Penafiel apenas «*por espaço de cinco horas*», onde «*entrarão para deitar fogo ao convento de Santo Antonio dos Capuchos [...] e saquearem o de S. Bento*». Por sua vez a *Crónica Constitucional do Porto* publica, na parte não oficial, uma «*noticia interessante*» onde é afirmando que no dia 18, pelas 10 horas da manhã, uma coluna comandada pelo tenente-coronel Hodges encontrou, «*diante de Penafiel, um corpo de mais de dous mil homens, composto de Guerrilhas, Voluntários realistas, Milicias, e crê-se que alguma Tropa de Linha: este Corpo foi completamente derrotado e dispersou-se fugindo em todos os sentidos. A nossa perda foi pequena, não se conhece ainda qual foi a do inimigo*»¹⁴⁸, sustentam os liberais. Mais tarde, na edição extraordinária da *Crónica Constitucional do Porto* do dia 21, é publicado um ofício do tenente-coronel Hodges, datado do dia seguinte ao confronto, dizendo que «*a perda do inimigo em mortos e feridos não pôde ser exactamente avaliada, pelo grande cuidado que tinham em arrastar consigo uns e outros, mas não pôde ter descido dos 200 homens, e sem duvida deve ser enorme a que experimentou em gente dispersa [...]. A nossa perda, incomparavelmente menor, consistio em três mortos e três feridos*»¹⁴⁹. Pela *Lista Geral dos Officiaes do Exército Libertador referida ao dia 25 de julho de 1833*, publicada em 1835, verifica-se que os números das baixas liberais, no combate de Penafiel, são diferentes. Um total de 21 mortos, dos quais dois oficiais inferiores, dois cornetas e tambores, e os restantes 17, entre cabos e soldados¹⁵⁰.

Conforme acima vimos Hodges regressa em direção ao Porto, os miguelistas seguem o seu movimento e, durante a noite do dia 19, ocupam Penafiel e no dia 20 passam «*a ocupar as posições de Ponte Ferreira*»¹⁵¹, estando assim próximos de Valongo. Efetivamente as tropas miguelistas no dia 21 já «*extendião as suas avançadas*

¹⁴⁷ G.L., n.º 174, de 25 de julho de 1832, parte oficial, p. 857.

¹⁴⁸ C.C.P., n.º 6, de 19 de julho de 1832, p. 28.

¹⁴⁹ C.C.P., n.º 8 extraordinária (suplemento ao n.º 8), de 21 de julho de 1832, p. 38.

¹⁵⁰ CRUZ, 1835, p. 165. Na lista por erro encontra-se assinalado o dia 17 quando devia ser o 18.

¹⁵¹ ANDRADA, 1828, p. 243.

*até Vallongo»*¹⁵², para onde Santa Marta, encontrando-se já no acantonamento de Ponte Ferreira (vindo do de Recarei, onde chegou a 20, após a passagem do rio Douro, entre 19 e 20), pretendia mudar, no dia seguinte, e «*ficar estabelecido nas elevações de Vallongo, a 2 léguas do Porto»*¹⁵³. Luz Soriano, relativamente à passagem de Santa Marta para norte do rio Douro, afirma que este começou a sua marcha no dia 18, estabeleceu no dia seguinte «*a sua primeira brigada no lugar de Sobrado [Castelo de Paiva]*», a 20 transpôs o rio e ocupou Recarei e a 21 posicionou-se frente a Ponte Ferreira¹⁵⁴. A partir desta localidade, Santa Marta informa superiormente que já havia ordenado a disposição de tropas nas estradas de Braga e Guimarães, a «*duas ou tres leguas do Porto para assim se fechar o bloqueio em volta daquela Cidade, aonde principia a haver falta de mantimentos, principalmente pão»*¹⁵⁵. De facto o início do Cerco, para isolar a cidade do Porto, já se encontrava em curso. Entretanto havendo chegado notícias ao quartel-general de que o inimigo estendia as suas avançadas por Valongo, «*S. M. I. ordenou imediatamente ao General Conde de Villa Flor que mandasse reconhecer as forças e o intento do inimigo»*¹⁵⁶.

3.3. O dia anterior

Já a desenhar-se o cerco à cidade do Porto, os miguelistas após terem-se concentrado entre Vouga e Douro, evitando a passagem dos liberais para sul, dirigem-se agora em força para norte do rio Douro. Com o intuito de reconhecer as forças e intenções do inimigo miguelista saíram do Porto, em direção a Valongo, «*na madrugada do dia 22, o Batalhão de Caçadores n.º 5, os Voluntários da Senhora D. Maria II, o Batalhão da Marinha e o Regimento de Infantaria n.º 18, com um destacamento de Cavallaria, e 4 bocas de fogo, debaixo do commando do Coronel Henrique da Silva Fonseca [...]. O Quartel Mestre General Balthazar d'Almeida*

¹⁵² C.C.P., n.º 11, de 28 de julho de 1832, parte oficial, p. 49 - N.º 2 da notícia oficial das operações do exército libertador.

¹⁵³ G.L., n.º 174, de 25 de julho de 1832, parte oficial, p. 858 - ofício de Santa Marta, datado de 21 de julho, a partir de Ponte Ferreira (acampamento do quartel-general da 4.ª divisão) para o Conde de Barbacena, chefe do estado-maior general.

¹⁵⁴ SORIANO, 1889, p. 907. A passagem de Santa Marta por Sobrado de Paiva, numa rota em direção a Penafiel, prece que posteriormente foi alterada em direção a oeste, para Carvoeiro, na sequência da retirada de Hodges de Penafiel com destino ao Porto.

¹⁵⁵ G.L., n.º 174, de 25 de julho de 1832, parte oficial, p. 858 - ofício de Santa Marta, datado de 21 de julho, a partir de Ponte Ferreira (acampamento do quartel-general da 4.ª divisão) para o Conde de Barbacena, chefe do estado-maior general.

¹⁵⁶ C.C.P., n.º 11, de 28 de julho de 1832, parte oficial, p. 49 - n.º 2 da notícia oficial das operações do exército libertador.

*Pimentel dirigia a columna, acompanhado pelo Ajudante de Campo de S.M.I. Conde de Ficalho, e pelo Ajudante de Campo do General Conde de Villa Flor, o Tenente Antonio de Mello*¹⁵⁷. Pelas 8 horas da manhã¹⁵⁸, à entrada de Valongo, deu-se o início do recontro, que ficou para a história com a designação de *Reconhecimento de Valongo*. O batalhão sob as ordens de Hodges, bem como o primeiro do regimento n.º 18, ficaram de reserva, tentando evitar que o inimigo os surpreendesse pela esquerda¹⁵⁹. Quando as avançadas liberais encontraram as «*vedetas inimigas, e carregando intrepidamente a grande guarda de Cavallaria, que se adiantava para protegellas, apesar da desigualdade do numero, forçou-a a retirar-se a todo galope, deixando morto no campo o seu Commandante e alguns Soldados*»¹⁶⁰. Este comandante era «*o Tenente de Cavallaria de Chaves, Paranhos*»¹⁶¹, ao serviço das forças miguelistas. Luz Soriano descreve de um modo diferente este início de combate, de uma forma que dá ao acontecimento um aspeto algo insólito¹⁶²:

«Tinha-se já passado Rio Tinto, seriam oito horas da manhã, quando se divisaram, no alto de uma encosta que está próxima de Vallongo, as vedetas do inimigo, que promptamente se retiraram, abandonando o terreno. Vencida que foi esta encosta e já na descida sobre Vallongo, apareceu então, no fim da rua principal d'este povo, toda a cavallaria realista, que, impassivel, com clavinhas sobre a perna, olhava para os recém-chagados. Tinham ido na frente da columna constitucional e um pouco adiantados d'ella o major commandante de caçadores n.º 5, Francisco Xavier da Sila Pereira, o capitão Baltazar de Almeida Pimentel e os dois ajudantes de campo em que acima se fallou, seguindo-se pela rectaguarda d'elles e a pequena distancia os quarenta guias a cavallo. Toda a gente ficou surprehendida pela immobildade com que o inimigo se lhe apresentava na frente: o momento era realmente critico, a retirada vergonhosa e o perigo imminente. N'esta reciproca irresolução se achavam, de

¹⁵⁷ C.C.P., n.º 11, de 28 de julho, parte oficial, p. 49 – N.º 2 da notícia oficial das operações do exército libertador.

¹⁵⁸ G.L., n.º 175, Suplemento, de 26 de julho, parte oficial, p. 865 - Ofício de Santa Martha, datado de 22 de julho e a partir de Ponte Ferreira (acampamento do quartel general da 4.ª divisão) para o Conde de Barbacena.

¹⁵⁹ ANGLIN, 1954, p. 35.

¹⁶⁰ C.C.P., n.º 11, de 28 de julho, parte oficial, p. 49 – N.º 2 da notícia oficial das operações do exército libertador.

¹⁶¹ G.L., n.º 175, Suplemento, de 26 de julho, parte oficial, p. 865 - Ofício de Santa Martha, datado de 22 de julho e a partir de Ponte Ferreira (acampamento do quartel general da 4.ª divisão) para o Conde de Barbacena.

¹⁶² SORIANO, 1889, pp. 708-709.

parte a parte, uns e outros, quando a chegada do bravo commandante do corpo de guias, o major de cavalaria Joaquim Paulo Arrobas, resolveu felizmente a questão, levantando elle, com todo o sangue-frio e em tom alto e sonoro, a voz de: - Esquadrões, frente formar; carregar! Esta voz, acompanhada da vista de umas poucas de fardas encarnadas que se deram por uniforme á companhia de guias, e proferida pela bocca de um homem corpolento e affouto como era o major Arrobas, intimidou promptamente o inimigo, a quem talvez se antolhou ter sobre si as espadas e o peso de uns poucos de esquadrões de cavallaria. Como quer que seja, é certo que elle se retirou por tres meia volta, havendo apenas alguns soldados que dispararam as clavinas, que até alli tinham sobre a perna».

Por seu turno o marquês de Fronteira, que foi mandado «ao encontro da columna, para obter noticias», afirma que «o capitão Taborda, [...] praticou prodígios de valor, lançando-se com a sua companhia sobre o inimigo, á baioneta, pondo em completa debandada forças muito superiores ás suas»¹⁶³.

Entretanto, Hodges, com a companhia ligeira do regimento n.º 18 e os granadeiros do batalhão britânico (também conhecido por batalhão da marinha), dirige-se para as montanhas à sua esquerda, porquanto havia observado aí movimentos de uma coluna miguelista. Aproximando-se, verificou que se dirigiam, quando os liberais já retiravam, para o local do confronto vindo a ocupar a estrada do Porto¹⁶⁴.

Antes, porém, por muitas horas o fogo liberal foi sustentado por quatro bocas de artilharia, «ao alcance da linha dos atiradores inimigos, perdendo muitos serventes e conductores». Encontrando-se envolvidos tiveram necessidade de abandonar duas peças de artilharia. Entretanto já havia sido requisitada ao Porto uma «força para proteger a retirada da columna» que acontecia em direção a Rio Tinto. Os últimos a retirar foram o coronel Henrique da Silva e o capitão Baltazar Pimentel, o qual, por ter perdido dois cavalos, se deslocava a pé. Com o combate, estas chefias confirmaram que ocupava Ponte Ferreira um corpo regular do exército miguelista sob o «commando de Santa Marta, forte de doze mil homens, comprehendendo todas as armas», em vez de guerrilhas conforme era notícia corrente¹⁶⁵. Tomando o comando do exército, D. Pedro

¹⁶³ ANDRADA, 1928, pp. 244-245.

¹⁶⁴ ANGLIN, 1954, p. 35.

¹⁶⁵ ANDRADA, 1928, pp. 244-245. Luz Soriano diz que os liberais apenas «perderam um obuz de cinco pollegadas» (1889, p. 710).

dirige-se com quase todos os meios para Rio Tinto, onde na noite do dia 22 bivacou. Segundo o coronel Hodges, este recontro foi desigual, absurdo e vergonhoso com um resultado de absoluta desvantagem para a causa liberal. A ideia inicial era somente fazer um reconhecimento dos recursos do inimigo. Devido aos riscos inúteis, houve muitas perdas. A *Crónica Constitucional do Porto*, do dia 7 de agosto seguinte, publica as relações de mortos, feridos e extraviado, num total de 133 baixas¹⁶⁶. À partida este número diverge não muito significativamente do total publicado em 1835, pela *Lista Geral...*, que menciona um total de 151, mais 18. Contudo, analisada esta lista com algum pormenor, verifica-se que os números dos feridos e extraviados (entre os quais os desertores) têm uma grande diferença. Os feridos que eram 102 passam a 77 e os extraviados sobem de 16 para 54. Esta lista indica ainda que ficara em poder dos miguelistas: «*1 Obuz, 1 Reparo do dito, 1 Armão, 1 Cofre do mesmo com munições e 3 pares d'arreios completos*», assim como foram aprisionadas cinco muares. Dois cavalos foram mortos, bem como uma muar de tiro¹⁶⁷.

No reconhecimento de Valongo, entre os feridos, dois eram oficiais. Os comandantes de Caçadores 5 e Voluntários da Rainha, respetivamente o major Xavier da Silva Pereira, ferido ligeiro, e o tenente-coronel Mendonça Arraes com gravidade¹⁶⁸. Este último viria a ser agraciado com o título de barão e depois visconde de Valongo, conforme na segunda parte deste trabalho verificamos. Neste combate pereceu o tenente Narciso Sá Nogueira de Caçadores 5. Foi o primeiro oficial a tombar nas fileiras constitucionais¹⁶⁹, facto que fez saltar lágrimas ao marquês de Fronteira, quando o irmão da vítima, o major Bernardo de Sá, soube da notícia em lágrimas e numa voz sufocada disse: «*Paciencia! Morreu cumprindo o seu dever!*»¹⁷⁰.

Em resultado do desastroso combate do reconhecimento de Valongo, decidiu o imperador para animar as suas tropas, no dia seguinte, mostrar a força do exército constitucional ao inimigo. Luz Soriano diz que «*D. Pedro tinha por si a stricta obrigação moral de se apresentar quanto antes em campo e de oferecer ao inimigo uma formal batalha, não só para conservar o seu exército na ideia de invencível, de que até então se vangloriava, mas igualmente para tentar a sorte das armas*»¹⁷¹.

¹⁶⁶ C.C.P., n.º 20, de 7 de agosto de 1832, parte oficial, pp. 90-92.

¹⁶⁷ CRUZ, 1835, p. 166.

¹⁶⁸ ANGLIN, 1954, pp. 35-37.

¹⁶⁹ SORIANO, 1889, pp. 709-710.

¹⁷⁰ ANDRADA. 1928, pp. 246.

¹⁷¹ SORIANO, 1889, p. 749.

3.4. A batalha

Tomando, o imperador, o comando em chefe do exército acamparam «*nas matas dos arredores de Rio Tinto*»¹⁷², onde na noite de 22 chegou o resto das tropas¹⁷³. Nesta noite, reuniram-se «*os dois Quartéis Generaes para concertar o plano da batalha*». Segundo o marquês de Fronteira e d'Alorna «*o Imperador inspirava confiança. Apesar de ser um Príncipe da Casa de Bragança, todos feitos mais para a paz do que para a guerra [...], possuía as grandes qualidades do soldado, bravo sem ser fanfarrão, de grande sangue frio*»¹⁷⁴.

Organizaram-se três colunas. O coronel Hodges diz que o flanco direito estava a cargo da divisão do coronel Brito, o centro seria comandado por tenente-coronel Schwalbach e a coluna da esquerda, sob o seu comando, uma divisão de 1500 homens e seis peças de artilharia, composta por batalhão de artilheiros, o terceiro batalhão do regimento n.º 18 e os batalhões britânico e francês, e que se encontrava bivacada à direita da estrada de Guimarães¹⁷⁵. No dizer de Luz Soriano a coluna da direita, de facto, comandada por António Pedro Brito, avançaria pela estrada de S. Cosme, a da esquerda comandada por Hodges seguiria pela estrada da Formiga. No entanto quanto à coluna do centro que seguia pela estrada de Valongo, estaria confiado o comando ao coronel Henrique da Silva da Fonseca. Schwalbach estaria na coluna do centro mas à testa com uma divisão ligeira¹⁷⁶. Tal informação é confirmada pelo marquês de Fronteira que diz que a coluna central é comandada por Henrique da Silva, acrescentando, «*mas debaixo da immediatas ordens do general em chefe*», o visconde de Vila Flor. Quanto si, o marquês afirma que, durante a noite, teve «*um trabalho inaudito, levando ordens ás diferentes columnas e reconhecendo as diversas estradas*»¹⁷⁷.

Da serra do Pilar e de toda a margem sul foram retiradas as tropas, cortada a ponte das barcas e pelo rio Douro acima seguiram «*tres escunas de guerra, a liberal, a*

¹⁷² ANGLIN, 1954, p. 37.

¹⁷³ SORIANO, 1889, p. 750.

¹⁷⁴ ANDRADA, 1928, pp. 247-248.

¹⁷⁵ ANGLIN, 1954, p. 38.

¹⁷⁶ SORIANO. 1928, pp. 750-752

¹⁷⁷ ANDRADA, 1928, p. 248.

*prudencia e a coquette [...] para protegerem as operações militares de D. Pedro [...] de quaesquer partidas de realistas que podessem aparecer na margem esquerda»*¹⁷⁸.

Na madrugada do dia 23, uma segunda-feira, ao que parece sob um tímido luar de quarto minguante com três dias¹⁷⁹, às três horas da madrugada, as tropas levantaram o bivaque¹⁸⁰, em direção a Ponte Ferreira. Pelas nove horas da manhã, e quando já era insuportável o calor, a coluna do centro entra em Valongo, «*com Sua Magestade Imperial e o seu numeroso Estado Maior. Na retaguarda da columna seguia uma bateria de artilharia bem equipada e bem servida. Uma força dos guias fazia a guarda da vanguarda*». Fizeram um período de descanso até entrarem em combate.

Quando já eram onze horas, o momento previamente estabelecido, as três colunas desembocam no campo de batalha¹⁸¹, onde Santa Marta dispunha de tropas desde, a sua esquerda, nos montes que flanqueiam a margem direita do rio Douro até à direita da zona de Ponte Ferreira. A divisão ligeira do centro foi a primeira a entrar em combate. Atacou o inimigo do outro lado de Valongo e penetrou rapidamente nos seus postos avançados. As forças miguelistas com rio Ferreira pela frente apresentaram-se em força¹⁸². Entretanto o coronel Brito já ocupava o flanco direito liberal, posição que havia sido estabelecida, enquanto pela esquerda já se fazia sentir o fogo¹⁸³. Pois pela esquerda, a coluna de Hodges já «*tinha baixado das montanhas em frente da [...] extrema direita*» miguelista, emboscando-se por «*detrás dos pinhaes e bosque da Povoação de Sobrado, que ficava na direita*» da posição das forças comandadas por Santa Marta¹⁸⁴. De facto o coronel Hodges e os seus homens já haviam entrado na luta e debaixo de fogo de uma peça de campanha miguelista, mas sem causar baixas, passaram o rio a vau¹⁸⁵. Precedidos por duas companhias do regimento 18, o batalhão francês e o inglês, que haviam passado o rio, atacam o inimigo miguelista em força, sendo «*que a sua direita foi promptamente abalada e até repelida á bayoneta para além das alturas que ocupava*». Santa Marta viu-se obrigado a reforçar a sua direita com tropas que se

¹⁷⁸ SORIANO, 1889, p. 750.

¹⁷⁹ B.P.M.P. - Calendário de 1832, ref.^a: W³-1-32. O quarto minguante havia ocorrido no dia 20.

¹⁸⁰ ANGLIN, 1954, p. 38.

¹⁸¹ ANDRADA, 1928, pp. 248-249. Pinho Leal afirma que o ataque liberal às tropas realistas se dá às 10 horas da manhã «*pelo sítio da Granja de Ponte Ferreira*», durando dez horas até às oito da tarde (LEAL, 1876, p. 184).

¹⁸² ANGLIN, 1954, p. 39. Hodges refere-se erradamente ao rio Ferreira como sendo o rio Sousa.

¹⁸³ ANDRADA, 1928, p. 249.

¹⁸⁴ G.L., n.º 179 de 31 de julho de 1832, parte oficial, p. 882- Ofício de Santa Marta, de 27 de julho, para o conde de Barbacena.

¹⁸⁵ ANGLIN, 1954, p. 39.

encontravam na sua esquerda¹⁸⁶. Ao centro o fogo «*foi o mais vivo possível*». A todo custo pelos liberais foi tomada a «*primeira posição, que era a das Cruzes [lugar do Calvário] [...], repellindo e fazendo retirar o inimigo, apesar da sua força numerica*». Os miguelistas atacavam «*com dez boccas de fogo muito bem servidas*». Os constitucionais metendo a sua bateria em posição abrem fogo. Segundo o marquês de Fronteira, os caçadores liberais «*avançavam com dificuldade, porque a lucta era desigual*». Enquanto isto acontecia, o coronel Brito, pela direita mantinha-se sem movimentos e sem ataque ao inimigo. Parece que respeitava ordens diretas de D. Pedro que de início se mantinha no lugar do Calvário¹⁸⁷. Segundo o marquês de Fronteira, «*debaixo dum vivo fogo de artilharia e fusilaria, conservando a coragem de que era dotado*», aliás este foi o seu batismo de fogo, pois era «*a primeira vez na sua vida que entrava numa batalha*». D. Pedro, posteriormente, aconselhado, principalmente pelo general em chefe Vila Flor, «*tomou uma posição mais á retaguarda e mais fora do alcance, onde se conservou durante as oito horas*» do combate¹⁸⁸.

Por seu turno a esquerda liberal de Hodges junto a um monte foi atacada por um corpo de cavalaria inimiga, que se aproximando da ponta das baionetas foi dispersa com uma descarga liberal, contudo provocando baixas¹⁸⁹.

Entretanto a coluna do centro, seguida com «*entusiasmo e coragem*» pelo coronel conde de Paraty¹⁹⁰, por ordens do general em chefe Vila Flor, movimentou-se com vista a passar a ponte. O marquês de Fronteira levou uma ordem ao tenente-coronel Schwalbach, que se encontrava na vanguarda, para que atravessasse «*a ponte a marche-marche*». Dado o sinal de “avançar”, «*o fogo tornou-se vivíssimo*», com vivas saídos das fileiras liberais, por entre soldados mortos e feridos, a testa da coluna consegue atravessar a ponte. O primeiro batalhão a chegar à margem contrária foi Caçadores n.º 2, com os seus atiradores à frente, «*seguindo este movimento Caçadores n.º 5, que formou*

¹⁸⁶ SORIANO, 1889, p. 753.

¹⁸⁷ Junto cruzes do Calvário, facilmente conseguia obter uma panorâmica sobre a zona central do teatro de guerra.

¹⁸⁸ ANDRADA, 1928, p. 250.

¹⁸⁹ ANGLIN, 1954, pp. 40-41. Neste episódio Hodges conta que viu um jovem, do Batalhão Britânico, que não teria mais de 17 anos, a despojar um cavaleiro ainda moribundo das suas botas. Dizendo-lhe que o não devia fazer enquanto o homem respirasse, acatou com relutância. Posteriormente, tendo verificado que o miguelista havia sido despojado por outrem, chorou como uma criança e acusou Hodges do prejuízo. Mesmo com a promessa de um novo par de botas, afirmou preferir aquelas ganhas em luta a 20 outros pares de botas novas.

¹⁹⁰ O marquês de Fronteira e d'Alorna descreve este conde como sendo «*quasi anão e obeso, não tendo agilidade alguma e precisando do auxilio do galego que tinha ao seu serviço, para se levantar e sentar na cama*». Acrescenta ainda que «*as balas de artilharia e o fogo da fusilaria [...] incomodavam-no menos do que as moscas e mosquitos*» (1928, p. 251).

sobre a esquerda». Mais dois batalhões conseguiram passar para o lado dos miguelistas, formando colunas contíguas. Entretanto da zona mais alta, junto das cruzes, o comandante de artilharia desceu «*com duas peças, a grande trote, colocou-as em bateria entre os dois batalhões de Caçadores e metralhou os atiradores e columnas inimigas*», provocando-lhes estragos, mas sempre debaixo de fogo e com perda de muitos homens, serventes, condutores e alguns oficiais. A partir do centro as movimentações à esquerda eram de difícil observação pelo general em chefe, que só após seguir Caçadores 5 e subindo uma colina, acompanhado por todo o estado-maior, verificou que aquele flanco lutava com dificuldade e teve notícias das suas perdas. Contudo o coronel Brito, segundo o marquês de Fronteira, «*não disparou um tiro*», e todos os seus homens continuavam imóveis¹⁹¹. Hodges queixa-se igualmente da imobilidade da direita liberal, que permitiu a Santa Marta reforçar a sua direita, envolvendo as tropas do coronel britânico. Por volta das duas horas da tarde, o primeiro batalhão do Regimento 18, que se encontrava em reserva, marchou para a esquerda¹⁹², mas, nesta altura, já havia muitas perdas em «*todos os corpos, em toda a linha*» e apesar dos liberais sustentarem as posições tomadas ao inimigo, «*os feridos continuavam a rarear as fileiras*»¹⁹³. Entretanto Santa Marta estabeleceu «*a linha de batalha sobre as colinas em frente da Povoação da Granja*»¹⁹⁴ e Hodges ordenou a passagem dos feridos para a outra margem do rio, colocou os corpos inglês e francês de reserva, contornou uma colina, foi limpo um bosque e uma aldeia por detrás do monte, fazendo prisioneiros e muitos mortos ao inimigo.¹⁹⁵

Até às cinco horas da tarde o combate encontrava-se muito duvidoso. De seguida os miguelistas atacam fortemente sobre a coluna do centro liberal, sendo os vários batalhões de caçadores obrigados a retrocederem. São auxiliados por dois batalhões de reserva permitindo luta durante algum tempo, mas sem avanço nem recuos. Entretanto os atiradores miguelistas debandam e são atacadas as suas reservas que se retiram. O coronel Hodges havia avançado com a esquerda e uma companhia de atiradores da coluna da direita movimenta-se e persegue o inimigo. De acordo com o marquês de Fronteira, a falta de cavalaria não permitiu dar uma completa derrota aos miguelistas,

¹⁹¹ ANDRADA, 1928, pp. 251-252.

¹⁹² ANGLIN, 1954, p. 42.

¹⁹³ ANDRADA, 1928, pp. 252-253.

¹⁹⁴ G.L., n.º 176, de 31 de julho de 1832, parte oficial, p. 882 - Ofício de Santa Marta, de 27 de julho, para o conde de Barbacena.

¹⁹⁵ ANGLIN, 1928, pp. 42-43.

que se retirou sobre Penafiel. Os constitucionais recuperaram uma peça de artilharia que haviam perdido no dia anterior e conseguiram apoderar-se de uma dos miguelistas¹⁹⁶.

De facto, de acordo com a *Gazeta de Lisboa*, os miguelistas dirigiram-se durante a noite para Baltar e na manhã seguinte para Penafiel¹⁹⁷. Pinho Leal que perfilou do lado absolutista também confirma esta notícia dizendo que «os realistas fugiram (é o termo próprio) para Baltar, e d'alli para Penafiel, chegando muitos a fugir a unhas de cavallo, até Amarante». Mais diz que para ele é um «mysterio impenetrável» o facto de esta fuga acontecer tendo-se verificado a retirada dos «liberais – alguns em bastante desordem – para o Porto»¹⁹⁸. Esta retirada dos liberais, que Pinho Leal refere, eventualmente pode ter sido um dos momentos, por ele testemunhados, de recuo, no campo de batalha, de alguns batalhões constitucionais, na medida em que D. Pedro e as suas tropas, só regressam ao Porto no dia seguinte. O regresso de todas as tropas, acontece pela necessidade de acalmar os ânimos, provocados por pânico que se viveu na cidade, na noite do próprio dia 23, e restabelecer a confiança aos portuenses.

As tropas liberais tiveram ordem para bivacar no campo de batalha, Hodges ordenou a grupos de praças o enterramento dos corpos de ambas as facções e que se preparassem para descansar. A coluna da esquerda só a adiantada hora da noite recebeu os géneros alimentícios, no entanto, os franceses sofreram menos com a demora, assaram carne dos cavalos miguelistas mortos em combate, da qual Hodges provou uma fatia¹⁹⁹.

O imperador também ceou no acampamento do campo de batalha²⁰⁰, e nesta noite, na cidade do Porto, já se vivia o pânico que atrás referimos. O episódio insólito ocorrido no Porto, na noite da batalha, foi atribuído a informações falsas provocadas pelos absolutistas, sobre um revés das tropas liberais em Ponte Ferreira e que o exército estaria impedido de regressar, porquanto as estradas se encontravam cortadas²⁰¹. De acordo com Hodges, o episódio do pânico na noite do dia 23 no Porto, com embarque precipitado de altas individualidades, deve-se aos próprios constitucionais, mais propriamente pessoas, do próprio séquito de D. Pedro, de espírito indeciso e tímido.

¹⁹⁶ ANDRADA, 1954, pp. 253-254.

¹⁹⁷ G.L., n.º 179, de 31 de julho de 1832, parte oficial, p. 882 - Ofício de Santa Marta, de 27 de julho, para o conde de Barbacena.

¹⁹⁸ LEAL, 1876, p. 184.

¹⁹⁹ ANGLIN, 1954, pp. 43-44.

²⁰⁰ ANDRADA, 1928, p. 254.

²⁰¹ SORIANO, 1889, p. 759.

Logo no início da contenda em Ponte Ferreira, estes indivíduos, receosos do resultado, aconselharam que se ordenasse ao governador militar do Porto o embarque do tesouro público e da bagagem de D. Pedro, por precaução. O sigilo da informação não se manteve, por culpa do governador, e conjugada esta informação com receios já sentidos pela população, a cidade entrou em pânico²⁰². Contudo, Luz Soriano diz que não é certo apontar-se a verdadeira origem das vozes de terror que se espalharam no Porto²⁰³.

Os realistas, de acordo com a *Gazeta de Lisboa*, nas duas ações (dias 22 e 23) tiveram uma perda total de 55 mortos e 212 feridos²⁰⁴. Quanto aos constitucionais de acordo com Cunha Mattos, baseado no mapa do quartel-general do Porto, o recontro do dia 23 saldou-se, do lado liberal, num total de 19 mortos, 17 extraviados e 220 feridos²⁰⁵. Diferentes são os números publicados dois anos depois pela *Lista Geral...*, de 1835, em que aos constitucionais é atribuída uma perda total de 51 mortos, 170 feridos e 27 extraviados²⁰⁶. O número de mortos e feridos liberais, apesar de variar entre estes dois valores, não deixa de ser significativo. No que respeita aos feridos, de facto o número é elevado (aos quais acrescem os provenientes de outras ações, nomeadamente do dia anterior), o que terá forçado a Comissão Municipal do Porto, reunida em sessão extraordinária no dia 25 de Julho, a «*dár prompto cumprimento a uma Portaria expedida pelo Ministro de Guerra*» da mesma data, pela qual é exigida a esta mesma comissão «*oitocentas camisas e oitocentos lençóis para o Hospital Militar*»²⁰⁷. Percebe-se que a portaria é emanada na sequência da necessidade de se dar resposta no auxílio aos feridos da batalha. Os mesmos, depois de conduzidos para Valongo foram de facto transferidos para o Porto²⁰⁸.

A batalha de Ponte Ferreira, segundo Pinho Leal, tratou-se de uma ação «*ainda mais encarniçada do que a da vespera, e durou dez horas (até às 8 da tarde), sem outra vantagem, de parte a parte, senão fazerem aos contrários muitos mortos e feridos, e alguns – poucos - prisioneiros*»²⁰⁹.

²⁰² ANGLIN, 1954, p. 45.

²⁰³ SORIANO, 1889, p. 764.

²⁰⁴ G.L., n.º 179 de 31 de julho de 1832, parte oficial, p. 883.

²⁰⁵ MATTOS, 1833, p. 200.

²⁰⁶ CRUZ, 1835, p. 167.

²⁰⁷ A.H.M.P. - atas da vereação de 13/7/1832 a 31/12/1834, p. 11v.

²⁰⁸ ANGLIN, 1954, p. 49.

²⁰⁹ LEAL, 1876, p. 184.

4. Relevância do acontecimento: ilações

Os episódios dos dias 22 e 23 resultam da tentativa liberal de se expandirem no território e de evitar um cerco que parecia inevitável. Para o autor António Cruz, uma *«batalha pode não ser mais do que uma operação estratégica, a partir da movimentação de forças e até sem carecer de combates no terreno, a ferro e fogo: no objetivo imediato, procura-se desbaratar o inimigo e levá-lo de vencida»*²¹⁰. Nesta medida, este autor afirma que as operações que se seguiram ao desembarque das tropas em Arenosa de Pampelido se trata da primeira batalha do cerco do Porto, onde mesmo não houve sequer tiroteio significativo. Se assim o é então a batalha de Ponte Ferreira não é a primeira batalha, mas sim a primeira grande batalha do cerco do Porto e da guerra civil que ocupou as tropas e a sociedade portuguesa, entre 1832 e 1834. É primeira porque antes não houve outra com dimensão igual ou superior, e porque as proporções que teve, de envolvimento de meios humanos e outros, assim como a área territorial do teatro das operações (desde o rio Douro a Sobrado e desde o Porto a Baltar) é significativa (grosso modo grande parte da atual área do grande Porto).

Os liberais em número muito inferior debateram-se à altura dos miguelistas, estes com uma quantidade de tropas muito superior e que ainda por cima debanda no final do confronto, deixando em aberto uma vitória para o inimigo, que por si só parece pertencer-lhe dado o numero muito inferior de tropas. Mas o inimigo liberal não aproveitou a oportunidade. Podia perseguir os miguelistas, ou pelo menos permanecer no campo de batalha, o que não se verificou. Deixou território conquistado à mercê do inimigo absolutista que o viria a ocupar novamente.

Assim o intuito do possível ganhador não foi satisfeito (ganhar e evitar o cerco). Ao passo que os absolutistas, quase perdendo, conseguiram os seus objetivos (cercar o Porto). Contudo, esta primeira grande batalha, não sendo um resultado francamente positivo para nenhuma das facções, viria a ser reivindicada por ambas, conforme adiante se verifica.

²¹⁰ CRUZ, 1982, p. 18.

III – Ecos do acontecimento: repercussões à época

1. Aproveitamentos e reivindicações

Uma batalha é sempre um importante marco histórico na vida de uma comunidade local, regional ou mesmo de uma nação. O contexto de uma guerra civil torna ainda mais sangrento, mais fraturante, um evento desta natureza. O facto de se terem confrontado em Ponte Ferreira exércitos compostos por membros de uma mesma comunidade, que usavam a mesma língua, que se formaram num mesmo espaço, que receberam a mesma tradição e os valores básicos idênticos, torna mais necessária a explicação do evento, até para justificar e serenar consciências relativamente ao assunto. Ocorridos os factos de Ponte Ferreira, dá-se logo início a um processo de construção da memória da batalha. Inicialmente pelos contendores. A estes interessava a memória gloriosa para propagandear quer na *Gazeta de Lisboa*, quer na *Crónica Constitucional de Lisboa*, tirando partido de chamarem a si a opinião pública e chamarem às fileiras quem estivesse em condições de poder lutar e dar a sua vida pelas causas, absolutista ou liberal. Posteriormente, ainda no decorrer da guerra civil, iniciam-se as publicações de narrativas expedicionárias, da autoria de estrangeiros presentes nas fileiras, nomeadamente liberais, e de testemunhos, principalmente do cerco do Porto, onde Ponte Ferreira tem lugar de relevante episódio num contexto de guerra civil. Nesta quase contínua construção memorialista do acontecimento seguiram-se-lhes, mais tarde, as memórias de intervenientes no confronto bélico e posteriormente as monografias locais, como se explana no ponto que se segue sobre as reivindicações e aproveitamentos baseados em Ponte Ferreira. São reivindicações e aproveitamentos, a dois níveis, o local e o global, a que as publicações referidas e os seus autores não se encontram completamente alheios, pela carga reivindicativa de valorização pessoal e/ou coletiva que acarretam.

1.1. Recurso estratégico local

A freguesia de S. Mamede de Valongo, na segunda metade do século XVIII, «*inseria-se num quadro político-administrativo que a colocava sob a dependência do*

Porto, embora esta freguesia integrasse o concelho da Maia»²¹¹. Valongo, terra de padeiros e de produção do pão, era fornecedora da cidade do Porto, o seu principal mercado. Em 1793 são mais de uma centena os padeiros, sem contar com as padeiras, que praticamente não aparecem nos registos, na medida em que estes tinham um propósito de recensear a população masculina²¹².

Foi em Valongo, num *«pequeno espaço que ao longo da época moderna se desenvolveu o maior aglomerado da então denominada Terra da Maia»²¹³. A freguesia de Valongo cresceu assim à custa da panificação, do comércio e da relação próxima com o Porto, facilitada pela estrada real, sendo, portanto, em vésperas da batalha de Ponte Ferreira já um importante núcleo urbano (possuindo 783 fogos²¹⁴). O coronel Hodges, presente nos acontecimentos conforme acima se verificou, na sua narrativa expedicionária afirma que se trata de uma terra com alguma importância comercial e que o pão consumido na cidade é principalmente fabricado em Valongo. Afirma ainda que na zona se produz grande quantidade de vegetais comercializados no Porto, que na freguesia residem lavadeiras que tratam da roupa de habitantes da cidade, bem como refere a importância e valorização que advém pela existência próxima de minas de carvão²¹⁵.*

Ocorrido o episódio de Ponte Ferreira, no dia seguinte, D. Pedro e a suas tropas marcham para o Porto deixando o território do campo de batalha ao dispor do inimigo, apesar de *«alguns piquetes em Vallongo e n'outros pontos de observação ao general Santa Marta»²¹⁶. Efetivamente, decorridos pouco dias já os miguelistas controlavam Valongo. O general Santa Marta informa²¹⁷ o conde de Barbacena de que no dia 7 de agosto tem «as suas avançadas no Alto de Valongo», onde, na manhã do dia seguinte, ele próprio faz um reconhecimento «com dous Batalhões de Voluntarios Realistas, e hum Esquadrão de Cavallaria», verificando que a cidade do Porto «tem em sua circunferencia Trincheiras». Mais informa que se encontra a sua 4.^a divisão em Baltar e*

²¹¹ LIMA, 2000, p. 184.

²¹² LIMA, 2000, p. 187.

²¹³ LIMA, 2000, p. 184.

²¹⁴ REIS, 1904, p. 196. O Pe. Joaquim Lopes dos Reis, referindo-se ao desenvolvimento de Valongo à data da batalha, a pp. 195, afirma: «Diz-se que D. Pedro IV, passando n'esta terra, estranhara que ella fosse ainda simples freguezia, sendo realmente para lamentar que, emquanto outras terras quasi despovoadas se chamavam cabeças de concelho e até villas».

²¹⁵ HODGES, 1833, p. 2.

²¹⁶ SORIANO, 1889, p. 770.

²¹⁷ Ofício de Santa Marta, datado de 8 de agosto, a partir do seu quartel-general instalado em Baltar, publicado na G.L. n.º 190, de 13 de agosto, parte oficial, p. 934.

tem pela sua direita o Batalhão de Voluntários Realistas de Braga, cujas avançadas tocam o convento da Formiga (Ermesinde). Dá notícias ainda de que Alfena se encontra ocupada, assim como Leça do Balio, encontrando-se as forças miguelistas muito próximas do Porto. Assim, «*Vallongo, depois de estar alguns dias sob o poder de D. Pedro, tornou a ser outra vez do dominio de D. Miguel. Os constitucionaes, esses encurralando-se no Porto, nunca mais tentaram sahir de lá, preparando-se para a defeza armados até aos dentes*»²¹⁸. O general Santa Marta, desta forma, «*achava-se restituído novamente á posição que occupava antes do dia 22*»²¹⁹, dia anterior à batalha. Controlando a área, dois dias depois comunica novamente²²⁰ ao conde de Barbacena para dar conta de que havia determinado a proibição de fornecimento de carvão à cidade, inclusive afirma ter-se apreendido sete carros do dito combustível, assim como diz que «*de Vallongo as padeiras não vão ao Porto vender pão*» e acrescenta que «*tem-se feito mais apreensão de farinhas, e inutilizado fornos, e moinhos que possão ser uteis aos rebeldes*». Certo é que os liberais confirmam a destruição de moinhos²²¹. Inclusive na vereação da Câmara do Porto do dia 29 de agosto²²², é nomeada uma comissão especial para diligenciar sobre a construção de moinhos, em substituição dos caídos nas mãos do inimigo. Mandam então construir toda a espécie de moinhos de água, vento, atafonas e quaisquer outros que pareçam convenientes. Igualmente determinam se façam a inspeção de fornos de pão da cidade e arrabaldes.

Encontra-se então a freguesia de Valongo controlada pelos miguelistas, onde assentaram quartel-general e houve Governador Militar. O abandono de Valongo por parte dos miguelistas parece que se dá apenas com o levantamento do cerco do Porto por norte e leste. No dia 18 de agosto de 1833, segundo informa o conde Saldanha, em ofício datado do dia seguinte a Agostinho José Freire, que os liberais avançam por Valongo, sendo o exército miguelista «*perseguido pelos lanceiros até ás alturas de Ponte Ferreira*», e ainda segundo a mesma fonte segue-se «*a completa fuga do inimigo*,

²¹⁸ REIS, 1904, p. 185

²¹⁹ SORIANO, 1889, *apud* REIS, 1904, p. 185.

²²⁰ Ofício de Santa Marta, datado de 10 de agosto, a partir do seu quartel-general instalado em Baltar, publicado na G.L. n.º 192, de 15 de agosto, parte oficial, p. 941. Na parte não oficial deste n.º 192, através de alegadas cartas, há novamente referência à apreensão de farinhas e milho em grão, assim como da demolição de moinhos ao pé do Porto.

²²¹ C.C.P. n.º 47, de 7 de setembro, parte não oficial, p. 219 – referência a que foram «*quebrados*» os moinhos, mas que ainda têm géneros para vender.

²²² A.H.M.P. - atas da vereação de 13/7/1832 a 31/12/1834, p. 29.

para além de Penafiel»²²³. A *Crónica Constitucional de Lisboa* publicaria no dia 16 de junho de 1834 uma «*relação de Batalhas, Combates e surpresas*», na qual é atribuída às movimentações deste dia a designação de «*Batalhas fora das linhas, no Porto*»²²⁴.

Entretanto, durante este período de ocupação miguelista, o próprio D. Miguel, visita as tropas que circundam o Porto, e segundo o Pe. Joaquim Lopes dos Reis, «*deixando Lisboa para nunca mais lá entrar [...] entrou pelo Monte Alto em Vallongo, onde acampou com a sua gente a 5 de Novembro de 1832 e se conservou pelo espaço de 2 mezes hospedado com suas irmas em casa de Bernardo Martins das Neves*»²²⁵. Por várias cartas, alegadamente emitidas de Valongo e publicadas em vários números na *Gazeta de Lisboa*, embora suspeitas, percebe-se que a população se entusiasmou com os preparativos para a receção ao rei D. Miguel. Fruto da ideologia dos próprios valonguenses ou da influência dos ocupantes miguelistas, parece que a população desta terra é, de facto, na sua maioria, realista. Voltando a citar Lopes dos Reis, «*D. Miguel em Vallongo era o encanto de toda a gente, principalmente da gente miguelista que era em maior numero e quasi o adorava como um deus, recebendo-o no meio das maiores aclamações de entusiasmo e saudações de sympathia. Nas ruas por onde elle passava, dizem os nossos velhos, reunia-se o povo, em grandes multidões que soltavam delirantes vivas ao Snr. D. Miguel rei absoluto*»²²⁶. Ainda antes da ocorrência dos factos de Ponte Ferreira, no dia 9 de julho, parece que o povo valonguense se animava, assim como as guerrilhas miguelistas locais, com a entrada da 3.^a brigada da 4.^a divisão, comandada pelo Brigadeiro Cardoso²²⁷.

Porém, depois da desocupação, ainda antes do final da guerra, num cenário presente de propaganda, a *Crónica Constitucional de Lisboa*, a 16 de maio de 1834, divulga terem sido respondidas a várias comissões municipais e honras, assim como «*aos Habitantes da Freguezia de S. Mamede de Valongo*», as demonstrações públicas de reconhecimento «*por se verem libertados do jugo tyrannico*», de que deu ordem sua majestade imperial para que se constasse²²⁸.

²²³ C.C.L. n.º 26, de 24 de agosto de 1833, parte oficial, p. 132.

²²⁴ C.C.L. n.º 140, de 16 de junho de 1834, parte oficial, p. 578.

²²⁵ REIS, 1904, pp. 185-186. Na casa de Bernardo Martins das Neves, foi instalada a Câmara Municipal após a instauração do concelho. Presentemente é o edifício onde se encontra o Museu, Turismo e Arquivo Histórico Municipal.

²²⁶ REIS, 1904, p. 186.

²²⁷ G.L. n.º 165, de 14 de julho, parte não oficial, p. 820.

²²⁸ C.C.L. n.º 115, de 16 de maio de 1834, parte oficial, p. 469.

Finalizada a guerra civil, a batalha de Ponte Ferreira, desde logo, poucos anos depois da sua ocorrência, mais precisamente quatro anos (dois depois do final da guerra), passou a ser um importante marco histórico-identitário e um recurso estratégico local, de um concelho que nascia num contexto invulgar, o concelho de Valongo²²⁹.

Instalada a primeira Câmara Municipal de Valongo, recorrendo à memória da batalha, imediatamente na sua primeira sessão, em março de 1837, é decidido, através de uma representação²³⁰, agradecer a criação do novo concelho e suplicar à rainha D. Maria II que conceda «a Graça de crear Villa [...] a cabeça do novo Concelho», em virtude «que d'alí foi que [...] O Senhor Dom Pedro de Gloriosa Memoria dirigiu o memoravel ataque de Ponte Ferreira»²³¹. O benefício é concedido logo em abril seguinte, pois é publicado no Diário do Governo no dia 20 o Decreto de 17²³², onde a Rainha concede que Valongo «seja elevado à cathegoria de Villa [...] Attendendo á sua População, a estar já constituido Cabeça de Concelho, bem como á gloriosa recordação que o seu nome offerece»²³³. Mais tarde, ainda no séc. XIX, o município volta a socorrer-se da batalha. Neste caso para a aprovação, a 25 de setembro de 1889, do primeiro brasão de armas²³⁴ da então vila de Valongo (no entanto representativo de todo o município). No relatório e descrição²³⁵ justifica-se que «junto á ponte de Ferreira, em 23 de julho de 1832, feriu-se numa batalha importante, n'este famoso periodo em que um punhado de bravos conseguiram implementar no paíz um regímem constitucional, levando o paíz ao convívio das nações liberaes». Mais se justifica, em expressão emblemática, que «O Vallongo moderno póde dizer-se que se nasceu sob a influxo da liberdade, a quem deve a cathegoria de cabeça de concelho e a importância que d'ahi resulta. É por isso, e em preito ás instituições, que o município deseja ter o

²²⁹ Terminada a guerra civil, da qual os liberais saíram vitoriosos, em 1835 pela Carta de Lei de 25 de Abril, Portugal é dividido em distritos administrativos, concelhos e freguesias, dando origem ao sistema administrativo contemporâneo (SILVEIRA, 1997, p. 90). No ano seguinte, com o setembrismo, os concelhos, que na sua generalidade são de pequenas dimensões, são reduzidos para menos de metade, passando a existir somente 351. A par da eliminação de algumas centenas de concelhos, foi criado um pequeno número de concelhos. O decreto de 6 de Novembro de 1836 cria assim 21 novos concelhos, entre os quais o de Valongo, inserido no Distrito do Porto. Surge assim o concelho de Valongo, fruto de uma profunda remodelação da organização territorial do país, ocorrida entre 1832 e 1836, da qual nasceu a divisão administrativa atual (SILVEIRA, 1997, introdução) e quando algumas centenas de municípios são extintos.

²³⁰ V. anexo 19.

²³¹ A.H.M.V. - Registos da Municipalidade (correspondência expedida e recebida): 1837-1839 – ref.ª: PT/AHV/CMV/C/A/001/69

²³² V. anexo 20.

²³³ Obviamente que a referência «gloriosa recordação» é respeitante à batalha.

²³⁴ A.H.M.V. - 1.º Brasão da Vila de Valongo – ref.ª: PT/AHV/CMV/B/A/01.

²³⁵ V. anexo 21 e 22.

seu brasão d'armas, similhantemente a tantissimas villas que nem a esta terra vencem por antiguidade ou importância». Prestigiando Valongo (vila e concelho) e a instituição municipal, assim como valorizando a batalha e o local onde se deu, o brasão engloba na

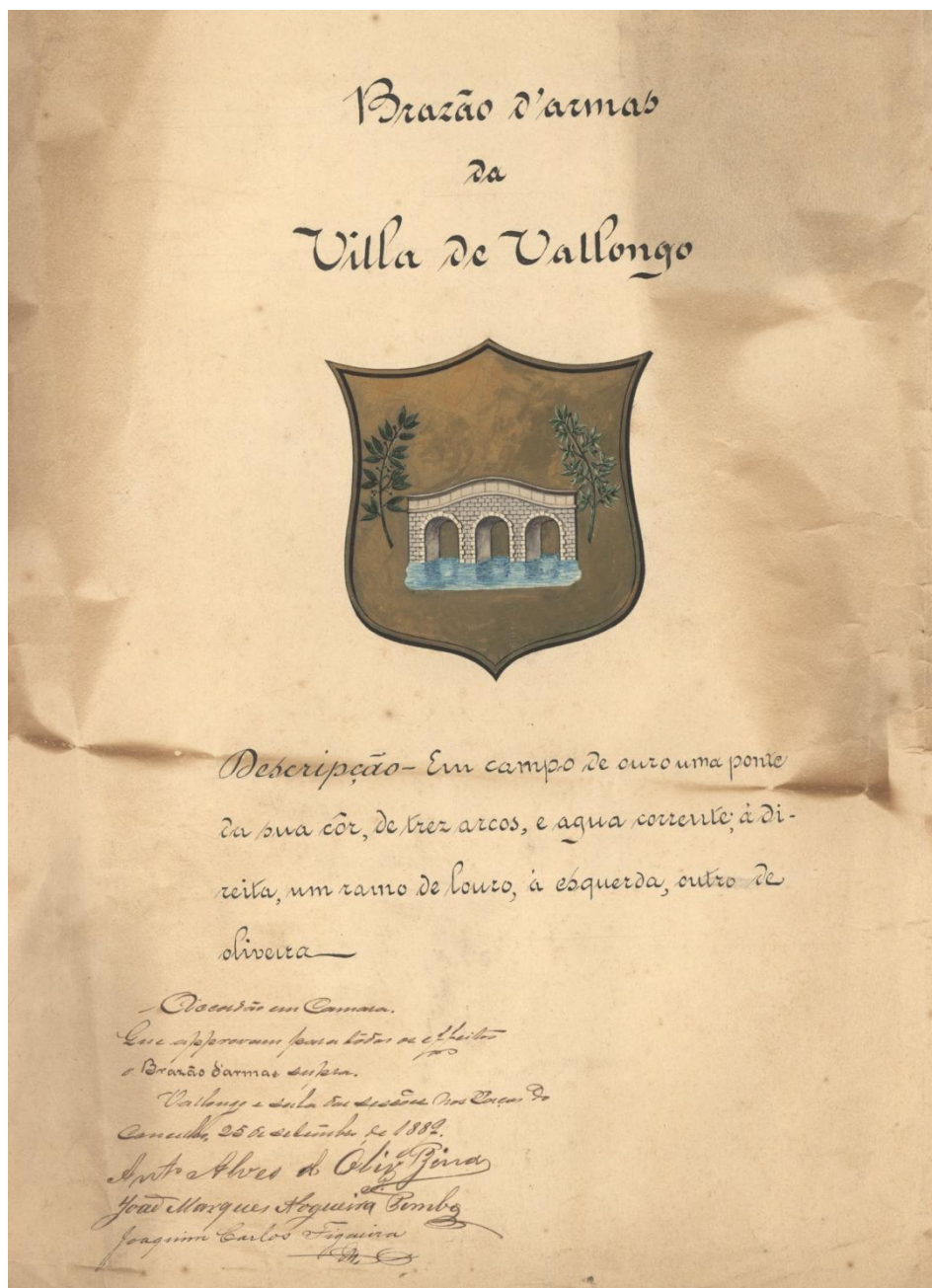


Fig. 8: 1.º Brasão de Armas da Vila de Valongo²³⁶, aprovado em deliberação camarária de 25 de setembro de 1889 | Fonte: A.H.M.V.

sua imagem a ponte²³⁷, enquanto ícone do episódio. No brasão a ponte é acompanhada

²³⁶ A.H.M.V. - 1.º Brasão da Vila de Valongo – ref.ª: PT/AHV/CMV/B/A/01.

²³⁷ A ponte do brasão é constituída por arcos de volta perfeita e um tabuleiro arqueado diferente da existente. Tal diferença parece residir no facto do desenho ter sido encomendado a quem não conhecia a ponte ou simplesmente o autor desejou que resultasse numa imagem estilizada.

de um ramo de louro símbolo da vitória, que parece ser necessário reclamar e recordar continuamente, como um triunfo na batalha e um triunfo da nação liberal, sobre um absolutismo conservador e ultrapassado. Parece ser necessário ainda fortalecer o ideal liberal face a uma nova ideologia (república) que poderá colocar em perigo uma monarquia reinante. Tal leva a crer que esta preocupação local não deixa contudo de ter por trás uma intenção de aproximação à autoridade central, junto da qual fortalece o seu poder reivindicativo local. Quinze anos mais tarde, em 1904, na obra *Villa de Vallongo*, do Pe. Joaquim Lopes dos Reis (onde, na parte *D. Pedro em Vallongo, batalha de Ponte Ferreira*, a história do episódio é explanada), o brasão surge, após a introdução, na primeira página do trabalho, revelando importância na divulgação de uma imagem criada com a intenção, conforme acima vimos, de «*preito às instituições*», que se presume serem as do poder central.

No brasão, a par do ramo de louro e do outro lado da ponte, figura ainda um ramo de oliveira que, segundo a descrição, «*symbolisa o nome do ministro que fez elevar a freguesia de Vallongo á cathegoria de villa e concelho*»²³⁸. Obviamente que se trata da personalidade de António Dias Oliveira²³⁹, valonguense que chegou a ser presidente do conselho de ministros, entre junho e agosto de 1837. Antes havia sido deputado²⁴⁰ e sendo um filho da freguesia de Valongo «*teve para com ella a gentileza de a livrar do ostracismo a que até esse tempo a tinham votado*»²⁴¹. De facto, parece que Dias Oliveira, enquanto deputado, influenciou a favor da criação do concelho e da elevação de Valongo à categoria de vila, muito provavelmente, em ambos os casos, com base na memória existente da batalha. Repare-se na rapidez, entre o pedido formulado e a elevação à categoria de vila, cerca de mês e meio. Acresce que, na altura da criação do município, e em comparação com outros concelhos vizinhos, Valongo é dos que possui menos habitantes, e também dos mais reduzidos em termos de área, o que reforça a ideia relativa à influência de Dias Oliveira. Aliás, Dias Oliveira era um hábil político e defensor da autonomia dos municípios e das câmaras terem poder deliberativo²⁴².

²³⁸ A.H.M.V. - Relatório e Descrição do 1.º Brasão da Vila de Valongo – ref.ª: PT/AHV/CMV/B/A/01

²³⁹ Foi um dos quatro civis que chegaram à Presidência do Conselho, entre 24 de setembro de 1834 e 6 de junho de 1836. Refira-se que o poder, enquanto presidentes, «*do espião e desembargador Dias Oliveira em 1837 (dois meses) e de Palmela em 1846 (cinco meses) era nulo*» (VALENTE, 2005, p. 57).

²⁴⁰ SARAIVA, 2004, p. 35.

²⁴¹ REIS, 1904, p. 196.

²⁴² SILVEIRA, 1997, pp. 85-88.

De facto, parece que Dias Oliveira foi um ator e um instrumento essencial na construção memorialista e nas reivindicações locais com base no episódio bélico de Ponte Ferreira. Tudo indica que, para benefício local, conseguiu, eficazmente, construir a ideia de que Valongo (e todo o seu território), durante a guerra civil, era uma terra de fervorosos constitucionalistas, quando na realidade seria o contrário, quer por força das circunstâncias de uma ocupação realista que durou um ano (de agosto de 1832 até agosto do ano seguinte), quer devido à maioria dos seus habitantes, ao que tudo indica, serem, de facto, conservadores e seguidores dos ideais absolutistas. A memória construída a nível nacional sobre Ponte Ferreira, como uma importante e gloriosa batalha, foi habilmente transformada num recurso para dar a ideia de que Valongo, enquanto território envolvido, era uma terra de liberais e homens empenhados numa luta contra o *usurpador* D. Miguel.



Fig. 9: Ponte Ferreira [Inícios do Séc. XX?] | Fonte: A.H.M.V., acervo fotográfico do 2.º visconde de Oliveira do Paço.

Como se verifica, logo após a batalha, as populações passam a estar intrinsecamente ligadas ao local de Ponte Ferreira. Com o passar dos tempos, essa intimidade mantêm-se e é demonstrada de diversas formas. Depois da quase imediata criação do concelho e da elevação de Valongo à categoria de vila, com base na batalha, mais tarde, no final do século, surge um brasão com a ponte e é justificado com o episódio. Segue-se, na viragem do século, a emissão de duas monografias (no espaço de oito anos), o *Bosquejo Histórico da Villa de Valongo*²⁴³ e a já referida *Villa de Vallongo*²⁴⁴, com referências ao acontecimento, e o interesse por fotografar a ponte (ponto fulcral no episódio), num quadro mais abrangente de interesse pelo património edificado local, resultando tal numa emissão de um bilhete-postal. As fotografias de populares (incluindo famílias) que se passeiam pelo local e se fazem fotografar em cima da ponte - símbolo de apropriação pela população – são mais um marco do lugar central desta referência na identidade local. Outras duas publicações locais surgem ainda em inícios do século XX, *Ermezinde: Monografia: Histórico-Rural*²⁴⁵ e *Monografia de Paredes*²⁴⁶, igualmente com referências ao episódio. Temos aqui uma construção memorialista local, com base no episódio bélico de Ponte Ferreira, sem a mesma deixar, ao que parece, de ser acompanhada por uma criação imaginada de valorização local excessiva (apesar de um, e provavelmente o principal, responsável, se encontrar longe, nos meandros do poder central). A reivindicação deu os seus frutos, embora à altura do episódio de Ponte Ferreira, Valongo estivesse mais do lado contrário aos liberais, vencedores da guerra civil.

Não se pode ainda deixar de associar a construção memorialista local, que se verificou na viragem do século, com a reivindicação e relançamento do liberalismo em finais de oitocentos. Pois parece que efetivamente essa associação se pode fazer dado que o ideal republicano ganhava cada vez mais força, adeptos e expressão, pelo que houve então necessidade de recordar os feitos gloriosos das lutas liberais.

²⁴³ SEARA, 1896.

²⁴⁴ REIS, 1904.

²⁴⁵ BEÇA, 1921.

²⁴⁶ BARREIRO, 1922.

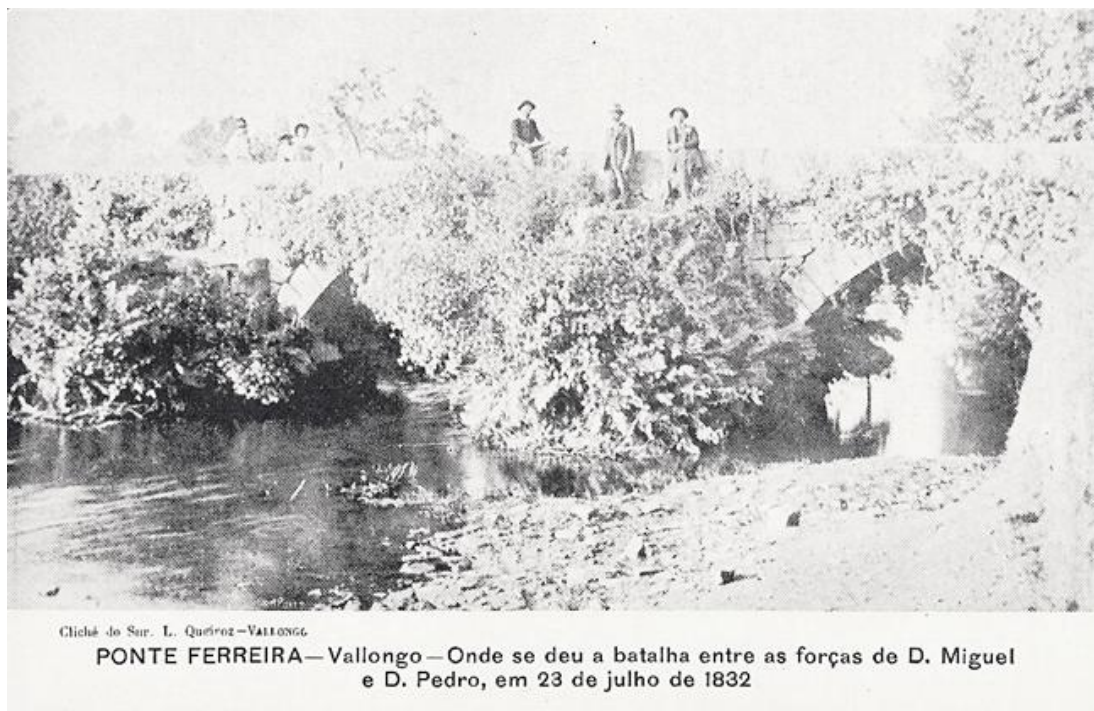


Fig. 10: *Valongo no dealbar do séc. XX*. Colecção de postais, reedição da Câmara Municipal de Valongo em 1999 | Imagem obtida por digitalização.

1.2. Reivindicações político-militares

Dois exércitos estiveram no campo de batalha, um absolutista e um liberal. Um com uma organização do antigo regime e outro, com novos ideais, formado por dissidentes do primeiro, e sobretudo por grande número de oficiais e soldados estrangeiros conforme atrás tivemos oportunidade de verificar. Os dois exércitos contendores, imediata e posteriormente, reivindicaram a batalha de Ponte Ferreira e da mesma tentaram tirar proveito. Trata-se de um processo complexo e longo, com repercussões que duram pelo século XIX adiante, que merece a atenção neste estudo. Por uma questão de análise, este processo é dividido, por um lado, na reivindicação e valorização, quer por uma facção quer por outra, no âmbito de uma guerra de contrainformação e propaganda política feita ainda no decorrer da guerra civil, e, por outro, nas reivindicações, coletivas e individuais, de novos interesses e favorecimentos, inserindo-as num contexto político, para, paralelamente, tentar perceber em que medida contribui o episódio bélico para uma reorganização e reestruturação do exército, que ocorre no referido século XIX. Pois o exército que *«durante muito tempo funcionara como um laboratório modernizador do Estado e da sociedade, passava a um estágio*

*superior de agente activo da mudança, intervindo no domínio da política»*²⁴⁷, estando assim numa posição de poder interferir mais facilmente na sua própria organização, como se irá tentar demonstrar.

1.2.1. As reivindicações imediatas

Na sequência dos próprios factos, e num clima de guerra civil, as reivindicações iniciam-se com a publicação, nos diários oficiais das duas facções, de relatos, notícias, ofícios, entres outros, respeitantes a Ponte Ferreira (por vezes com textos com um cariz de folhetim). Num processo de construção memorialista do episódio e num quadro de guerra de contrainformação, trata-se da reivindicação de cada facção reclamar para si a vitória na batalha, glorificando-a, e glorificando os militares, e ainda com o objetivo de chamar a população portuguesa à causa que defende, tentando assim recolher frutos com base no acontecimento. Até ao final de 1832, cerca de quatro dezenas de notícias sobre os factos são publicadas nas páginas da *Crónica Constitucional do Porto*. Quanto à *Gazeta de Lisboa*, os números baixam para menos de metade se considerarmos o mesmo período. Para uma melhor e mais fácil análise construíram-se os quadros abaixo, onde se insere o número do periódico, data, parte (oficial e não oficial), tipo do documento publicado e o seu teor (incluindo algumas passagens de textos publicados). Neste quadro onde tentamos inserir todas as notícias, inclui-se o reconhecimento de Valongo, na medida em que ocorre no dia anterior à batalha, e inclusive a facção miguelista chega mesmo a trocar as designações, ao que parece por conveniência.

Quadro 2: Sequência das referências à batalha de Ponte Ferreira (inclui o reconhecimento de Valongo) na *Crónica Constitucional do Porto*.

n.º	data	parte	t. doc.	teor
8, 2.º extr.	24/7		notícia extr.	Notícia extraordinária datada: Porto, 23/7 – Alude ao dia 22 e início do dia 23/7.
9	26/7	oficial não oficial	procl. notícia	Proclamação referindo-se à B.P.F. (p.42); Promessa de se dar conta da B.P.F., por se estar a reunir os relatórios parciais. Propaganda, valorização de D. Pedro, reconhecimento do Dr. Tavares, do capelão e camarista de D. Pedro; referência à população de Valongo (pp. 43-44).
10	27/7	oficial	ordem do dia	Ordem do dia 26/7, relata B.P.F; agradecimentos pelo R.V. e B.P.F; D. Pedro assume responsabilidade das operações incluindo a não entrada em combate da coluna da direita comandada pelo coronel Brito (pp. 45-46).

²⁴⁷ MARQUES, 1999, pp. 332-333.

11	28/7	oficial	notícia oficial	Notícia oficial das operações do exército libertador: descrição R.V. e BPF (p. 49-51).
12	30/7	oficial não oficial	nomeações notícia	Nomeações várias (p. 54-55); Propaganda e referência à B.P.F. (p. 56).
16	3/8	não oficial	notícia	Referência a Valongo, envio de feridos miguelistas para Amarante e Lamego (p. 72).
17	4/8	não oficial	notícia	Reconhecimento de Valongo e batalha de Ponte Ferreira (p. 77).
18	5/8	oficial não oficial	legislação notícia	Alvará da reforma da Ordem de Torre e Espada com data de 28/7 (p. 78 e ss.); Aviso de 2/8 de atribuição de insígnias por relevantes serviços em 22/7 e 23/7, composição das comissões para atribuição das insígnias, tabela com o n.º de insígnias a atribuir por corpos a agraciado (p. 82); Relação das insígnias a atribuí (83). Referência à <i>Gazeta de Lisboa</i> , relativamente a Hodges e aos dias 22 e 23 (p. 83).
19	6/8	oficial não oficial	nomeações notícia	Nomeações (p. 87); Notícia sobre feridos que passam Entre-Os-Rios para Lamego (p.88).
20	7/8	oficial	notícia	Relação oficial de mortos, feridos e extraviados nos dias 22 e 23 (p.90); Elogio das tropas por Vila Flor; Relação de oficiais recomendados por distinção (pp. 90 – 92).
22	9/8		notícia	Recomendação de Schwalback (pp. 99, 100); Ordens do Dia-Poderes do Hodges ampliados e outras nomeações, etc; Ponte Ferreira; Santa Marta desde Rio Tinto a Valongo (p. 100-104).
26	14/8	não oficial	notícia	Notícias de 9/8 de Barqueiros - referência ao campeão médico do Porto, que quis após a ação de Ponte Ferreira levantar uma guerrilha mas foi “corrido” (p. 124) ²⁴⁸ .
27	15/8	oficial	decreto	Bernardo Sá Nogueira governador militar do Porto decreta (15/8) com base no terror ocorrido na noite após P. F., a prisão a quem espalhe o terror (p. 126).
28	16/8	não oficial	notícia	Nova referência ao terror da noite de 23 para 24 e registando novamente a vitória, ou seja que foram os miguelistas batidos e postos em fuga, sendo que antes já haveriam lançado o terror (p. 130).
31	20/8		agenda/ diário	Agenda/diário de D. Pedro, Porto 19/8 – receção ao Sr. Atahide que havia sido gravemente ferido na ação gloriosa de P.F., a quem acolheu graciosamente (p.143) ²⁴⁹ .
36	25/8	oficial	legislação	Decretos relativos à atribuição de condecorações ao Batalhão de Caçadores 5, ao Batalhão dos voluntários da Rainha, assim como sobre as 152 insígnias da Ordem da Torre e Espada, atribuídas após B.P.F. (p. 167-168).
37	27/8	oficial não oficial	doc. oficial	Relação de oficiais graduados com base na batalha de 23 de julho (p. 174 [erradamente indicada como 170]); <i>«As forças inimigas fogem das forças constitucionais por mar e por terra, as primeiras foram batidas em P. F. na unica acção</i>

²⁴⁸ É claro que aqui se recorre à Ponte Ferreira para dar a ideia que a população já não vai na ideia dos miguelistas, por ter ocorrido uma vitória liberal e assim estão confiantes dos sucessos desta mesma causa.

²⁴⁹ É evidente que aqui não é importante a receção, mas sim o facto de se falar na ação gloriosa e de em virtude disto e da ferida colhida em batalha, um membro desta comunidade ter direito a uma receção por S.M.I..

				<i>formal que teve lugar; tudo o mais foi reconhecido de nenhum momento»</i> (p. 176).
38	28/8	oficial	doc. oficial	Continuação da relação de oficiais promovidos em consequência dos serviços prestados na batalha de 23 de julho (p.178,179).
49	10/9		legislação	Indicação de que o capitão Rodrigo Maria dos Reis afinal foi designado não por causa da B.P.F. mas sim devido à antiguidade. Referência à Ordem do Dia n.º 208 (p. 228).
72	6/10	oficial	doc. oficial	Duas relações de « <i>officiaes que por serviços distintos e feitos illustres</i> » em Valongo e Ponte Ferreira, são nomeados oficiais da Ordem Torre e Espada e cavaleiros da mesma ordem (pp. 329 e-330).
83	19/10	oficial	doc. oficial	Relação dos oficiais inferiores e soldados, que por « <i>distintos e valorosos feitos praticados</i> » em Valongo e Ponte Ferreira, são nomeados cavaleiros da Ordem Torre e Espada (pp. 382-383)
92	30/10	não oficial	notícias	Notícias Nacionais - « <i>Quando a victoria cingia de louros immarcessiveis a frente augusta do Vencedor de Ponte Ferreira, foram Damas as que mais aplaudiram sua triumphal entrada n'esta leal cidade</i> » (p. 423).
95	2/11	não oficial	notícias	Notícias Nacionais, continuação da carta ao Pe. Alvito Buela - Nova referência a Ponte Ferreira, onde foram os miguelistas batidos (p. 435).
102	10/11	oficial	doc. oficial	Documentos oficiais, n.º 2 ordem do dia, ponto 2-Retificação relativa à condecoração de Shaw, referindo ter sido atribuída pelos serviços prestados a 23/7 em P.F. e não conforme havia sido indicado a 29/9 (p. 461).
116	27/11		doc. oficial	Documentos oficiais – Condecorações com base no R.V. e B.P.F. (pp. 517-518).
117	28/11			Citação da <i>Gazeta de Lisboa</i> , onde se alude a P.F. e Valongo, (p. 522).
138	22/12		doc. oficial	Documentos oficiais, ordem do dia– Condecorações com base no R.V. e B.P.F. (pp. 605-607),
141	27/12		doc. oficial	Condecoração do médico Tavares, com base na B.P.F. e no R.V. (auxílio de feridos, etc.) (p. 617).

Quadro 3: Sequência das referências à batalha de Ponte Ferreira (inclui o reconhecimento de Valongo) na *Gazeta de Lisboa*.

n.º	data	parte	t. doc.	teor
175 supl.	26/7	oficial	corresp.	Ofício de Santa Martha, datado de 22/7 e em Ponte Ferreira (acampamento do quartel general da 4.ª divisão) para o Conde de Barbacena, referindo mortes, meios batalhões, 3 colunas de ataque, feridos, refere-se a Vila Flor como sendo ex-conde. É referido que durante a ação do dia 22 a 2.ª divisão de Póvoas ocupou Vila Nova de Gaia (p. 865).
176	27/7	não oficial	corresp.	Cartas de Coimbra e Feira do dia 22 - passaram o Douro 15.000 homens para atacar os rebeldes, S. Marta tomará as estradas de Valongo, Guimarães, Braga e Vila do Conde, tropas sobre o Porto, quartel-general junto a Valongo, contrainformação, etc. (p. 869) ²⁵⁰ .
177	28/7	oficial	corresp.	Referência à derrota, no dia 23 em Ponte Ferreira, do batalhão de Caçadores n.º 5 e do regimento de Infantaria n.º 18 (liberais), infligida pelo regimento de Cavalaria de Chaves (miguelista), o qual sofreu pouca perda (p. 871).

²⁵⁰ Apesar de não haver informações (nas cartas supostamente obtidas a partir de Coimbra e Feira) diretamente relacionadas com os factos, parece haver uma referência indireta ao reconhecimento de Valongo, dada a data da correspondência (22) e a intenção de ataque e ocupação da estrada de Valongo. Parece que assim estão a disfarçar um acontecimento que não lhes foi favorável, a batalha no dia 23.

177 Supl.	28/7	oficial	corresp.	Ofício de Santa Marta datado do dia 24, a partir do quartel-general, já em Penafiel, para o conde de Barbacena. Fala sobre Combate de Ponte Ferreira, perda de um obus de 5 polegadas e meia, pelos rebeldes (liberais). Atacado o Santa Marta na Granja ²⁵¹ no dia seguinte (23) e fala nos combates de Ponte Ferreira e Granja. Diz que o combate do dia 23 durou 10 horas. Publica extrato ²⁵² de outro ofício de Santa Marta sobre perdas, mortes, etc. (p. 875).
179	31/7	oficial	corresp.	Ofício de Santa Martha, datado de 27/7 e a partir de Penafiel do quartel-general da 4.ª divisão, para o Conde de Barbacena. Ofício extenso: detalhes, mortes, feridos. Refere-se ao rio Ferreira (em Ponte Ferreira) como sendo o “Ribeiro de Sousa” ²⁵³ (pp. 881-883). Tem relação de mortos e feridos dos dois dias 22 e 23, confusão entre Granja e Ponte Ferreira (p. 883); ordens do dia e decretos com condecorações (p. 883).
182	3/8	não oficial	corresp.	Lisboa 2 de agosto - cartas e notícias com “ <i>consta-se por várias pessoas</i> ” – referências ao dia 23, mortes, feridos, acusam os constitucionais do incêndio a abadia de S. Martinho do Campo, após o dia 22, e de uma capela à saída de Valongo (p. 896) ²⁵⁴ .
183	4/8	não oficial	corresp.	Lisboa 3 de agosto- carta de Penafiel de 27/7 - a partir da informação de um desertor rebelde: os rebeldes levaram para o Porto 50 carros de feridos da ação do dia 23 (p.902).
188	10/8	não oficial	corresp.	Lisboa 9 de agosto- cartas- de Penafiel-substituição de cavalos mortos na última batalha, falta de pão no Porto (p. 921); Sertã e Tarouca festejos/regozijo com a notícia do destroço dos rebeldes nos combates de 22 e 23 (p.922).
190	13/8	oficial	corresp.	Ofício de Penafiel com mapas de perdas com nomes de oficiais (pp. 931-934).
192	15/8	oficial	corresp.	Ofícios de Santa Marta a partir de Baltar, refere ainda Alto de Valongo, Alfena, Formiga, Porto com trincheiras; de Valongo as padeiras não vão ao Porto vender pão, apreensão de farinhas e inutilização de fornos e moinhos úteis aos rebeldes, etc. (p. 941);
		Não oficial	corresp.	Carta de Guimarães refere Valongo; carta de Penafiel (7/8) refere ida de St.ª Marta para Valongo; carta de Penafiel 8/8 refere passagem da noite em Baltar, e 4.ª divisão nas alturas de Valongo, farinhas apreendidas, etc. Carta de Braga 6/8, refere que desde o

²⁵¹ Trata-se do dia 22 (reconhecimento de Valongo), onde efetivamente os liberais perderam duas peças de artilharia que posteriormente recuperariam (ANGLIN, 1954, p. 62). De facto o reconhecimento estendeu-se até Ponte Ferreira, mas aqui pode estar inscrita uma confusão deliberada, na medida em que afirmam que Santa Marta foi atacado na Granja no dia 23, assim como, já no dia 28 haviam publicado informações sobre a derrota do inimigo no dia 23 em Ponte Ferreira.

²⁵² Parece ter havido conveniência na publicação de apenas um extrato do ofício de Santa Marta, para dar a conhecer apenas informações vantajosas para os absolutistas.

²⁵³ Este erro na designação da toponímia será posteriormente repetido por muitos autores. O coronel Hodges também refere erradamente o rio Ferreira como sendo o «*Rio Sousa*» (HODGES, 1833, p. 37).

²⁵⁴ Estas notícias são duvidosas, em virtude de na atualidade a tradição local nada referir sobre os incêndios. Refira-se, no entanto, que há uma inscrição no lintel da entrada da capela de N.ª Sr.ª dos Chãos (Alto de Valongo no limite com o concelho de Gondomar), portanto à saída de Valongo no sentido do Porto. A inscrição informa que «*foi reedificada a expensas de Joaquim Marques da Nova, natural desta villa no anno de 1866*». Esta reedificação acontece três décadas depois, deixando assim em aberto a hipótese de uma eventual destruição. Quanto à abadia de S. Martinho do Campo, a atual igreja construída no início do séc. XX, possui no seu interior elementos de uma anterior (provavelmente setecentista), dos quais se destacam o altar-mor dourado, parecendo neste caso mais remota a hipótese de destruição, contudo Cunha Mattos (1833, p. 195) também refere a acusação miguelista, provavelmente baseado na G.L., dizendo: «*também acusam aos Constitucionais do incêndio da Abbadia de S. Martinho dos Campos [sic]*».

				dia 23/7 os rebeldes se encontram estacionários, deserções, etc. (pp. 943 e ss) ²⁵⁵ .
200	24/8	não oficial	corresp.	Carta da Régua-fala novamente no incêndio de S. Martinho do Campo e no destino dos feridos miguelistas: « <i>passarão por aqui alguns feridos da acção do dia 23 para o hospital militar de Lamego, e José de Meirelles Guedes de Carvalho lhes mandou dar hum abundante socorro</i> » (p. 976).
201	25/8	não oficial	corresp.	Carta de Penafiel datada de 18/8, referindo o General Visconde do Peso da Régua em Baltar e Recarei, fronteiro à serra de Valongo, onde assentou quartel-general. Santa Marta avançou à noite para Ponte Ferreira, adiantando-se a Divisão para o Porto (980) ²⁵⁶ .

Pela leitura dos periódicos e analisados os quadros constata-se que, quer uma façção, quer outra, reclamam a vitória, indicam perdas, mas sempre com o cuidado de dizerem que do seu lado «*é pouca a perda*», referem deserções do lado inimigo e a captura de material bélico pertencente ao opositor.

Verifica-se que o primeiro a publicar sobre os factos foi a *Crónica Constitucional do Porto*, no dia 24, referindo-se ao reconhecimento de Valongo e ao início da batalha. É evidente que a proximidade permite a imediata difusão da informação, contudo, o reconhecimento (desfavorável para os liberais) somente dois dias depois é mencionado a par do início das movimentações do dia 23, nas quais parece que depositavam esperanças, dada a quantidade de tropas envolvidas pela sua parte (quase a totalidade dos desembarcados). Já no dia 26 publica uma proclamação²⁵⁷ de D. Pedro em que se orgulha por ter «*a gloria de comandar em chefe*» o exército libertador, numa batalha onde teve o «*inexplicavel prazer de alcançar vitoria*»²⁵⁸.

A *Crónica Constitucional do Porto* durante as semanas e meses que se seguiram, até ao final de 1832, publica, conforme acima já o dissemos, cerca de quatro dezenas de notícias (embora também sob a forma de relatórios, ofícios, legislação, etc.) respeitantes aos factos. Uma vez, para dar com maior ou menor rigor conta de pormenores dos acontecimentos, outras para reivindicar a vitória e glorificar as tropas envolvidas. Espelham estas publicações, ainda, os proveitos militares, obtidos com base em Ponte Ferreira, com divulgação, nas páginas do periódico, de relações e decretos relativos a promoções e agraciações.

²⁵⁵ Apesar de alguma desta correspondência não se referir diretamente aos factos do reconhecimento e da batalha, tem como fim dar a conhecer e reclamar para os miguelistas uma área que esteve em disputa, foi perdida e agora novamente é ocupada.

²⁵⁶ Aqui novamente parece que querem dar a ideia da reocupação do terreno.

²⁵⁷ V. anexo 23.

²⁵⁸ C.C.P., n.º 9, de 26 de julho de 1832, parte oficial, p. 42.

A *Gazeta de Lisboa* inicia a publicação só dois dias depois (26/7) do seu congénere rival, o diário oficial dos liberais. Assim a primeira notícia, emitida a 22 a partir de Ponte Ferreira, faz uma breve referência ao próprio dia 22, dizendo que durante esta ação (reconhecimento), Vila Nova de Gaia fora ocupada pela 2.^a divisão comandada por Póvoas. As primeiras informações (ofício de Santa Marta de 23/7) sobre Ponte Ferreira (dia 23) surgem já no dia 28, para dar conta que alguns corpos do exército liberal foram derrotados pelo Regimento de Cavalaria de Chaves, que, como dizem, teve pouca perda. Obviamente que aqui estão a colocar no dia 23 o que se passou no dia 22, transformando assim o reconhecimento (mais favorável) na batalha (menos favorável). Ainda no mesmo dia, através de um suplemento, as notícias publicadas (ofício de 24/7 de Santa Marta), são elas também fabricadas no mesmo sentido da transformação. Aqui, o autor liga ao reconhecimento de Valongo, de facto, a designação de batalha de Ponte Ferreira e, quanto aos acontecimentos do dia 23, fala em ataque liberal na Granja. Aliás, a historiografia regista esta designação de batalha da Granja dada pelos absolutistas ao acontecimento do dia 23, efetivamente conhecido como batalha de Ponte Ferreira. Desta forma os absolutistas, num quadro de guerra de contrainformação e propaganda política, conseguiam reivindicar para si Ponte Ferreira como sendo efetivamente uma vitória. Quanto à Granja, não seria sequer objeto de guerra de palavras, dada a inexistência de necessidade de valorização pelo lado liberal. Se esta designação de batalha da Granja era conhecida pela historiografia, não o era a transformação do reconhecimento em batalha. Por aqui também se deduz que efetivamente o reconhecimento (dia 22) foi favorável aos miguelistas e a batalha (23) aos constitucionais.

Comparativamente com o periódico emitido no Porto, a *Gazeta de Lisboa* publicaria menos de metade de notícias relacionadas com os factos. Obviamente que a distância pode explicá-lo. A proximidade do campo de batalha ao Porto, de facto parece ter contribuído para o número de reivindicações através das páginas do periódico liberal. Porém, deve-se ainda registar que, perante um Porto já cercado e com resultados menos favoráveis em ações posteriores, numa guerra fabricada no campo das palavras os liberais recorrentemente veem-se forçados a reivindicar Ponte Ferreira. Os miguelistas mais distantes (poder central), com um resultado mais desfavorável no dia 23, e diríamos sem uma base de fundo verdadeira no que respeita à fabricada batalha da Granja, reivindicam menos os factos ocorridos. Por outro lado, nos dias que se

seguiram, concretizam o objetivo de cercar o Porto e obtêm resultados favoráveis noutros recontros após Ponte Ferreira como em Souto Redondo, por exemplo.

A contínua referência a Ponte Ferreira, mais vincada pela facção liberal, podia ser um indicador da ausência de acontecimentos imediatamente posteriores de relevo, mas tendo ocorridos episódios como Souto Redondo (7 de agosto), tal é revelador de uma importância significativa que se pretendeu dar a Ponte Ferreira.

Após a análise dos diários publicados fazemos aqui uma reflexão sobre e outros documentos, diversos, como os panfletos, a que poderemos considerar como pasquins, assim como a documentação da administração militar.

a) Panfletos

O *Velho Liberal do Douro*, conforme acima já verificamos é um folhetim panfletário a favor da causa liberal. A contribuição deste na construção memorialista e reivindicativa com base na batalha resume-se ao n.º 56²⁵⁹, publicado em 1832. O mesmo, referindo-se aos factos aqui em estudo, diz que os rebeldes (absolutistas) perderam as mais fortes posições desde as alturas de Valongo até Baltar, fugindo para Penafiel, apesar das desvantagens em termos bélicos, por parte dos liberais. Continuando diz: «*hide a Vallongo, Ponte Ferreira, e a Baltar e perguntai pelos padrões de gloria, que alli levantarão os bravos Açorianos sobre a vergonhosa fugida dos doze mil escravos fardados de D. Miguel*»²⁶⁰. Propagandeando, fala em incorporações no exército liberal²⁶¹ e acusa os absolutistas de roubo e impedimento da entrada no Porto de gado e cavalos²⁶². Aliás, em consonância com o que já verificamos no que respeita à transação de produtos. Mais acrescenta, criticando os absolutistas, «*não falta por ahi quem observasse em Ponte-Ferreira, e Baltar os soldados bisonhos das Ilhas, quando descansavam nos montes, fazer ridicula mofa do Exército fugitivo, chamando negros escravos aos soldados rebeldes*» e «*alguma gente do campo, que foge para a cidade, refere que foi grande o numero de mortos no campo do inimigo, e que estão muitas casas cheias de feridos desde Baltar até Penafiel*»²⁶³. Percebe-se, pelo tom de algumas afirmações, tratar-se de réplicas a outros panfletos congêneres absolutistas.

²⁵⁹ O mesmo não indica nem dia nem mês.

²⁶⁰ B.P.M.P. - *Velho Liberal* n.º 56, 1832, pp. 761-762, ref.ª BPMP:P-A-1322.

²⁶¹ B.P.M.P. - *Velho Liberal* n.º 56, 1832, p. 762, ref.ª BPMP:P-A-1322.

²⁶² B.P.M.P. - *Velho Liberal* n.º 56, 1832, p. 763, ref.ª BPMP:P-A-1322.

²⁶³ B.P.M.P. - *Velho Liberal* n.º 56, 1832, p. 766, ref.ª BPMP:P-A-1322.

Enquadra-se na guerra propagandística reivindicando Ponte Ferreira como sendo uma batalha ganha.

Um outro folhetim, *Cartas ao Senhor Reverendo Pe. Alvito Buela Pereira de Miranda*²⁶⁴, é produzido claramente como resposta a opiniões divulgadas pelo lado dos absolutistas. A carta n.º 8, de 26 de outubro de 1832, editada em 1833, aludindo o assunto de uma promoção no exército absolutista, não deixa de referir a batalha de Ponte Ferreira.

A estas reivindicações imediatas, como os ecos mais próximos dos factos, seguiram-se outras posteriores, quer ao nível do engrandecimento, valorização e glorificação da batalha, quer ao nível de reivindicações pessoais e coletivas, como as militares que ocorreram nos debates parlamentares ao longo do século XIX, conforme mais adiante vamos verificar.

b) Documentos militares

A própria documentação militar foi ela um modo de reivindicar de imediato a batalha, aliás como já pudemos constatar com a publicação desta nos periódicos oficiais. Alguma documentação é respeitante a promoções e condecorações, mas estas são analisadas no ponto seguinte.

Vejamos então um caso, que inquina a vitória miguelista, que diz respeito à «*correspondência da Intendência Geral da Polícia da Corte e Reino para o visconde de Molelos e marquês de Tancos sobre as acções militares dos dias 22 e 23 de Julho em Valongo e Ponte Ferreira, referindo a derrota dos rebeldes [liberais] e crítica ao comportamento das tropas da 4ª Divisão do Exército de Operações*»²⁶⁵. É em si uma reivindicação militar de chamar à causa absolutista a vitória nos acontecimentos, contudo a retirada miguelista do campo de batalha é justificada por uma mera e suposta privação de mantimentos.

1.2.2. Promoções e condecorações

Alguns dos benefícios entre eles as promoções e condecorações são imediatos numa e noutra facção. Na hoste liberal, para o efeito, por alvará de 28 de julho, foi «*instaurada e de novo reformada a [...] antiga e muito nobre Ordem da Torre e*

²⁶⁴ B.P.M.P. - *Cartas ao Senhor Reverendo Pe. Alvito Buela Pereira de Miranda*, 26 de outubro de 1832 (editado em 1833), ref.ª RES-XIX-A-6(2).

²⁶⁵ A.H.M. - 1832, Julho, 25 - Agosto, 1, ref.ª PT/AHM/DIV/1/20/039/20.

Espada, do Valor, Lealdade e Mérito»²⁶⁶. De imediato foram dadas ordens para a constituição de comissões encarregadas de proporem nomes, de modo a que se pudesse «distribuir aos Officiaes, e Praças de pret do Exército Libertador, um certo número de insígnias»²⁶⁷ pelos serviços prestados nos dias 22 e 23 de julho. Foi assim estabelecida a quantidade das insígnias (total de 152) a atribuir a cada corpo que esteve presente nos combates, de acordo com o quadro seguinte publicado na *Crónica Constitucional do Porto*.

RELAÇÃO dos Corpos a quem Sua Magestade Imperial Houve por bem. Agradecer com a antiga e muito nobre Ordem da Torre e Espada do Valor – Lealdade – e Mérito, com declaração do numero de Insignias concedido a cada um, e do motivo por que foraõ concedidas.

Corpos.	Núm. de Insignias	Motivo por que lhe foraõ concedidas.
Batalhaõ de Caçadores N.º 5	24	{ Pelo reconhecimento do dia 22 de Julho, e Batalha do dia 23 do mesmo.
Batalhaõ d'Artilheria	10	
Batalhaõ de Voluntarios da Senhora D. MARIA II.	18	Idem.
Batalhaõ de Marinha	10	Idem.
Batalhaõ de Caçadores N.º 2. . . .	18	{ Pela Batalha de Ponte Ferreira.
Dito " 3. . . .	18	
Infanteria " 3. . . .	18	
Dito " 10. . . .	18	
Atiradores Portuguezes	12	
1.º Batalhaõ d'Infautéria N.º 18. .	6	Idem.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra no Porto, em 2 de Agosto de 1832. = *Joaõ Ferreira Sarmiento*, Director.

Fig. 11: Quadro contendo a quantidade de insígnias a distribuir por cada corpo | Fonte: C.C.P. n.º 18, de 5 de agosto de 1832.

A 25 de agosto seguinte é publicado o decreto sobre a efetiva atribuição das 152 insígnias de cavaleiro, da Ordem da Torre e Espada, atribuídas pelos «feitos de valor [...] praticados no memoravel dia 23 de Julho [...] na Batalha de Ponte Ferreira, por muitos corpos do Exército Libertador, e bem assim os que enobrecem o reconhecimento

²⁶⁶ C.C.P. n.º 18, de 5 de agosto de 1832, parte oficial, pp. 79-82.

²⁶⁷ C.C.P. n.º 18, de 5 de agosto de 1832, parte oficial, p. 82. Note-se que a data do alvará da Ordem de Torre e Espada aqui referida é de 28 de julho.

do dia antecedente». Por este decreto são assim autorizados os agraciados a usarem a fita e medalha de cavaleiro²⁶⁸.

Neste mesmo dia são publicados decretos relativos aos batalhões de Caçadores 5 e dos Voluntários da Rainha D. Maria II, que são condecorados «*no campo da honra*» pela Ordem da Torre e Espada, pelo reconhecimento entre outros feitos o empenho em operações onde se inclui Ponte Ferreira, passando, assim, a usar em suas bandeiras a «*fita da referida ordem*»²⁶⁹.

Parece que a maior parte das 152 insígnias atribuídas, destinaram-se a oficiais, entre eles, «*os da primeira nobreza*», na medida em que o marquês de Fronteira afirma que «*aos soldados e praças de pret do Exercito Libertador foram distribuídas cinquenta e tantas condecorações da Ordem da Torre e Espada reformada*»²⁷⁰.

Refira-se ainda, um exemplo, o caso em que vários oficiais reivindicam o reconhecimento, com base na condecoração de um soldado que fez o mesmo que eles haviam feito no campo de batalha. Vários militares requerem assim a recompensa de serem condecorados pelos seus serviços prestados na batalha de Ponte Ferreira²⁷¹.

Ainda em agosto de 1832, no dia 27, começaram a ser publicadas as listas de oficiais promovidos, de acordo com decreto de 6 de agosto, por serviços prestados nas ilhas dos Açores, na batalha do dia 23 (Ponte Ferreira) e antiguidade. Com base nos serviços feitos em Ponte Ferreira foram promovidos 42 oficiais²⁷².

Quanto aos miguelistas, no dia 31 de julho a *Gazeta de Lisboa* publica uma ordem do dia de louvor à 4.^a divisão, comandada pelo marechal de campo visconde de Santa Marta, pelo brio com que «*repellio o inimigo na Acção do dia 22 de Julho em Ponte Ferreira e sustentou as suas posições no dia 23 na Granja*». Do mesmo louvor consta ainda que o comportamento de Santa Marta, e o acerto na condução da divisão, «*Mereceo a Real e Plena Aprovação de Sua Magestade*». Ainda no mesmo periódico é publicado um decreto com uma relação de 16 oficiais promovidos, na sequência de uma recomendação pelo comportamento nas ações dos dias 22 e 23 de julho²⁷³.

²⁶⁸ C.C.P. n.º 36 de 25 de agosto de 1832, p. 168.

²⁶⁹ C.C.P. n.º 36 de 25 de agosto de 1832, pp. 167-168.

²⁷⁰ ANDRADA, 1828, p. 255.

²⁷¹ A.H.M. - 1832, 10 de outubro de 1832 – 31 de janeiro de 1833, ref.^a PT/AHM/DIV/1/19/036/18

²⁷² C.C.P. n.ºs 36 e 37, de 25 e 27 de agosto, parte oficial, respetivamente pp. 174 [erradamente indicada como 170] e 178-179.

²⁷³ G.L., n.º 179, de 31 de julho de 1832, parte oficial, p. 883.

1.2.3. Os benefícios posteriores

1.2.3.1. Alguns casos

O marquês de Fronteira e d'Alorna foi promovido «a capitão graduado», logo uns dias a seguir a Ponte Ferreira, por decreto de 6 de agosto, embora por serviços prestados nas ilhas dos Açores²⁷⁴. Na sequência dos factos aqui em estudo, foi nomeado cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, da qual obteve carta régia de 28 de abril de 1833, onde consta: «honroso comportamento» e refere-se «aos feitos especiaes e distinctos serviços praticados por elle em diversas occasiões e, com especialidade, na batalha de Ponte Ferreira»²⁷⁵. Posteriormente, justificando-se com o mesmo episódio de Ponte Ferreira faz a reivindicação de um outro benefício. Quando já se encontrava reformado em 1869, solicita uma «melhoria “honorifica” de reforma», na medida em que se acha desfavorecido, segundo ele, por efeito do tempo dobrado de campanha, que não lhe foi aplicado. Pede então que lhe seja concedida a graduação de general de divisão, incluindo nos motivos curriculares apresentados (relativamente a serviços prestados), que «assistiu é batalha de Ponte Ferreira, onde foi recomendado pelo seu General»²⁷⁶. Foi o pedido satisfeito por decreto de 11 de maio do dito ano, sem que, conforme havia pedido, a «graça especial lhe dê direito a maior vencimento»²⁷⁷, revestindo-se tal na reivindicação de um prestígio e engrandecimento pessoal.

Falamos aqui num outro caso isolado, não que mereça relevância enquanto condecoração mas porque faz parte do processo memorialista em torno de Ponte Ferreira. Trata-se do soldado Manuel Pereira, açoriano, fazendo parte do regimento de Caçadores 5, que esteve presente na batalha e foi condecorado pela Ordem da Torre e Espada²⁷⁸. Quando D. Pedro se encontrava muito doente, «despediu-se, nos dias que antecederam a sua morte, da família mais próxima, dos seus ministros, dos criados e do exército liberal, simbolizado na presença do mais antigo dos seus marechais (duque de Terceira) e de um soldado»²⁷⁹. O soldado escolhido foi o soldado Pereira a quem D.

²⁷⁴ ANDRADA, 1932, pp. 6-7, ordem do dia n.º 208, de 26 de agosto.

²⁷⁵ ANDRADA, 1932, p.7, carta régia de cavaleiro da *Ordem da Torre e Espada*.

²⁷⁶ ANDRADA, 1932, pp.155-158, «Requerimento do Marquez de Fronteira a El-Rei, pedindo melhoria “honorifica” de reforma, sem augmento de soldo».

²⁷⁷ ANDRADA, 1932, p. 159, «Decreto melhorando “honorificamente” a reforma do Marquez de Fronteira».

²⁷⁸ Esta informação encontra-se junto da fotografia do soldado Manuel Pereira que se encontra exposta no M.M.L..

²⁷⁹ CATROGA, 2001.

Pedro abraçou dizendo: «*transmite aos teus camaradas este abraço em signal de justa saudade, que me acompanha neste momento e do apreço que sempre tive [pelos] seus relevantes serviços*»²⁸⁰.

Ainda um outro caso, agora de um estrangeiro, que é relevante na medida em que é representativo dos muitos estrangeiros que perfilaram pela facção liberal. Trata-se George Lloyd Hodges, já acima referido. Na sequência de Ponte Ferreira foi promovido a coronel²⁸¹ e agraciado cavaleiro pela Ordem da Torre e Espada. Hodges autor da expedição que acima também já analisamos, e apesar do que já dissemos, obtém um benefício enquanto fala na sua obra sobre Ponte Ferreira, pois não deixa de reivindicar uma valorização pessoal com base no acontecimento.

Outros benefícios posteriormente são reivindicados, ao longo do século XIX. Veja-se, por exemplo, os resultados de uma pesquisa feita *on line* no Arquivo da Assembleia da República²⁸², no período da monarquia constitucional, em debates parlamentares (Câmara dos Senhores Deputados - 1822-1910; Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa - 1837-1838; Câmara dos Pares do Reino - 1842-1910). Pesquisando atualmente por *Ponte Ferreira* ou *23 de julho de 1832*, obtém-se, pelo menos, cerca de 15 assuntos relativos a reivindicação de benefícios com fundamento na batalha (embora não exclusivamente). São benefícios individuais e coletivos. Desde a atribuição em 1865 de pensão de alimentos (a praças de *pret* da altura da batalha), a familiares de indivíduos que estiveram presentes, solicitando pensões vitalícias, ou ainda a dispensa do pagamento de direitos de mercê ao próprio visconde de Ponte Ferreira (José Azevedo Pereira da Silva), entre outras reivindicações de subsídios individuais. E ainda um outro caso, relativo à discussão na Câmara dos Senhores Deputados, em 1840, em torno da reorganização do Regimento dos Voluntários da Rainha, que faz referência à sua gloriosa e condecorada prestação em Ponte Ferreira.

Parece evidente que, após o *terminus* da guerra civil, os militares miguelistas não tenham obtido os mesmos benefícios que foram concedidos aos seus congéneres liberais. No entanto, a nossa pesquisa tentou obter documentos que atestassem eventuais

²⁸⁰ Esta informação encontra-se junto da fotografia do soldado Manuel Pereira que se encontra exposta no M.M.L..

²⁸¹ C.C.P. n.º 37 de 27 de agosto de 1832, parte oficial, p. 174 [erradamente indicada como 170]

²⁸² A.H.P. – Consultado a 26/07/2012, em:

<http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Paginas/default.aspx>

benefícios posteriores, baseados na batalha, e destinados aos militares da causa absolutista, contudo tal esforço resultou infrutífero.

1.2.3.2. Os títulos nobiliárquicos

Muitos títulos nobiliárquicos terão sido atribuídos com base nos feitos gloriosos liberais, nos quais a batalha de Ponte Ferreira se enquadra. Dos distinguidos com condecorações e promoções, tendo por base Ponte Ferreira conforme já acima vimos, três foram ainda agraciados com títulos nobiliárquicos com designações da toponímia local. O primeiro a ter essa distinção foi Luís Pinto de Mendonça Arraes, comandante dos Voluntários da Rainha, ferido no reconhecimento de Valongo. Tal distinção acontece três anos depois da batalha (e numa altura em que abundavam as atribuições de títulos²⁸³), mais propriamente por um decreto de 28 de setembro de 1835, sendo-lhe atribuído o título de barão de Valongo. Este título viria a ser elevado a visconde por decreto de 10 de março de 1842²⁸⁴.

Posteriormente, outros dois títulos de visconde, ambos com a designação de Ponte Ferreira, foram atribuídos a militares presentes no próprio dia da batalha. O primeiro foi concedido, por decreto de 16 de maio de 1872, a João Fernandes Tavares (único na sua família), que nasceu a 27/12/1795, no Rio de Janeiro, onde faleceu a 10/07/1874. Estudou medicina em Paris, foi nomeado médico da imperial câmara no Brasil, posteriormente acompanhou D. Pedro à Europa e fixou-se por algum tempo em Portugal. Entre outros cargos, foi inspetor-geral de saúde do exército português. Foi autor de várias obras nomeadamente na área da medicina²⁸⁵. Acompanhou D. Pedro IV até à morte, a quem autopsiou, assinando, a 28 de setembro de 1834, o respetivo documento como «*João Fernandes Tavares, primeiro medico da camara real*»²⁸⁶.

²⁸³ No reinado de D. Maria II (1834-1853) foi excessiva a atribuição de títulos nobiliárquicos, chegando a haver protestos, tendo até surgido uns versos apócrifos: «*Corre, cão, que te fazem barão / Correr para onde, me fizeram visconde?...*» (TOSTES, 2001, p. 703).

²⁸⁴ ZÚQUETE, 1989, pp. 472-473.

²⁸⁵ ZÚQUETE, 1989, pp. 163-164

²⁸⁶ SORIANO, 1885, pp. 679-686

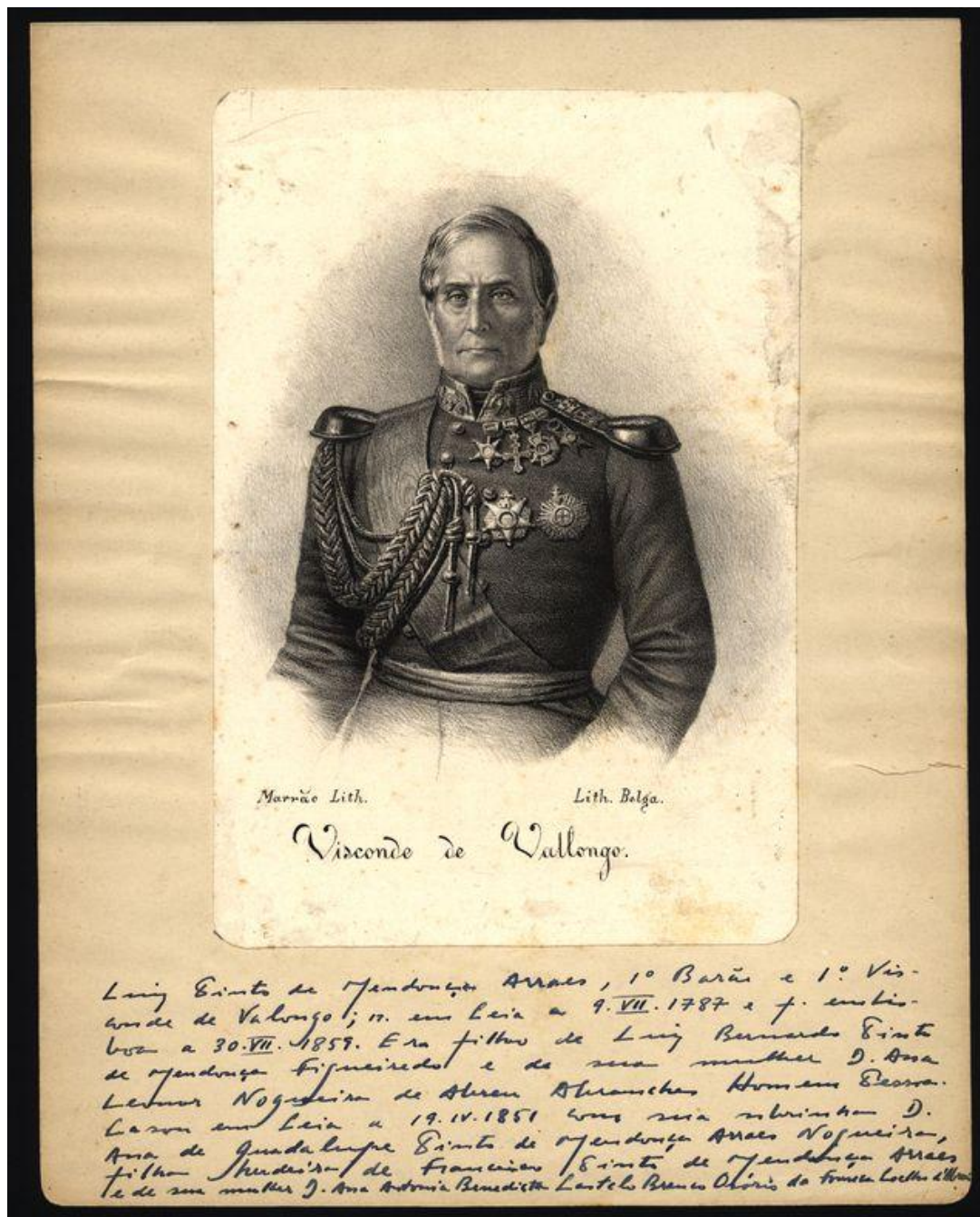


Fig. 12: Visconde de Valongo [c. 1850] | Biblioteca Nacional Digital <http://purl.pt/13369/1/> em 18.09.2012 | autor: Lucas de Almeida Marrão

Refira-se que dois dias depois da batalha de Ponte Ferreira e respeitante à mesma, na *Crónica Constitucional do Porto* foi publicado um texto político-propagandístico, entre outros assuntos de exaltação de D. Pedro e da família real e ainda de reconhecimento de alguns indivíduos, onde refere que foi «infatigável o Dr. Tavares trabalhando como Médico e como Cirurgião deo provas da maior dexteridade e boa

vontade»²⁸⁷. Este reconhecimento que abrangeu ainda outras duas pessoas, o Padre Marcos e o «*guarda-roupa de Sua Magestade*», seria objeto de reparo e mesmo de chacota no seio do exército²⁸⁸.

Após a morte do médico Tavares, foi atribuído o segundo título, por duas vidas, a José de Azevedo Pereira da Silva, depois deste se reformar em 1885. Tomou parte no levantamento liberal de 1828 no Porto, sendo obrigado, juntamente com vários



Fig. 13: Visconde de Ponte Ferreira, José Azevedo Pereira da Silva (1808-1892) | Fonte: Nobreza de Portugal e do Brasil²⁸⁹.

²⁸⁷ C.C.P. n.º 9, de 26 de julho de 1832, parte não oficial, p. 44.

²⁸⁸ HODGES, 1833, p. 53

²⁸⁹ ZÚQUETE, 1989, p. 164.

portugueses, a emigrar-se em Plymouth. Fez parte da expedição de emigrados que atingiu a ilha Terceira e posteriormente fez parte das forças expedicionárias que desembarcaram com destino ao Porto²⁹⁰. A batalha de Ponte Ferreira, travada «*nos dias 22 e 23 de julho, foi aquella em que mais se distinguiu Pereira da Silva, pelo seu valor militar, e tendo D. Pedro IV resolvido agraciar com o grau de Cavalleiro da Torre e Espada o voluntário que mais se houvesse distinguido n'aquella acção, o comandante do regimento, Mendonça Arraes, consultou os capitães de companhias, para que estas reunissem e procedessem á votação nominal do camarada que devia receber aquella distincção. Todos foram unanimes em votarem em José d'Azevedo Pereira da Silva, que n'aquella occasião se achava recolhido á cama por causa d'um resfriamento que apanhara no rio Ferreira, onde andara metido n'agua até ao peito em perseguição do inimigo com outros seus camaradas, tendo sido elle o primeiro que se aventurou a essa empreza*».

Nasceu no Porto a 17 de outubro de 1808 e viria a falecer a 19 de junho de 1892, sucedendo-lhe como 2.º visconde de Ponte Ferreira, na sua família, o seu único filho, José Emílio de Azevedo Pereira da Silva Cabral²⁹¹.

2. Valorização da glorificação: uma história encomendada

Na segunda metade do séc. XIX, numa altura em que a Regeneração havia pacificado e unificado os militares, num quadro de relançamento dos ideais do liberalismo e reforçando a ideia da reivindicação dos feitos gloriosos, no ano de 1860, a 21 de agosto, pelo Gabinete do Ministério dos Negócios da Guerra, foi emitida uma nota, no sentido de se passar uma portaria dando ordens para que os «*commandantes das divisões militares, e das armas especiaes, bem como os chefes dos diferentes estabelecimentos militares remetam para a secretaria da guerra quaesquer plantas, correspondencias, diarios de operações ou documentos que possam esclarecer os escriptores incumbidos das historias da guerra peninsular e da guerra da restauração*»²⁹², leia-se guerra contra a usurpação, que restituiu o trono à rainha D.

²⁹⁰ ZÚQUETE, 1989, pp. 163-164.

²⁹¹ SILVA, 1892, p. 147-149.

²⁹² A.H.M. - «*Synopse do processo que tem por objecto a publicação das histórias da guerra peninsular e da guerra da restauração*», in *Correspondência respeitante ao levantamento das plantas dos campos de batalha de Ponte-Ferreira, Souto Redondo, Pernes e Almoester e relativa a esclarecimento para a*

Maria II. Encontrava-se «o ministerio empenhado na publicação das historias daquelas gloriosas campanhas»²⁹³. Assim, ainda no mesmo dia 21, em nota do referido gabinete foi determinado que um oficial do Estado Maior fosse «examinar os archivos da 3.^a e 4.^a divisões, bem como a bibliotheca da cidade do Porto para colher quaesquer documentos relativos á guerra da restauração». Foi ainda determinado o levantamento das «plantas dos campos de batalha de Souto Redondo e Ponte Ferreira». O major Serpa Pinto, incumbido da tarefa, solicita a 29 de agosto «instrumentos e mais objectos para desempenho da comissão». Foram dadas ordens para que se lhe collocasse à disposição «o número suficiente de soldados», assim como fossem «abonadas cavalgadas de bagagem à razão de 600 reis diarios e ajudas de custo na razão de 60\$000 reis mensaes». Em setembro seguinte ordena-se que sejam prestados esclarecimentos e fornecidos documentos relativos à história militar ao tenente José Maria Latino Coelho, sócio da *Academia Real das Sciencias*, e ao major graduado Joaquim da Costa Cascaes. Ainda em setembro, a 19, é passada a guia de marcha ao major Serpa Pinto, que parte para Ponte Ferreira até ao dia 28 do mesmo mês. Por serem insuficientes os instrumentos colocados à disposição pelas «obras publicas do Porto», o major comunica, a 12 de outubro, «não poder continuar os trabalhos»²⁹⁴ sem que o pedido, entretanto efetuado, fosse satisfeito. Regressou a Ponte Ferreira no dia 5 de novembro, cancelando contudo quatro dias depois os trabalhos «em consequência do mau tempo que sobreveio»²⁹⁵. Posteriormente, através de ofício, a Repartição de Obras Públicas, em resposta à requisição que entretanto havia sido efetuada de «duas alidades e uma bussola», comunica haver apenas disponibilidade para uma bússola²⁹⁶. Já em 1861, de 13 de janeiro a 7 de fevereiro, o major encontra-se em Ponte Ferreira, no entanto novamente, a 31 de janeiro, insiste na necessidade dos instrumentos solicitados, sem os quais «é impossivel satisfazer a commissão de que fora encarregado»²⁹⁷. Foram ainda mais três as deslocações temporárias ao campo de batalha. A última terminou a 24 de junho, sendo que houve mais interrupções dos trabalhos, como no caso da penúltima,

redacção da história da guerra da península e para a da guerra civil, 1860-1861, ref.^a PT/AHM/DIV/3/15/12/2

²⁹³ A.H.M. – Nota do gabinete de 21.8.1861, in *idem*.

²⁹⁴ A.H.M. - «Synopsis do processo...», in *idem*.

²⁹⁵ A.H.M. – Ofício do major José Maria de Serpa Pinto, datado de 12/11/1860, para chefe da 1.^a direção do ministério de guerra, in *idem*.

²⁹⁶ A.H.M. - Ofício, datado de 30.11.1861, da repartição de obras públicas para o ministro e secretário de estado dos negócios da guerra, in *idem*.

²⁹⁷ A.H.M. - «Synopsis do processo...», in *idem*.

em que o major regressa a 19 de maio e diz: «*por causa de soffrimentos provenientes d'huma pancada que recebi no peito, os quaes não me tem permitido continuar os mesmos trabalhos. Aproveito esta occasião para lembrar que a haver urgencia das duas plantas cujo levantamento me foi confiado, será talvez conveniente mandar outro official para Souto Redondo*»²⁹⁸. Com este rocambolesco processo fica-se sem saber se efetivamente o levantamento da planta do campo de batalha de Ponte Ferreira foi ou não feito e concluído. Com a presente investigação tentou-se, junto do Arquivo Histórico Militar e da Direção de Infraestruturas do Exército, obter informação do possível paradeiro, tendo sido infrutíferos os esforços encetados. Esta planta, concluída ou não, resulta de um propósito nacional e de uma preocupação militar em fazer história, após quase trinta anos do seu *terminus*, dos feitos da guerra civil, que levou ao poder os liberais e na qual o episódio bélico de Ponte Ferreira se insere. Se a tivéssemos encontrado, teria sido de extrema importância, para este trabalho, na medida em que facilitaria a reconstituição dos factos.

Quanto aos esclarecimentos e ao fornecimento de documentos aos militares Latino Coelho e Costa Cascaes, parece que algo não correu bem. Ainda no ano de 1861, a 31 de outubro, Simão José da Luz Soriano assina contrato, através do qual se compromete a escrever a «*historia da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal...*»²⁹⁹. Havia sido convidado pelo ministro de guerra, o marquês Sá da Bandeira, que, chegando ao ministério em Dezembro de 1860, constatou «*que o seu antecessor, o official de engenheiros Belchior José Garcez, havia não só contratado com o major de artilheria, Joaquim da Costa Cascaes, a historia da guerra da peninsula, destinada a commemorar os feitos gloriosos que o exercito português n'elle praticára, mas até começado a entabolar tambem um outro contrato com o capitão graduado, José Maria Latino Coelho, para a publicação de uma nova historia do cerco do Porto. Para esta publicação chegaram mesmo haver no gabinete da secretaria de guerra um ou dois projetos de contrato escripto, que se não levaram a effeito*»³⁰⁰. No entanto, sabe-se que Latino Coelho, entre 1874-1891, publicou três volumes da *História Política e Militar de Portugal, desde Fins do Século XVIII até 1814*. Esta publicação resultaria de um concurso lançado por portaria de ordem do

²⁹⁸ A.H.M. - Ofício do major José Maria de Serpa Pinto, datado de 1/5/1861, para chefe da 1.ª direção do ministério de guerra, in *idem*.

²⁹⁹ SORIANO, 1866, p. XIII. Prefácio.

³⁰⁰ SORIANO, 1866, p. XII. prefácio.

exército de 4 de janeiro de 1866, na sequência da desistência de Joaquim da Costa Cascaes do «*contracto feito com o governo, de escrever a gloriosa historia militar de Portugal desde o anno de 1801 até 1814*»³⁰¹. José Maria Latino Coelho foi o vencedor, ficando então encarregue de historiar a referida época³⁰².

Ainda num cenário de glorificação e valorização, no já referido ano de 1860, é publicado o opúsculo *O Conde do Bomfim: Noticia dos seus principaes feitos por G.N.*. É dedicado à vida de José Lúcio Travassos Valdez, conde do Bonfim, militar também ele ao serviço da causa da libertação, agraciado com o título nobiliárquico em 1838 e que veio a falecer em 1862. «*Pouco depois da batalha de Ponte Ferreira foi o conde do Bomfim nomeado ajudante general do exercito (28 de julho de 1832) e em 6 de agosto foi promovido a brigadeiro*»³⁰³. Na nota introdutória³⁰⁴, o autor G.N.³⁰⁵ indica a sua intenção em dar à estampa o opúsculo, pois considera ser de justiça que o general, que ainda sobrevivia e que havia lutado no cerco do Porto, fosse lembrado.

No ano seguinte, o Marquês de Fronteira e d'Alorna, já acima analisado, começou a ditar as suas memórias. Naturalmente que o marquês valoriza os seus próprios feitos mas também os liberais. As suas memórias viriam a ser publicadas somente no século XX, não se sabendo se o seu propósito seria a publicação à época.

Antes, porém, no cenário de valorização e glorificação, encaixa a pintura da própria batalha de Ponte Ferreira³⁰⁶. É da autoria de Alexander Ernest Hoffman e ao que tudo indica encontra-se no Museu Militar de Lisboa, embora não tenhamos conseguido confirmar o facto. Em 1945, foi publicada na obra do general Ferreira Martins³⁰⁷ e, no ano de 1986, em *D. Pedro d'Alcântara de Bragança, 1798-1834, Imperador do Brasil, Rei de Portugal: uma vida, dois mundos, uma história*³⁰⁸, catálogo de uma exposição realizada, no Palácio de Queluz, onde se encontrou exposta, por ocasião da visita a Portugal do presidente brasileiro, Dr. José Sarney. A exposição, posteriormente, esteve

³⁰¹ B.P.M.P. - Boletim Oficial do Exército, 1866, ref.^a SL-A-76. Ordens do exército, n.º 1, 10 de janeiro de 1866, pp. 4-6.

³⁰² B.P.M.P. - Boletim Oficial do Exército, 1866, ref.^a SL-A-76. Ordens do exército, n.º 27, de 23 de julho de 1866, p. 126.

³⁰³ N., 1860, p. 31. Não esteve presente no episódio, na medida em que «*na véspera da batalha de Ponte Ferreira foi mandado pelo imperador para o quartel general do duque da Terceira para S.M.I. ser por elle informado dos movimentos do inimigo*» (p.32).

³⁰⁴ N., 1860, p. 3.

³⁰⁵ A autoria é identificada apenas por G.N.

³⁰⁶ V. fig. 1 a p. 2.

³⁰⁷ MARTINS, 1945, p. 360 (v. anexo 24).

³⁰⁸ Palácio de Queluz, 1986, p. 170.

patente ao público no Palácio Imperial do Rio de Janeiro. Alexander Ernest Hoffman, foi um oficial (tenente) estrangeiro que se encontrou ao serviço do exército liberal³⁰⁹.

3. A batalha e a reivindicação de um exército nacional

Nos séculos XVII e XVIII, de acordo com Fernando Dores Costa «a primeira nobreza ocupava muitos dos lugares cimeiros do exército – estes fazendo parte da sua herança social [...]. Os lugares intermédios da oficialidade de infantaria eram ocupados pelos criados dessa nobreza. Mas esta era sobretudo uma força cortesã». A existência de um exército permanente antes do século XIX «era entendida como um absurdo e uma ameaça à ordem social. A guerra constituía um perigo episódico a que se deveria responder pela mobilização temporária dos vassalos», pois «sustentar homens de guerra durante o tempo de paz [...] é um acto despótico». Porém, os reis «conseguem impor – sobretudo quando previstos no papel e muito menos na prática – um exército permanente». Desta forma, «a força bélica faz parte da composição do estado/estatuto dos reis ou da sua autoridade efectiva, mas a necessidade de um Estado como um exército permanente, em estado de vigilância e como um aparelho administrativo que os sustentasse estava longe de ser evidente»³¹⁰. Em Portugal, com as lutas liberais, nas quais a batalha de Ponte Ferreira se insere, com os exércitos, inglês e francês, a «influenciaram ou mesmo moldaram o português»³¹¹, as transformações sociais e políticas subsequentes, que aparentavam trazer ventos de mudança radicais, parece que não tiveram importantes consequências, na medida em que a referida «necessidade premente face a um inimigo que se encontra sempre presente apenas se difundiu na elite militar esclarecida no último quartel do século XIX como um projecto que, pelas suas consequências, impunha a nova conformação da sociedade»³¹².

Na primeira metade do século XIX, «se por um lado o exército se politiza, por outro lado a política militariza-se»³¹³. Neste período a instituição militar «pautou-se por uma dinâmica conflitual muito forte, motivada quer pelos factores políticos gerais, entre os quais a disputa pela hegemonia política, quer por causas específicas que tinham a ver com o funcionamento da própria instituição, em especial as promoções

³⁰⁹ A.H.M.- Processo individual de Alexandre Ernest Hoffman, ref.^a DIV/1/19/105/49.

³¹⁰ COSTA, 2009.

³¹¹ VALENTE, 2005, p. 6.

³¹² COSTA, 2009.

³¹³ MARQUES, 1999. P. 190

que resultavam da evolução dos próprios conflitos políticos, num círculo vicioso a que só se poderia pôr fim através da estabilização, do reforço e da coesão do estado»³¹⁴. Decorrendo daí que a «questão militar se torna, também ela, numa questão política central»³¹⁵. Passa então a haver uma grande e constante interferência dos militares superiores na vida política e obviamente que a política passa a ser um instrumento militar. Segundo Vasco Pulido Valente, «entre 24 de setembro de 1834 e 6 de junho de 1856 [final do período objeto do seu trabalho], apenas quatro civis chegaram à Presidência do Conselho [...] e, em conjunto apenas por cerca de três anos», sendo que em dois dos casos, de um total de cinco presidências, o poder era nulo³¹⁶. Para o mesmo período, Pulido Valente diz ainda que os ministros de guerra, como habitual na época, são militares, sendo que «só quatro homens exerceram o cargo durante períodos suficientemente longos ou com uma autoridade suficientemente forte: os «moderados» Terceira e Saldanha e os «radicais» Sá e Bomfim. Os restantes, aliás muito poucos, eram delegados dos verdadeiros chefes, personagens de compromisso ou soluções de expediente»³¹⁷. De facto, esta intervenção dos militares na política é constante já desde 1820, sendo o seu peso «decisivo em todas as mudanças de regime e de governo, nos trinta anos em que decorreram algumas das mais profundas transformações do século»³¹⁸. De acordo com Dores Costa ainda em «em meados do século XIX, a origem social da base soldadesca do exército continuava a ser a mais baixa plebe, aquela que se encontrava fora de quaisquer redes de protecção e que a “sociedade” via ser bem utilizada nas fileiras». Acresce que «nada existe de substancialmente diferente em relação aos séculos anteriores: a soldadesca retirava-se da “margem” da “sociedade”, traduzindo um pacto de não agressão do Estado com esta». E somente «no derradeiro quartel do século XIX, o objectivo de uma mobilização pessoal e universal para as forças bélicas ganhava o primeiro plano entre a elite dos oficiais militares»³¹⁹.

O início da mudança acontece com a chegada de Saldanha ao poder, em 1851, através de um pronunciamento militar bem sucedido, a Regeneração, surgindo uma nova fase do liberalismo. Com a «"promoção monstro" com que Saldanha, logo em Maio de 1851, brindou o exército e o unificou, os militares tornaram-se indisponíveis

³¹⁴ MARQUES, 1996, p. 19, *apud* MONTEIRO, 2004, p. 757.

³¹⁵ MONTEIRO, 2004, p. 757

³¹⁶ VALENTE, 2005, p. 57.

³¹⁷ VALENTE, 2005, pp. 57-58

³¹⁸ VALENTE, 2005, p. 5.

³¹⁹ COSTA, 2009.

para aventuras políticas»³²⁰, deixam de lutar uns contra os outros e a partir daqui são relançados os «*ideais liberais num Portugal reconciliado e apostado no progresso*»³²¹.

A valorização histórica posterior do liberalismo e das lutas liberais, onde Ponte Ferreira se insere quer pela sua inclusão nas obras encomendadas sobre a história do país, nomeadamente das referidas lutas liberais, quer pela preocupação demonstrada pela necessidade do levantamento científico, em planta, do campo de batalha (1860), parece ser um reflexo do relançamento dos ideais do liberalismo, da glorificação dos seus feitos na luta contra o absolutismo e da tentativa de fixar a memória de acontecimentos fraturantes. Mas a preocupação não se fica pela glorificação. Ainda um pouco antes, houve necessidade em «*construir as bases de um novo Exército, das quais a nova lei de recrutamento de 1855 é apenas uma das faces mais visíveis*»³²², pelo que, pensamos, a referida construção historiográfica e memorialista encomendada e a reunião de documentos probatórios das lutas liberais, parecem estar enquadrados numa preocupação crescente de formação e instrução de um exército permanente. Alguns anos mais tarde, «*a partir da década de 1870 [...] e elite reformista militar portuguesa encontra-se fascinada pela imposição do serviço militar pessoal e universal, projecto que não é apenas militar, é um projecto de nacionalização das massas populares*»³²³, pelo que há necessidade em formar, instruir, disciplinar e profissionalizar. Mas nem tudo foram facilidades, «*tal não se verifica com a abrangência e rapidez pretendidas, porque a sociedade [...] constitui, ao longo de toda a segunda metade do século XIX, o grande foco de resistência à mudança, nomeadamente pela continuada fuga ao serviço militar, pelo alheamento da problemática da Defesa Nacional, pelas críticas constantes às despesas do Ministério da Guerra*». Assim, «*o serviço militar estava longe, ainda, de ser sentido como um dever de todo o cidadão, o imposto de sangue a que todos deveriam responder por igual*»³²⁴.

³²⁰ BONIFÁCIO, 2009, p. 8.

³²¹ MONTEIRO, 2004, p. 757.

³²² MONTEIRO, 2004, p. 758.

³²³ COSTA, 2010, p. 484.

³²⁴ MONTEIRO, 2004, p. 758.

IV – Conclusão

Neste trabalho procuramos desconstruir um processo memorialista e de valorização patrimonial. Assim verificamos como, ao longo do tempo, se foi construindo a memória em torno de Ponte Ferreira, como foi aproveitada essa memória com reivindicações e benefícios associados, quer localmente quer a uma escala mais abrangente. Verificamos reivindicações imediatas e posteriores.

Procuramos ainda enquadrar o episódio que ocorre numa guerra civil num contexto de reformulação da organização militar, com tendência para a instrução dos seus elementos e a criação de exército permanente com base no recrutamento obrigatório.

Podemos constatar e afirmar que o episódio foi a primeira grande batalha a ocorrer no início do cerco do Porto e da guerra civil de 1832 a 1834.

Estudando o episódio de Ponte Ferreira verificamos que estamos perante uma história, uma memória, uma identidade, um recurso e um património: história de um acontecimento de relevo, ao nível local e global; memória construída pelas populações e pelos intervenientes no episódio e por uma sociedade liberal; identidade prestigiante nos níveis local e político-militar, imediata e posteriormente; recurso local e político-militar, imediata e posteriormente; património que interessa valorizar (uma batalha e uma ponte).

O concelho de Valongo que não pode agarrar-se somente ao pão, à ardósia e às serras, conforme vimos nasceu em 1836 das reformas liberais. Apesar de se ter verificado que houve, logo em 1837, um benefício para Valongo, com base na batalha, a elevação à categoria de vila, não nos foi possível corroborar que a criação do concelho tenha sido reivindicada com base na batalha, embora não nos pareça uma simples coincidência.

A batalha passou a ser um património recorrentemente usado em benefício de uma causa, quer fosse individual ou de um grupo mais ou menos restrito, quer fosse de uma causa política (pela qual aconteceu a batalha) de âmbito global a nível nacional, ao ponto de legitimar a tendencial organização de um exército permanente.

A construção iniciou-se com a propaganda de parte a parte, logo depois acompanhada de reivindicação dos militares em serem reconhecida e recompensada a sua participação de um modo pessoalmente gratificante, em ambos os lados da contenda. O que se apresenta são propostas de valorização dos oficiais, principalmente

dos oficiais superiores, enquanto os soldados são votados ao esquecimento. Não há referências a nomes de soldados (excetuando o soldado Manuel Pereira, representativo de todos os outros), nem mesmo os mortos ou feridos nos combates. A valorização é sempre a dos superiores, das elites. A própria atribuição de condecorações é já em si uma reivindicação e uma construção memorialista, serve obviamente para estimular e animar as fileiras, mas serve por si só como instrumento de construção da memória, na medida em que os próprios condecorados no futuro usam esta construção para valorização pessoal e até mesmo coletiva.

A justificação da representação de 1837, assim como do relatório e justificação do brasão, com base na batalha, são elementos reivindicativos ao serviço de um interesse local, circunscrito a uma camada social, com ambições elitistas, mas também são parte integrante da construção de um edifício memorialista. Outros proveitos, os quais a historiografia não deteta, poderão ter sido reivindicados e concedidos.

Embora tenha sido um acontecimento de relevo enquanto parte de um evento mais alargado, a guerra civil, para comunidades bem mais alargadas, ele é identitário e recordado amiúde, quer pelos habitantes da região, quer por entidades oficiais, com especial ênfase para as do concelho de Valongo.

Outros revisitarão os factos inscritos no processo memorialista e partem do princípio que esta é a imagem da realidade, sem se preocuparem em entender a intencionalidade da construção que lhe subjaz. Deste cruzar de iniciativas e de memórias a batalha de Ponte Ferreira tornou-se assim num recurso patrimonial.

Se com este trabalho, conseguimos obter resposta para algumas questões colocadas, outras ficam ainda em aberto, as quais poderão ser respondidas num trabalho futuro. Por exemplo, se o concelho de Valongo poderá obter mais benefícios deste património que é Ponte Ferreira, nomeadamente turístico-culturais e do ponto de vista museológico, quanto mais estimular / estudar / valorizar / ativar esta memória em torno do local e em torno da batalha.

V – Referências

1. Fontes

1.1. Arquivos

Arquivo Histórico Parlamentar:

Debates Parlamentares - Monarquia Constitucional (1821-1910). Consultado a 23.09.2012, em: <http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Paginas/default.aspx>

Arquivo Distrital do Porto:

Fundo: Provedoria da Comarca do Porto:

Livro 3º termos de Entrada de Dinheiro no Cofre dos Reditos aplicados para a Obra de Estrada do Porto até Ponte de Ferreira. 1830-07-17/1832-05-07, ref.^a PT/ADPRT/AC/PRVCPRT/AOBP/002/0094.

Livro 7º Registo dos Documentos de Despesa da Estrada do Porto até Ponte de Ferreira. 1830-10-06/1832-02-03, ref.^a: PT/ADPRT/AC/PRVCPRT/AOBP/002/0095.

Registo de Ordens Régias respeito às Obras da Igreja de Valongo, Ponte Ferreira, Santo Tirso e Vila do Conde. 1786-04-10/1830-07-28, ref.^a: PT/ADPRT/AC/PRVCPRT/AOBP/008/0096.

Cofre das Comissões das Obras da Igreja de Valongo e Estrada do Porto e Ponte Ferreira. 1825-01-11 - 1830-06-03, ref.^a PT/ADPRT/AC/PRVCPRT/AOBP/002/0091.

A.H.M. – Arquivo Histórico Militar:

Correspondência da Intendência Geral da Polícia da Corte e Reino para o visconde de Molelos e marquês de Tancos - 1832, Julho, 25 - Agosto, 1, ref.^a PT/AHM/DIV/1/20/039/20.

Correspondência respeitante ao levantamento das plantas dos campos de batalha de Ponte-Ferreira, Souto Redondo, Pernes e Almoester e relativa a esclarecimento para a

redacção da história da guerra da península e para a da guerra civil, 1860-1861, ref.^a PT/AHM/DIV/3/15/12/2.

Ofícios de vários militares da Divisão Ligeira para o Estado-Maior General, solicitando a recompensa de serem condecorados pelos seus serviços prestados na batalha de Ponte Ferreira - 1832, 10 de outubro de 1832 – 31 de janeiro de 1833, ref.^a PT/AHM/DIV/1/19/036/18.

Processo individual de Alexander Ernest Hoffman, ref.^a DIV / 1 / 19 / 105 / 49.

A.H.M.P. - Arquivo Histórico Municipal do Porto:

Atas da vereação de 13/7/1832 a 31/12/1834, ref.^a A-PUB 107

A.H.M.V. - Arquivo Histórico Municipal de Valongo:

Fundo: Câmara Municipal de Valongo³²⁵:

1.º Brasão da Vila de Valongo, 1889, ref.^a: PT/AHV/CMV/B/A/01

Arranjo Urbanístico Ponte Ferreira – Estudo Urbanístico Da Zona de Lazer na Envolvente da Ponte Ferreira – Rua Padre António Vieira, Rio Ferreira e Ponte Ferreira, 1999-2000, ref.^a: PT/AHV/CMV/M/A-A/002/5493

Construção da Ponte sobre o Rio Ferreira, Campo, 1995-2002, ref.^a: PT/AHV/CMV/M/B/001/3520

Registos da Municipalidade (correspondência expedida e recebida): 1837-1839, cota: PT/AHV/CMV/C/A/001/69

Restauro da Ponte sobre o Rio Ferreira, Campo, 1993-1997, ref.^a: PT/AHV/CMV/M/B/001/3458, cota: PT/AHV/CMV/B/A/002/1/3458.

Restauro do Património Arquitectónico – Casa da Portagem do Rio Ferreira, Campo, 2001-2006, ref.^a: PT/AHV/CMV/M/A/001/5578

³²⁵ Guia de Inventário não fechado, pelo que as referências estão sujeitas a alteração.

Fundo: Acervo fotográfico do 2.º Visconde de Oliveira do Paço (fundo não organizado)

A.N.T.T. - Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Memórias Paroquiais (1758): Freguesia de Campo, Aguiar de Sousa. Vol. 8, nº 76, p. 499 a 516, ref.^a PT/TT/MPRQ/8/76. Consultado a 10.07.2012, em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4239433>

Arquivo Pessoal:

Carta de Rematação do Campo da Pica, sito em Ponte Ferreira, freguesia de S. Martinho do Campo, 1762.

B.P.M.P. - Biblioteca Pública Municipal do Porto:

Boletim Oficial do Exército, 1866, ref.^a SL-A-76.

Calendário de 1832 - Folhinha do Simplicio Poeta, ref.^a: W³-1-32.

Cartas ao Senhor Reverendo Pe. Alvito Buela Pereira de Miranda, 26 de outubro de 1832 (editado em 1833), ref.^a RES-XIX-A-6(2).

Velho Liberal n.º 56, 1832, p. 766, ref.^a BPMP:P-A-1322.

M.M.L. - Museu Militar de Lisboa:

Fotografia do soldado Manuel Pereira exposta na exposição permanente.

1.2. Fontes Impressas

ANDRADA, Ernesto de Campos de (coord.) (1926). *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna: D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto: ditadas por ele próprio em 1861*. Coimbra: Imprensa da Universidade. Partes 1.^a e 2.^a.

ANDRADA, Ernesto de Campos de (coord.) (1928). *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna: D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto: ditadas por ele próprio em 1861*. Coimbra: Imprensa da Universidade. Partes 3.^a e 4.^a.

ANDRADA, Ernesto de Campos de (coord.) (1932). *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna: D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto: ditadas por ele próprio em 1861*. Coimbra: Imprensa da Universidade. Apêndice.

ANGLIN, João Hickling (1954). Dos Açores às Praias de Portugal. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo: Tipografia Andrade. N.º 12, pp. 1-72.

ANÓNIMO (1840). *O Cerco do Porto: Em 1832 para 1833: Por um Portuense*. Porto: Typografia de Faria & Silva

BARREIRO, José do (1922). *Monografia de Paredes*. Porto: Tipografia Mendonça.

BEÇA, Humberto (1921). *Ermezinde: Monografia: Histórico-Rural*. Porto: Companhia Portuguesa Editora.

BOLLAERT, William (1870). *The wars of succession of Portugal and Spain from 1826 to 1840*. Londres: Edward Stanford, 6 and 7, Charing Cross, S.W.

CASTRO, João Baptista de (1762). *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*. 2.^a ed. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. Tomo 1º.

COSTA, Agostinho Rebelo da (1789). *Descrição Topográfica, e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: António Alvarez Ribeiro.

Crónica Constitucional da Cidade do Porto (1834)

Crónica Constitucional do Porto (2.º sem. de 1832)

Crónica Constitucional de Lisboa (2.º sem. de 1833 e 1.º sem. de 1834)

CRUZ, Typ. de A.J.C. da (1835). *Lista Geral dos Officiaes do Exército Libertador referida ao dia 25 de julho de 1833*. Lisboa: Typ. de A.J.C. da CRUZ.

Gazeta de Lisboa (2.º sem. de 1832)

HODGES, Georg Lloyd (1833). *Narrative of the expedition to Portugal in 1832, under the orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza*. Londres: James Fraser.

KNIGHT, Thomas (1834). *The british battalion at Oport : with adventures, anedoctes and exploits in Holland at Waterloo and in the expedition to Portugal / by Corporal Knight*. Londres: Effingham Wilson

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho (1876). *Portugal Antigo e Moderno: Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biografico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia. Vol. VII.

MARTINS, Fernando; PEREIRA, Manuel (s.d.). *Campo: Valongo*. [s.l.] Lusitânia Editores.

MATTOS, Raimundo José da Cunha (1833). *Memorias da campanha do Senhor D. Pedro d'Alcantara, ex-Imperador do Brazil, no reino de Portugal: com algumas noticias anteriores ao dia do seu desembarque*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher e C.^a.

NAPIER, Charles (1836). *An account of the war in Portugal between Don Pedro and Don Miguel*. Londres: T. & W. Boone.

NAPIER, Charles (1841). *Guerra da Sucessão em Portugal*. Lisboa: Typographia Commercial.

OWEN, Hugh (1836). *A Guerra Civil em Portugal: O Sítio do Porto e a Morte de Don Pedro: Por hum Estrangeiro*. Londres: [s.n.].

OWEN, Hugh (1920). *O Cerco do Porto contado por uma Testemunha*. 2.^a ed. Porto: Renascença Portuguesa.

PARDOUX, Barão de Saint (1836). *Campanhas de Portugal em 1833 e 1834 Relação dos Principaes Acontecimentos e das Operações Militares desta Guerra*. Lisboa: Tipografia de J. P. F. Telles.

PINTO, Manuel (1983). *Bugios e Mourisqueiros*. Valongo: Associação para a Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Valongo (ADEPAVAL).

REIS, Pe. Joaquim Lopes dos (1904). *A Villa de Vallongo*. Porto: Typographia Coelho (a vapor).

SEARA, Francisco José Ribeiro (1896). *Bosquejo Histórico da Villa de Valongo*. Santo Tirso: Tipografia do Jornal de Santo Tirso.

SHAW, Charles (1837). *Personal memoirs and correspondence of Colonel Charles Shaw K. C. T. S., &c. of the portuguese service and late brigadier-general, in the British Auxiliary Legion of Spain; comprising a narrative of the War for constitutional liberty in Portugal and Spain, from its commencement in 1831 to the dissolution of the British Legion in 1837*. Londres: Henry Colburny.

SORIANO, Simão José da Luz (1846). *História do Cerco do Porto precedida de uma extensa noticia sobre as diferentes phazes politicas da monarchia desde os mais antigos tempos até ao anno de 1820, e desde este mesmo anno até ao começo do sobredito cerco*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 1.

SORIANO, Simão José da Luz (1849). *História do Cerco do Porto precedida de uma extensa noticia sobre as diferentes phazes politicas da monarchia desde os mais antigos tempos até ao anno de 1820, e desde este mesmo anno até ao começo do sobredito cerco*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 2.

SORIANO, Simão José da Luz (1860). *Revelações da Minha Vida e Memorias de Alguns Factos e Homens Meus Contemporâneos*. Lisboa: Typographia Universal.

SORIANO, Simão José da Luz (1866). *História da Guerra Civil em Portugal e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal: Compreendendo a História Diplomática, Militar e Política d'este desde 1777 até 1834*. Lisboa: Imprensa Nacional. Primeira Época Tomo I

SORIANO, Simão José da Luz (1869). *Réplica a um folheto recentemente publicado com o título de carta do general Augusto Xavier Palmeirim ao Sr. Simão José da Luz Soriano a propósito de duas paginas da sua história do Cerco do Porto impressa no anno de 1849*. Lisboa: Typographia Universal.

SORIANO, Simão José da Luz (1885). *História da Guerra Civil em Portugal e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal: Compreendendo a História Diplomática, Militar e Política d'este desde 1777 até 1834*. Lisboa: Imprensa Nacional. Terceira Época Tomo V.

SORIANO, Simão José da Luz (1889). *História do Cerco do Porto*. Porto: A. Leite Guimarães Editor. Tomo I.

SORIANO, Simão José da Luz (1890a). *História do Cerco do Porto*. Porto: A. Leite Guimarães Editor. Tomo II.

SORIANO, Simão José da Luz (1890B). *História da Guerra Civil em Portugal e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal: Compreendendo a História Diplomática, Militar e Política d'este desde 1777 até 1834*. Lisboa: Imprensa Nacional. Terceira Época Tomo VII.

SORIANO, Simão José da Luz (1891). *Revelações da Minha Vida e Memórias de Alguns Factos e Homens Meus Contemporâneos*. Porto: A. Leite Guimarães Editor.

1.3. Legislação

Carta de Lei de 27 de Setembro de 1837. Consultado a 8.02.2011, em: <http://net.fd.ul.pt/legis/1837.htm>

Decreto de 17 de abril de 1837

Decreto de 6 de Novembro de 1836 e o Mapa n.º 2 anexo. Consultado a 8.02.2011, em: <http://net.fd.ul.pt/legis/1836.htm>

Decreto de 29 de Novembro de 1836 (Reforma Administrativa)

Lei n.º 74/2003, de 26 de agosto. Consultado a 26.07.2012, em: <http://dre.pt/sug/1s/diplomas-lista.asp>

Projeto de lei n.º 34/IX, de 15/05/2002

Regulamento do PDM, Concelho de Valongo (1995). Resolução do Conselho de Ministros n.º 168/95, de 12 de Dezembro

2. Bibliografia

2.1. História Militar e do Liberalismo

BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2003). *Um aristocrata no cabralismo*. *Análise Social*, vol. XXXVII (165), pp. 1243-1257.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2009). *Uma História de Violência Política: Portugal de 1834 a 1851*. Lisboa, Tribuna da História. ISBN: 978-989-8219-14-5

CRUZ, António (1982). Pampelido: A Primeira Batalha do Cerco do Porto. *Separata do Boletim do Arquivo Distrital do Porto*. Porto: Arquivo Distrital do Porto. Vol. 1.

COSTA, Fernando Dorez (2009). *O fundamento da autoridade: as políticas de identidade e a inscrição social da ameaça exterior*. Comunicação apresentada ao XXIX.º Colóquio da APHES, Porto.

COSTA, Fernando Dorez Costa (2010). *Insubmissão: Aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*. 1.^a ed. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Imprensa de Ciências Siciais. ISBN 978-972-671-262-6

G.N. (1860). *Conde do Bomfim: Notícia dos seus principaes feitos*. Lisboa: [s.n.].

MARQUES, Fernando Pereira (1999). *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX*. 1.^a ed. Lisboa: Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional. ISBN 972-762-152-X

MARQUES, Fernando Pereira (1996). Intervencionismo militar e modernização em Portugal no século XIX. *Fuerzas Armadas y poder politico en el siglo XX de Portugal y Espana*. Mérida: Universidad Nacional de Educación a Distancia, Centro Regional de Extremadura.

MARTINS, General Ferreira (1945). *História do Exército Português*. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada.

MONTEIRO, Isilda Braga da Costa (2004). O Exército e a Sociedade, na Segunda Metade do Século XIX - Reflexões para um Estudo. *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, p. 755-760.

NOGUEIRA, José Manuel Freire (2004). *As Guerras Liberais: Uma Reflexão Estratégica sobre a História de Portugal*. Lisboa: Edições Cosmos e Instituto da Defesa Nacional. ISBN 972-762-251-8.

REIS, A. do Carmo (s/d). O Porto do Liberalismo: a Idade Heroica: 1832-1834. *Boletim n.º 20, 3.ª série da Associação Cultural Amigos do Porto*, p. 31-37.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) (2004). *Nova História Militar de Portugal*. 1.ª ed. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-3189-5. Vol. 3.

VALENTE, Vasco Pulido (2005). *Os Militares e a Política (1820-1856)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. ISBN 972-27-0854-6.

VENTURA, António (2008). *Guerras e Campanhas Militares: As Guerras Liberais: 1820 - 1834*. Matosinhos: Quidnovi. ISBN 978-989-628-000-0.

2.2. Metodologia

DIAS, Maria Olívia (1999). *Métodos e Técnicas de Estudo e Elaboração de Trabalhos Científicos*. Coimbra: Livraria Minerva. ISBN 972-8318-68-5.

GIL, Alberto Carlos (2002). *Como Elaborar Projectos de Pesquisa*. 4.ª ed. São Paulo: Atlas. ISBN 85-224-3169-8.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos (1998). *Metodologia da Investigação, Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos*. Porto: Livraria Civilização Editora. ISBN 972-26-1559-9

2.3. Bibliografia geral

AZEVEDO, Maria José Coelho (1999). *A Igreja Matriz de Valongo: Arquitectura (1794-1836)* (Vol. 1). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2002). *O Século XIX Português*. Lisboa: Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. ISBN: 972-671-079-0

CANTO, E. [Ernesto] do (1888). *Ensaio Bibliográfico: Catalogo das Obras Nacionais e Estrangeiras, Relativas aos Successos Políticos de Portugal nos annos de 1828 a 1834*. Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel: Typ. do Archivo dos Açores.

CATROGA, Fernando (2001). O Culto Cívico de D. Pedro IV e a Construção da Memória Liberal. *D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal: do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do Congresso Internacional*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Universidade do Porto, pp. 209-232. ISBN 972-787-051-1.

CRUZ, Miguel Alexandre Dantas da (2008). Portugal Perante o Sistema Internacional dos Finais do Século XVIII – 1792-1807. Dissertação de Mestrado, ISCTE-Instituto Superior de Ciências Sociais do Trabalho e da Empresa, Academia Militar.

DIAS, Manuel Augusto (2011). O Centenário da República: Humberto Beça e Dr. António da Costa e Almeida. *Voz de Ermesinde*, edição de 30.01.2011. Consultado a 20.09.2012, em:
<http://www.avozdeermesinde.com/noticia.asp?idEdicao=206&id=6827&idSeccao=2143&Action=noticia>

FREIRE, João (2011). *Elementos de Cultura Militar: Glossário de termos linguísticos e estudo introdutório sobre organização e simbólica castrense*. Lisboa: Colibri. ISBN 978-989-689-111-4.

GENETTE, G. (1996). *Discursos de Narrativa*. Maria Alzira Seixo (orient.) Fernando C. Martins (trad.). Lisboa: Vega Universidade.

GONÇALVES, Flávio (1959). Os Painéis do Purgatório e as Origens das Alminhas Populares. *Boletim da Biblioteca Pública de Matosinhos*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos. N. 6, pp. 71-107.

LIMA, Maria Adelaide Gonçalves de Almeida (2000). *A padeira de Valongo - Entre o Mito e a Realidade: Caracterização sócio-profissional de S. Mamede de Valongo na segunda metade do século XVIII*. Dissertação de Mestrado, FLUP.

MEDINA, João (1994). *História de Portugal Contemporâneo: Político e Institucional*. Lisboa: Universidade Aberta. ISBN 972-674-129-2.

Palácio de Queluz (1986). *D. Pedro d'Alcântara de Bragança, 1798-1834, imperador do Brasil, rei de Portugal: uma vida, dois mundos, uma história*. Lisboa: Secretária de Estado.

PEREIRA, Conceição Meireles (2008). A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro no Confronto Absolutismo/Liberalismo. A Destruição dos Armazéns de Gaia em 1833. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Edições Afrontamento. ISSN 0873-1861-16. N.º 16/2008, pp. 151-162.

RAMOS, Paulo Jorge Pontes (2011), *Simão José da Luz Soriano De Liberal Inflamado a Homem Conformado*. Dissertação de Mestrado, FLUP.

SARAIVA, José Hermano (coord) (2004). *História de Portugal: Dicionário de Personalidades*. Matosinhos: Quidnovi. ISBN 989-554-123-6. Vol. 18.

SILVA, Ivo Rafael Gomes da (2010). *Contributos da Tradução para a Historiografia Portuguesa: Reflexões pré e para-tradutivas em torno da “Narrativa da Expedição a Portugal em 1832*. Dissertação de Mestrado, ISCAP.

SILVA, Alberto Caetano da (1892). *Occidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro*. Lisboa: Empresa do Occidente.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (1997). *Território e Poder: Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal*. Cascais: Patrimónia Histórica. ISBN 972-744-021-5.

TOSTES, Vera Lúcia Bottrel (2001). Corre cão, que te fazem barão... Observações sobre a outorga de títulos no Brasil. 1822-1831. *D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do absolutismo ao liberalismo. Actas do Congresso Internacional*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos Portugueses e Universidade do Porto, pp. 701-708.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. 2.^a ed. Lisboa: Editorial Enciclopédia. Vol. III.

VI - Anexos

Anexo 1. Cartaz de promoção da peça de teatro em 2009

Anexo 2. Cartaz de promoção da peça de teatro em 2009

Anexo 3. Cartaz de promoção da peça de teatro em 2009

Anexo 4. Cartaz de promoção da peça de teatro em 2010

Anexo 5. Cartaz de promoção da peça de teatro em 2010

Anexo 6. Excerto do Projeto de Lei n.º 34/IX, elevação da vila de Gandra, no concelho de Paredes, à categoria de cidade

Anexo 7. Informação sobre a batalha de Ponte Ferreira de Manoel António Nogueira da Rocha, professor de Gandra.

Anexo 8. Esboço, do local de batalha, de Manoel António Nogueira da Rocha, professor de Gandra.

Anexo 9. Cruciforme

Anexo 10. Extrato da Planta do PDM do concelho de Valongo

Anexo 11. Extrato da Planta do PDM do concelho de Paredes (Plano de Urbanização de Gandra)

Anexo 12. Extrato da planta de zonamento do Plano de Urbanização de Gandra

Anexo 13. Extrato da planta dos concelhos de Gondomar e Valongo, de 1978

Anexo 14. Mapa de Portugal, 1762

Anexo 15. Transcrição da *Provisão de D. Maria I decretando os impostos pedidos pelos moradores de Valongo*

Anexo 16. Transcrição do *Aviso régio decretando os impostos sobre o pão e trigo aos moradores de Valongo*

Anexo 17. Freguesias do concelho de Valongo à data da sua criação 1836/1837

Anexo 18. Estudo urbanístico da zona de lazer envolvente da Ponte Ferreira

Anexo 19. Transcrição da representação/carta da Câmara Municipal de Valongo dirigida à rainha D. Maria II

Anexo 20. Decreto de 17 de Abril de 1837

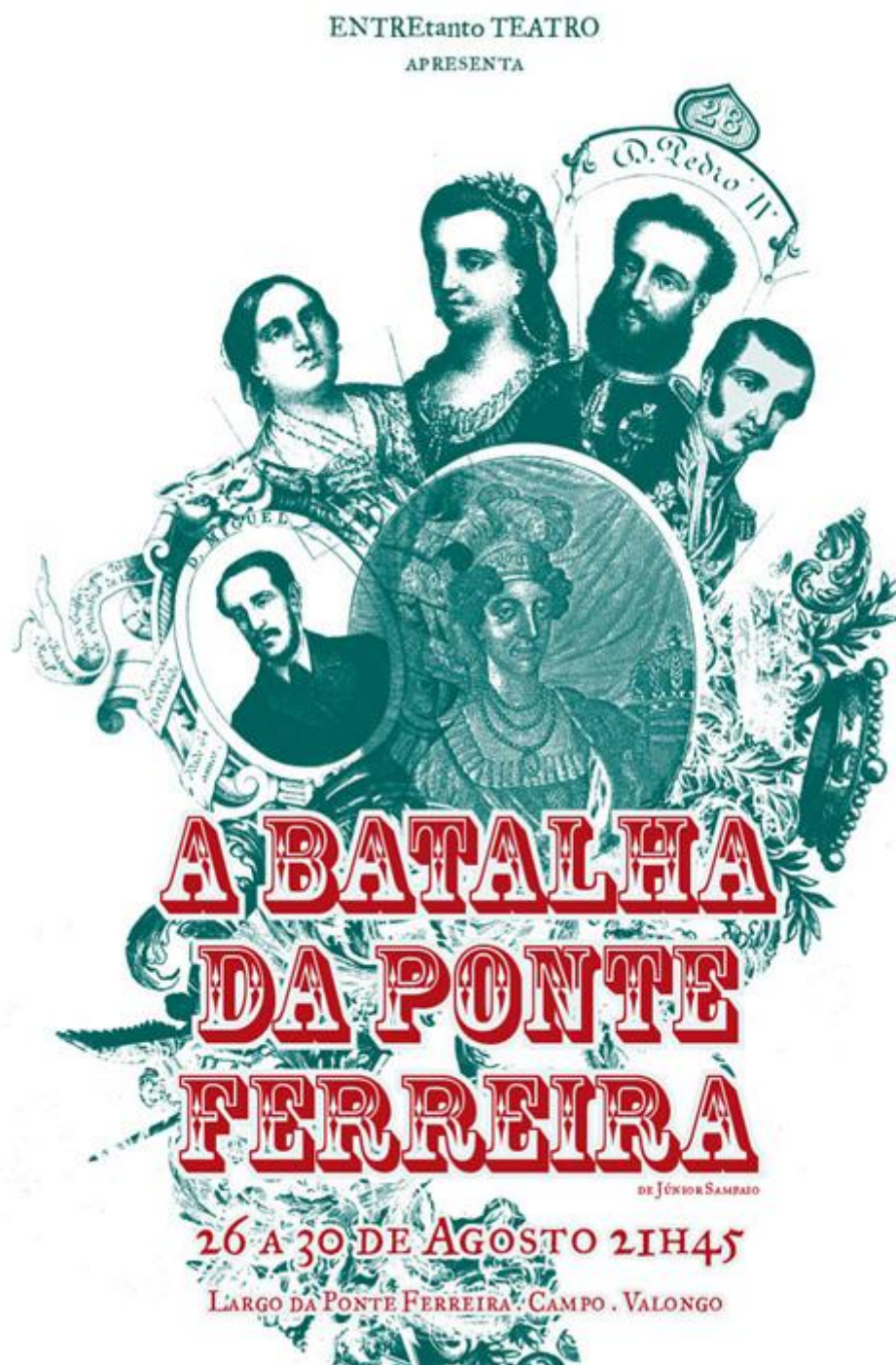
Anexo 21. *Cópia do relatório e descrição do Brazão d'armas do município de Vallongo*

Anexo 22. Transcrição da *cópia do relatório e descrição do Brazão d'armas do município de Vallongo*

Anexo 23. Proclamação

Anexo 24. Pintura da batalha publicada em 1945

Anexo 1. Cartaz de promoção da peça de teatro em 2009



Anexo 2. Cartaz de promoção da peça de teatro em 2009

D. Maria I
Maria Francisca Isabel Joaquina
Atores: Gabriela Rita Jones

D. Maria II
Maria do Ilhama Joana Carlota Leopoldina
da Cruz Francisca Xavier de Paula Isidoro
Mariana Gabriela Rafaela Geringe

D. João VI
João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís
Antônio Domingues Rafael de Paiva

D. Miguel I
Miguel Maria do Patrocinio João Carlos
Francisco de Jesus Xavier de Paula Pedro de
Alcântara Antônio Rafael Gabriel Joaquim José
Gonçalo Francisco de Paiva e Brilhante

D. Miguel II
Miguel Maria do Patrocinio João Carlos
Francisco de Jesus Xavier de Paula Pedro de
Alcântara Antônio Rafael Gabriel Joaquim José
Gonçalo Francisco de Paiva e Brilhante

D. Pedro IV
Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos
Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonçalo
Francisco Cipriano Brilhante de Paiva e Brilhante

D. Carlota Joaquina
Carlota Joaquina Teresa Cristina
de Bourbon e Brilhante

**"SE QUEREMOS PROGREDIR, NÃO DEVEMOS REPETIR A HISTÓRIA,
MAS FAZER UMA HISTÓRIA NOVA."**
Mahatma Gandhi


**Era uma vez um rio,
Por cima do rio uma ponte,
Por cima da ponte uma batalha...**


Tudo começou com Deus...
Deus criou o mundo, a terra, os mares, os rios...
E criou também a Ponte Ferreira.
D. Miguel criou os absolutistas.
D. Pedro criou os liberais.
D. Carlota Joaquina criou D. Pedro e D. Miguel.
D. João VI também criou D. Pedro e D. Miguel.
E Deus criou os quatro, e também criou a Maria
e depois a outra Maria, a Primeira e a Segunda.

Era uma vez uma Rainha...

"A Batalha de Ponte Ferreira" é a recriação in loco do acontecimento histórico.
Um espetáculo criado em parceria com os agentes culturais e sociais do Concelho de Valongo que envolve
cerca de 60 participantes, entre actores profissionais, actores amadores do Concelho, músicos e alunos que
frequentaram os Cursos de Formação, orientados pelo ENTRETENHO TEATRO.


Anexo 3. Cartaz de promoção da peça de teatro em 2009





Era uma vez um rio,
Por cima do rio uma ponte,
Por cima da ponte uma batalha...

"SE QUEREMOS PROGREDIR,
NÃO DEVEMOS REPETIR A HISTÓRIA,
MAS FAZER UMA HISTÓRIA NOVA."
Mahatma Gandhi



Tudo começou com Deus...
Deus criou o mundo, a terra, os mares, os rios...
E criou também a Ponte Ferreira.
D. Miguel criou os absolutistas.
D. Pedro criou os liberais.
D. Carlota Joaquina criou D. Pedro e D. Miguel.
D. João VI também criou D. Pedro e D. Miguel.
E Deus criou os quatro, e também criou a Maria
e depois a outra Maria, a Primeira e a Segunda.
Era uma vez uma Rainha...

TEXTO, ENCENAÇÃO E ESPAÇO CÉNICO Júnior Sampaio || Música Júnior Sampaio e MonoLab
FIGURINOS José Rosa || CENÁRIO E ADEREÇOS Victor Sotto-Mayor || DIRECÇÃO TÉCNICA E DESENHO Luz Wilma
Moutinho || DIRECÇÃO DE MONTAGEM Helder Simões || PRODUÇÃO EXECUTIVA Amélia Carrapito e Sofia Leal
DESIGN GRÁFICO Ricardo Moura [ricardomoura.org] || FOTOGRAFIA Sara Verde [saraverde.com]
PARTICIPAÇÃO E INTERPRETAÇÃO mais de 60 participantes entre actores profissionais, membros dos Grupos de
Teatro Amador do Concelho de Valongo e alunos das Formações orientadas pelo ENTRETANTO TEATRO.

BILHETES
Aquisição Prévia
1 euros ENTRETANTO AMIGO
3,5 euros Público em Geral
Adquiridos no Local do Espectáculo
3 euros ENTRETANTO AMIGO
5 euros Público em Geral


BILHETEIRA E INFORMAÇÕES
ENTRETANTO TEATRO
Centro Cultural de Campo
Travessa de S. Domingos
Campo — Valongo
00351 224211565 / 00351 964751300
geral@entretantoteatro.pt
www.entretantoteatro.pt
blog.entretantoteatro.pt

AGRADECIMENTOS
A.F.T. Texteis, Lda, Associação
Desportiva e Cultural dos Canários
de Balseilhas, Associação Promoção
Social Calvário, Associação Social e
Cultural de Sobrado, Clube Hípico
A. Brandão, Grupo de Teatro dos
Alunos de Campo, Grupo Dramático
e Recreativo da Retorta, Teatro
Art'Imagem, Trigo Limpo Teatro-
ACERT.

ESPECTÁCULO PARA TODAS AS IDADES.
DURAÇÃO 50 MIN.


APOIO

Município de Valongo

ESTRUTURA FINANCIADA

Município de Calheta

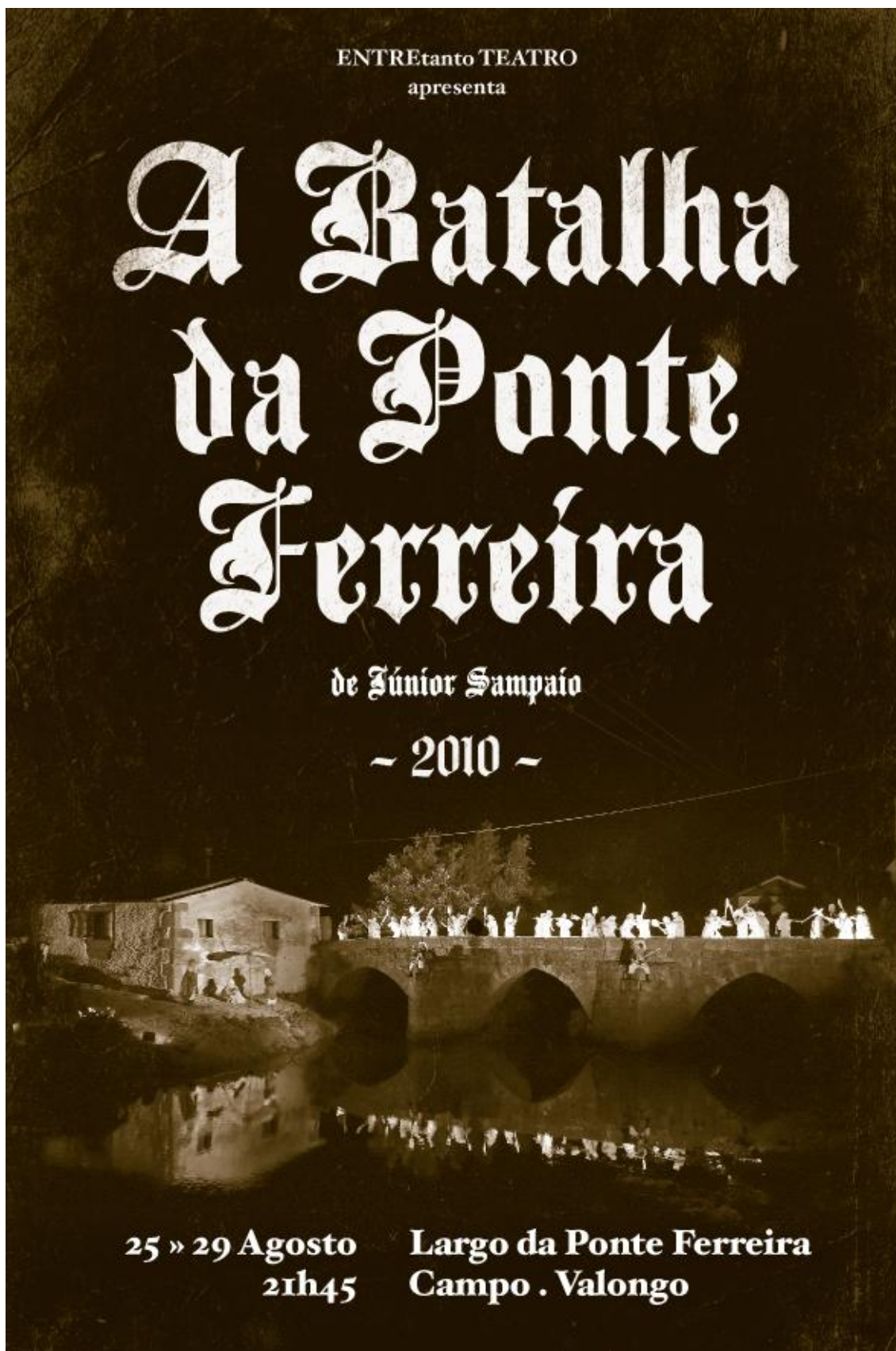
dgARTES
Associação para o Desenvolvimento das Artes

PATROCÍNIO

PLAY

TINA
Cabeleireiros

CONTINENTE

Anexo 4. Cartaz de promoção da peça de teatro em 2010



Anexo 5. Cartaz de promoção da peça de teatro em 2010

The poster is for a theatrical production titled 'A Batalha da Ponte Ferreira'. It features a dark, textured background with white text. At the top left, the title is written in a large, stylized, gothic-like font. To the right of the title, there is a quote in a smaller, elegant script font, attributed to Mahatma Gandhi. Below the title, the credits are listed in a clean, sans-serif font. The credits include the text, direction, and set design by Júnior Sampaio; music by Júnior Sampaio and MonoLab; costumes by José Rosa; set and props by Víctor Sotto-Mayor; lighting design by Wilma Moutinho; and the cast, consisting of professional actors and members of local amateur theater groups. The bottom half of the poster is divided into two columns: 'INFORMAÇÕES' (Information) on the left and 'BILHETES' (Tickets) on the right. The 'INFORMAÇÕES' column provides contact details for ENTREtanto TEATRO, including a phone number, email, and website, as well as the location and duration of the performance. The 'BILHETES' column lists ticket prices for advance and on-site purchases, the performance schedule (from Tuesday to Saturday), and the location (Largo Ponte Ferreira). At the bottom of the poster, there are logos for the organizing institution (ENTREtanto TEATRO VALONGO) and several sponsors, including Estrutura financiada (MJC and dgARTES), Apoio (Município de Valongo), and Patrocínio (TINA Cabelos e mais and another logo).

A Batalha da Ponte Ferreira

« Se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova.»
Mahatma Gandhi

Texto, Encenação e Espaço Cénico: **Júnior Sampaio**
Música: **Júnior Sampaio e MonoLab**
Figurinos: **José Rosa**
Espaço Cénico e Adereços: **Víctor Sotto-Mayor**
Desenho de Luz: **Wilma Moutinho**
Participação e Interpretação: actores profissionais,
membros dos Grupos de Teatro Amador do Concelho
de Valongo e alunos das Formações orientadas pelo
ENTREtanto TEATRO

INFORMAÇÕES

ENTREtanto TEATRO
Centro Cultural de Campo
Travessa de S. Domingos
Campo – Valongo

+351 224211565
+351 964751300

geral@entretantoteatro.pt
www.entretantoteatro.pt
blog.entretantoteatro.pt

Espectáculo para todas
as idades. Duração 50 min

BILHETES

Aquisição Prévia
2 EUROS ENTREtanto Amigo
3,5 EUROS Público em Geral

Adquiridos no Local do Espectáculo
3 EUROS ENTREtanto Amigo
5 EUROS Público em Geral

Segunda a Sexta
Centro Cultural de Campo
[09h00-12h30 | 14h00-17h30]

Dias de espectáculo
Largo Ponte Ferreira
[20h00-21h45]

As reservas não levantadas
até às 21h15 perdem validade

Estrutura financiada Apoio Patrocínio

Anexo 6. Excerto do Projeto de Lei n.º 34/IX, elevação da vila de Gandra, no concelho de Paredes, à categoria de cidade³²⁶

«PROJECTO DE LEI N.º 34/IX
ELEVAÇÃO DA VILA DE GANDRA, NO CONCELHO DE PAREDES, À
CATEGORIA DE CIDADE

I – Razões históricas

[...] Gandra viveu o momento alto da sua história, que a elevou à escala nacional, aquando das ferozes lutas entre liberais e absolutistas, nos anos 30 do século XIX.

Tornada conhecida como Batalha de Ponte Ferreira, desenvolveu-se entre Gandra e São Martinho do Campo.

Segundo Pinho Leal *in Portugal Antigo e Moderno*, relata assim os acontecimentos: «No dia 22 de Julho de 1832, o General Conde de Vila Flor (depois Duque da Terceira), à frente de 5000 homens do exército liberal, ataca os realistas em Ponte Ferreira. A investida foi rude e a resistência obstinada. Depois de um dia de combate, e de muitos mortos e feridos de parte a parte, os liberais tiveram de retirar as suas posições. (...).

No dia seguinte, pelas 10 horas da manhã, Vila-Flor ataca novamente os realistas pelo sítio da Gandra em Ponte Ferreira. A acção foi ainda mais encarniçada do que a da véspera, e durou 10h (até às 8 da tarde), senão fazerem aos contrários muitos mortos e feridos».

Uma guerra civil que destruiu parte do tecido económico do País. Durou cinco anos e teve várias fases. De 1828 a 1832, os liberais contaram apenas com a Ilha Terceira como ponto de apoio, alargado mais tarde às outras ilhas açoreanas. Aí foi constituída uma Regência, a de D. Pedro, e aí se legislou abundantemente. Em Julho de 1832, desembarcou, com uma expedição de 7500 homens, próximo do Porto, no Mindelo, conquistando a cidade.

Deu-se nesta fase da guerra a referida Batalha de Ponte Ferreira. Até 1834, o País iria sofrer os estragos, a todos os níveis, ficando à mercê dos credores externos. Ingleses, franceses e vários outros tomaram o seu quinhão da riqueza pátria e impuseram ao País um controle maior do que nunca. Auxílio estrangeiro e interferência directa nos assuntos internos do País iriam caracterizar a conturbada história do constitucionalismo monárquico até à década de 1840.

A história de Gandra é importante, tal como os monumentos que foram edificados ao longo dos séculos pelos nossos antepassados. [...]

Assembleia da República, 15 de Maio de 2002. [...]

³²⁶ A.H.P. – Consultado a 26/07/2012, em:
<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=19043>

Anexo 7. Informação sobre a batalha de Ponte Ferreira de Manoel António Nogueira da Rocha, professor de Gandra³²⁷.

«Já vi a noticia dela em datas diversas.

Quanto ao local anda isso muito errado.

O rio Ferreira atravessa a freguesia de Sobrado e a de S. Martinho do Campo (ambas de Valongo). Pouco abaixo da entrada dele na freguesia de Campo ha uma ponte chamada

ponte Ferreira, na estrada velha, e junto dessa ponte há o lugar *Ponte Ferreira*, na freguesia de Campo, concelho de Valongo, margem direita do rio, que naquele sitio corre do poente ao nascente. Na margem esquerda ha ainda o lugar de Alem do Rio, ainda de Campo, e logo o de Vilarinho de Baixo, desta freguesia de, Gandra, concelho de Parêdes, a leste do de Alem do Rio. No extremo nascente deste lugar de Vilarinho de Baixo e pouco a poente da igreja paroquial e ao norte da Granja e de Currêlo, ha um monte com os sitios de Boa Vista, Marnotes e Salgueirô. Aqui é que foi a batalha de Ponte Ferreira. De modo que devia chamar-se Batalha de Gandra, porque Ponte Ferreira é um lugar bem acanhado, doutra freguesia (de Campo) e na margem direita do rio Ferreira, e a batalha deu-se em Gandra num monte amplo e á esquerda do rio (que na ponte corre para nascente) e a mais de 1.500 metros da ponte que atravessa o rio na estrada velha. Desde a ponte ao local da batalha são cerca de 1.500 metros para nordeste.

Segue-se um ligeiro esboço.

Agora um episodio, que, para a gente daqui, é engraçado.

Eu estou, aqui ha 46 anos e 4 meses. Conheci muito bem o herói da história que vou contar; chamava-se Joaquim Domingues e era já velhote quando eu vim para cá. Era um bocadito amigo do alheio. Aqui estão vivas e sãs duas netas dele de cerca de 40 anos cada uma.

Na tarde da batalha foi ele com outros ao saque, isto é despojar os soldados mortos dos seus haveres. Encontrou um belo cavalo sem cavaleiro. Entendeu que era um bom despojo, montou nele e tomou o caminho de casa (logar da Granja). Quando vinha a meio do caminho, todo contente, tocou a reunir a trombeta do corpo a que o cavalo pertencia, o cavalo tomou o freio nos dentes e aí vae ele á-desfilada direito a Ponte Ferreira, com o Joaquim Domingues em cima do lombo.

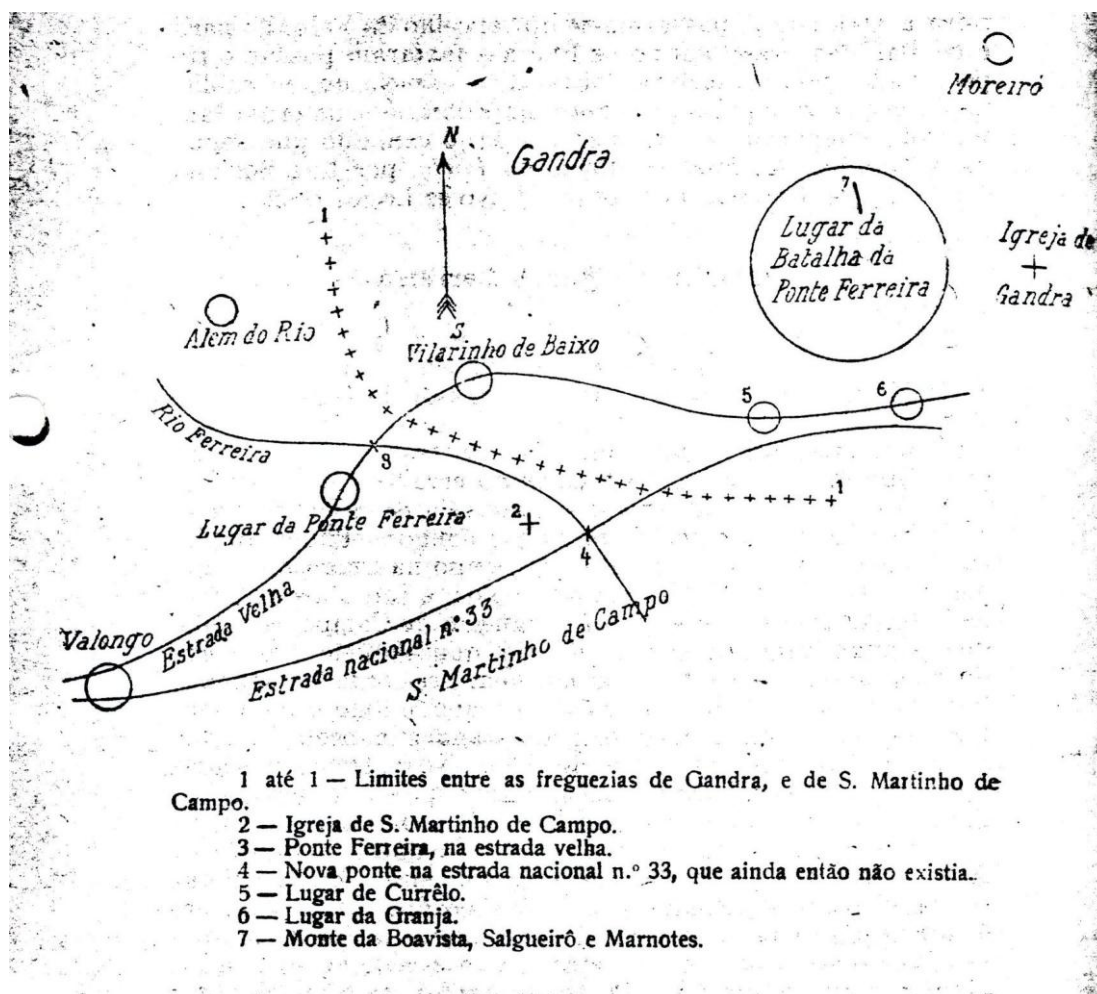
Foi fortuna daquele desgraçado haver um grôssio ramo de carvalho em ele bateu com a cabeça, caindo. Isto livrou-o de ser varado pelas baionetas, como lhe sucederia se aparecesse, montado no cavalo. Foi dali para a cama entre a morte e a vida. A muito custo escapou, mas ficou todo o resto da vida a abanar com a cabeça, a dar um pouco aos hombros e a piscar os olhos. Ficou-lhe por isso o nome de - Abana cabeça - e por abreviatura - O Abana. Ainda hoje as netas são conhecidas pelas - Abanas - e diz-se: - Á porta do Abana ou das Abanas - O campo, a casa do Abana ou das Abanas: - etc.

Gandra, 26 de março de 1919.

Manoel António Nogueira da Rocha»

³²⁷ BARREIRO, 1922, p. 395-397.

Anexo 8. Esboço, do local de batalha, de Manoel António Nogueira da Rocha, professor de Gandra³²⁸.



³²⁸ BARREIRO, 1922, p. 396

Anexo 9. Cruciforme



Anexo 10. Extrato da Planta do PDM do concelho de Valongo



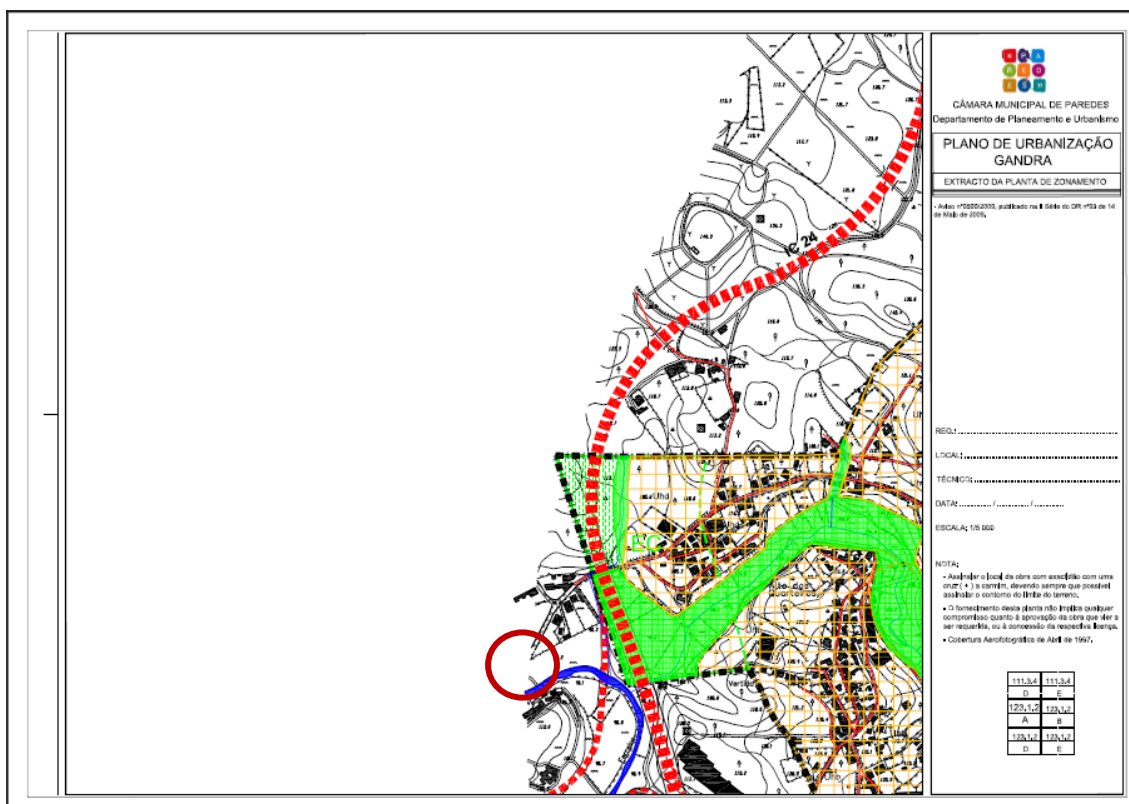
Extrato da Planta do PDM do concelho de Valongo. Os pontos a negro delimitam os concelhos de Valongo (esquerda) e Paredes (direita). O círculo vermelho indica a ponte, sobre a qual se encontra uma marca indicativa de património edificado, e junto uma mancha a cinza indicando o espaço de proteção. | Fonte: CMV.

Anexo 11. Extrato da Planta do PDM do concelho de Paredes (Plano de Urbanização de Gandra)



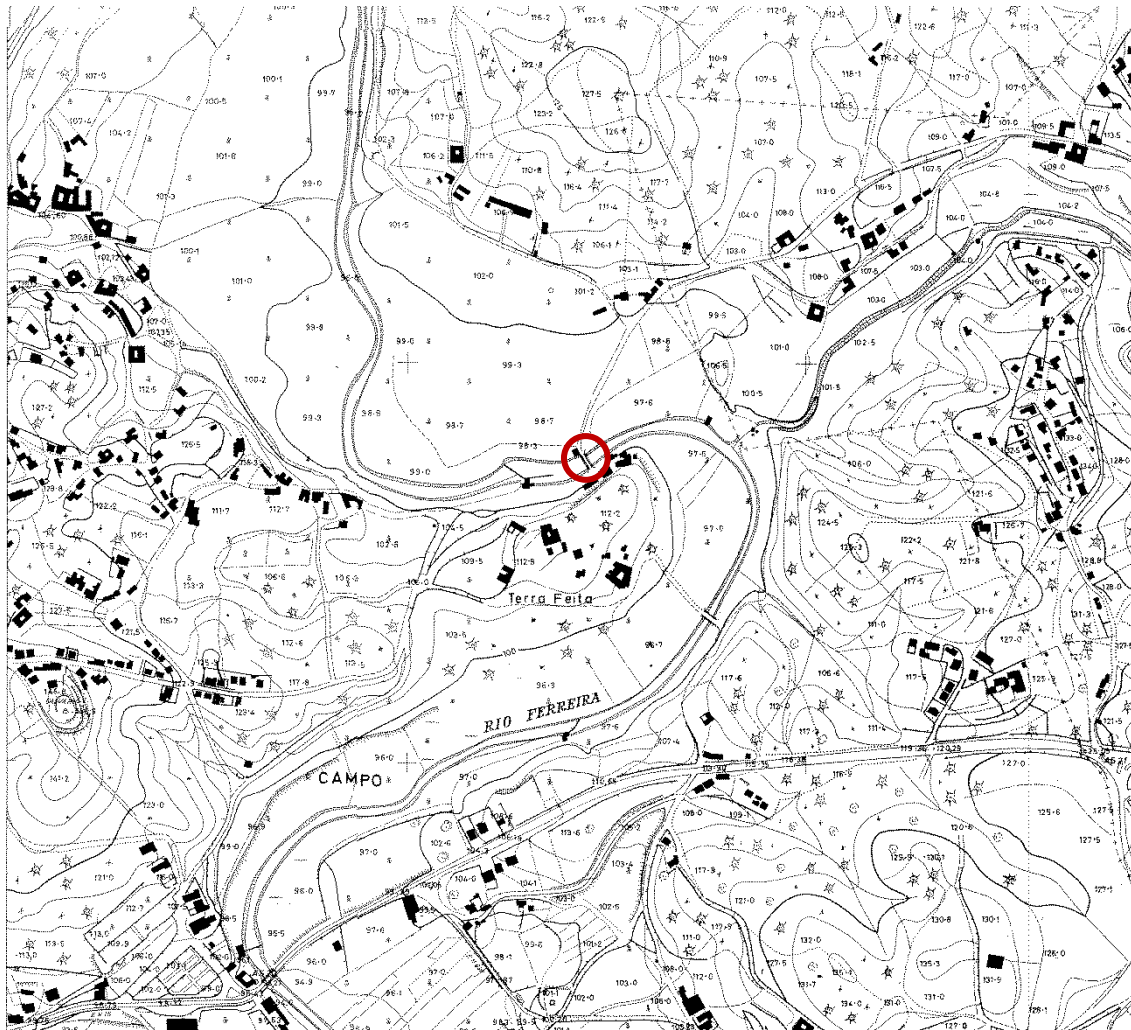
Extrato da Planta do PDM do concelho de Paredes (Plano de Urbanização de Gandra). Os traços contínuos a cinza delimitam os concelhos de Valongo (esquerda) e Paredes (direita) | Fonte: CMP

Anexo 12. Extrato da planta de zonamento do Plano de Urbanização de Gandra



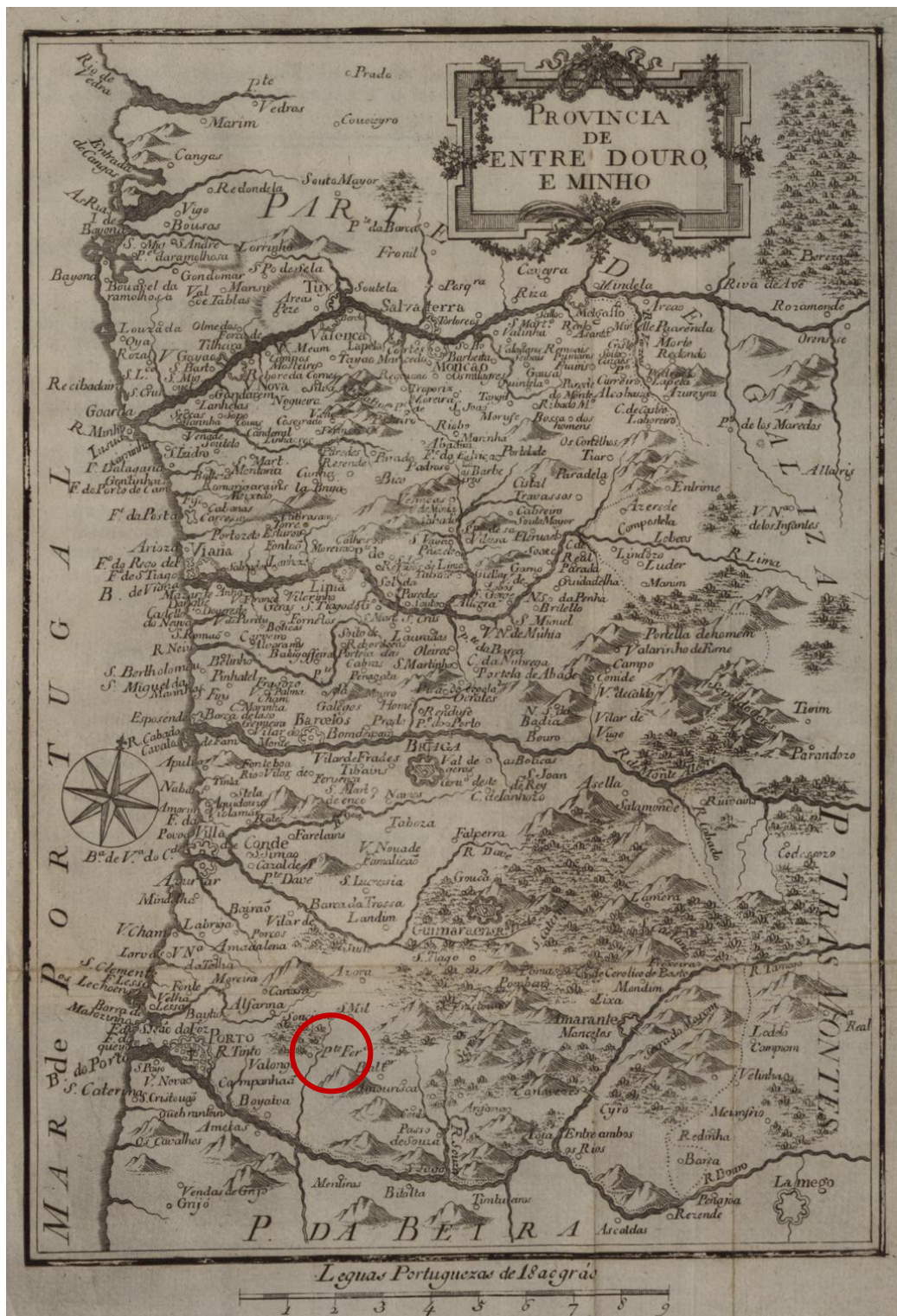
Extrato da planta de zonamento do Plano de Urbanização de Gandra. O tracejado descontinuo a negro delimita os concelhos de Valongo (esquerda) e Paredes (direita) |
Fonte: CMP

Anexo 13. Extrato da planta dos concelhos de Gondomar e Valongo, de 1978



Extrato da planta dos concelhos de Gondomar e Valongo, de 1978. O traçado descontinuo a negro delimita os concelhos de Valongo (esquerda) e Paredes (direita) |
Fonte: CMV

Anexo 14. Mapa de Portugal, 1762³²⁹



³²⁹ CASTRO, 1762, pp. 44-45.

Anexo 15. Transcrição da *Provisão de D. Maria I decretando os impostos pedidos pelos moradores de Valongo*, 1786.Abril.10 - Lisboa³³⁰

«Dona Maria por Graça de Déos. Rainha de Portugal e dos Algarves d'Aquem e d'Alem Mar em Africa Senhora da Guine. Saúde. Faço saber a vos Corregedor e Provedor da Comarca da cidade do Porto, que os Moradores do Lugar de Vallongo do termo dessa cidade Me representarão por sua Petição, que a Igreja da sua Freguezia alem de ser muito pequena, e se não poderem acomodar dentro delia os Parrochianos, ouvindo Missa muito Povo de fora delia sem atenção devida a tão Alto Sacramento, também se achava em deplorável estado, arruinada, e antiga; não só nas paredes, madeiras, Tribuna, e sepulturas; mas geralmente não tinha couza nenhuma em termos de se fazer nella os Officios Divinos; e fazendo os Suplicantes Cabbido, assentarão uniformemente fazer se hum Templo novo com capacidade para nelle caberem todos os Freguezes nas funções do Sanctuario; porem como se achava o dito Povo alcançado e muito pobre, pelo que não podião concorrer com a despeza entre si, e só por meio da Imposição de hum rial em cada quartilho de vinho, e de azeite, e em cada arrátel de carne pelo espaço conveniente a tão pia e necessária obra: Me pedião lhe fizesse Mercê mandar passar Provizão para a dita Imposição: E visto seu Requerimento, e o que constou da vossa Informação, ouvindo os officiaes da Camará, Nobreza, e Povo, que não tiveram duvida, como também a não teve o Procurador da minha Real Coroa a quem se deu vista; e sendo indubitável a grande necessidade, que ha de se fazer a nova Igreja, e ser sem questão pertencer a Madre Abbadeça, e mais Religiozas do Mosteiro de São Bento da Ave Maria dessa cidade do Porto a factura da Capella maior da dita Igreja de Vallongo, de que erão Padroeiras, e precebião os avultados dizimos, para o que sendo ouvidas impugnarão a Suplica, e constar pela vistoria, e mais diligencias a que se procedeo a precizão da nova Igreja, que sendo esta obra posta a lanhos fora o menor de dezeseis contos de reis, como consta do termo que se vos remete por copia com os apontamentos e planta, e risco a que se procedeo: E tendo a tudo concideração: Hei por bem conceder aos Suplicantes a Imposição de hum rial em cada quartilho de vinho, e azeite, e em cada arrátel de carne, que se vender na dita Freguezia por tempo de dez annos, sendo paga a obra da dita Igreja pela mesma Imposição sem poder estender se do destrito da Freguezia; e fareis pôr novamente a lanhos a obra da Igreja separada da Capella mór, tanto pelo que pertence ao officio de pedreiro, como de carpinteiro, e o fareis arrematar pelo menor, e mais seguro lanço: E fareis notificar as Religiozas Padroeiras para a obra da Capella mór correspondente á obra da Igreja alias correspondente ao corpo da Igreja com a pena de sequestro nos mesmos Dizimos, que precebem, no cazo de repugnarem a factura da mesma obra indubitavelmente da sua obrigação: E a mesma Imposição fareis rematar annoalmente pelo maior, e mais seguro lanço, sendo húa, e outra obra arrematada por esse Juizo, e tudo feito debaixo da Inspecção delle para acautelar qualquer descaminho, e segurança, e perfeição da mesma obra: Esta Provizão se cumpri (lv.) se cumprija muito inteiramente como nella se contem, e que seu efeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da ordem Livro 2.º, folha 40 em contrario, e se registara donde necessário for para a todo o tempo constar, que eu assim o houve por bem. E pagarão de novos direitos 540 reis, que se carregarão ao Thezoureiro délies a folha 176 do Livro primeiro da sua receita, e se registou o conhecimento em forma no Livro 42 do Registo Geral a folha 168. A Rainha Nossa Senhora o mandou pelos Ministros abaixo assignados do seu conselho, e seus Dezembargadores do Paço, Andre Antonio de Almeida a fes em Lisboa a 10 de Abril de 1786. Desta 800 reis, e de assignar o mesmo. = Francisco Jozé da Costa de Soto Maior a fes escrever = Jozé Rualdo Pereira de Castro = Jozé Alberto Leitão = Joze Rualdo Pereira de Castro = Pagarão 540 reis, e aos Officiaes 928 reis. Lisboa 11 de Abril de 1786 = Dom Sebastião Maldonado = Por despacho do Dezembargador do Paço de 2 de Março de 1786 = Registada na Chancellaria Mor da Corte e Reino no Livro de Officios e Mercezes a folhas 4 verso. Lisboa 11 de Abril de 1786. = Antonio Joaquim Serrão».

³³⁰ A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº96 (original). Usamos a transcrição de Maria José Coelho Azevedo (1999, p. 152).

Anexo 16. Transcrição do *Aviso régio decretando os impostos sobre o pão e trigo aos moradores de Valongo*, 1796.Outubro.30 - Lisboa³³¹

«Sendo presente a Sua Magestade a Informação que Vossa Senhoria deu sobre a Representação do Juiz, Procurador, Elleitos, e Moradores de Vallongo a respeito da edificação da sua Igreja Matriz para a qual pertendem onerar-se não só com a Imposição sobre o azeite, vinho, e carne que já se lhe havia concedido; mas sobre o pão que levão para o consumo da cidade do Porto, e suas vezinhanças, e também para com a mesma Imposição se reedificar a Ponte da Carvalha, e se reparar a Estrada Real que vai do Porto até Ponte Ferreira, que por Avizo de 3 de Outubro de 1794, se mandou proceder a exame sobre a planta que se acha aprovada, a ver se podia com menor despeza, e sem opressão dos Moradores construir com decência; assim como o outro exame dos cinco reis impostos, como pertendem sobre cada alqueire de trigo ouvida a Camará da dita cidade: He a mesma sentença servida que vista a muita precisão, e beneficio publico que rezultava das obras mencionadas, ser conveniente a dita Imposição fazendo-se logo nella a declaração de que metade da mesma Imposição seja annoalmente empregada na reedificação e reparo da Ponte e Estradas referidas, e que dure até as ditas obras se acabarem, applicando-se para ellas toda a Imposição no cazo de se acabar a obra da Igreja antes de concluidas as outras; e do mesmo modo applicando-se para a Igreja toda a Imposição no cazo de se acabarem primeiro as ditas obras, e extinguindo-se a Imposição logo que ellas se concluírem, julgando que deste modo seria muito maior a utilidade que tirarão os Moradores da dita cidade sobre quem principalmente recahia a mesma imposição do que o incomodo e pezo delia que se fazia insencível, vista a sua natureza, e o cómodo do melhoramento daquella Estrada que (2f.) que era das mais frequentes. O que participo a Vossa Senhoria para que na sobredita forma proceda na referida Imposição, e se continue na mencionada obra da Igreja, e reedificações. Deos guarde a Vossa Senhoria. Palácio de Queluz em 30 de Outubro de 1796 = Jozè de Seabra da Silva = Senhor Francisco de Almada e Mendonça = Vai conforme = o escrivão Crespim Caetano da Costa».

³³¹ A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº96 (original). Usamos a transcrição de Maria José Coelho Azevedo (1999, p. 153).

Anexo 17. Freguesias do concelho de Valongo à data da sua criação 1836/1837

Concelho de Valongo à data da sua criação 1836/1837 ^{a)} (Decreto de 6/11/1836, publicado a 29/11/1836, que procede provisoriamente a uma alteração administrativa territorial do país. O primeiro Código Administrativo, referendado a 31/12/1837 e publicado a 7/01/1837, torna definitiva a referida alteração e criação do concelho)	
Freguesias	Concelhos de origem
Alfena	Maia
Campo	Baltar ^{b)}
Ermesinde	Maia
Gandra ^{c)}	Baltar
Sobrado	Baltar
Valongo	Maia

a) Há uma referência ao concelho de Valongo, a 14/4/1835, nos Debates Parlamentares³³²: «A Comarca da Cidade do Porto, ou antes o grande Concelho da Cidade do Porto, compunha-se de alguns Concelhos; a saber: Maia, Aguiar de Souza, Valongo, Villa Nova de Gaia, S. João da Foz etc. Todos estes Concelhos, reunidos com ella, tinham um cofre para as suas despesas; porém segundo o Artigo 41 do Titulo 2.º da Lei de 16 de Maio de 1832, que tracta da organização Administrativa, ficaram separados e muito particularmente o ficaram pela Lei das eleições; e daqui resultou, que sendo-lhes dadas Camaras, elles por seu motu proprio se desligaram das prestações, que pagavam para aquellas despesas; e eis aqui a Cidade do Porto, a segunda do Reino, e uma das principaes da Europa, que se quizer de noute ter luz, é obrigada a novas despesas, com que não póde. — De mais, Sr. Presidente, estes Concelhos prestavam á Cidade do Porto os sobreditos soccorros, porque isso lhes era muito conveniente; isto é = seus Povos que vinham á Cidade gosavam as commodidades da luz de noute sem os incommodos, que tinham anteriormente».

No entanto, ainda a 26/6/1834, de acordo com o mapa publicado, no n.º 129 da *Crónica Constitucional da Cidade do Porto* (p. 465), respeitante ao Decreto de 3/6/1834, a freguesia de Valongo encontra-se integrada no concelho da Maia.

b) O concelho de Baltar existiu entre 1834 e 1836/1837, pelo que as três freguesias que lhe pertenceram anteriormente integravam o concelho de Aguiar de Sousa³³³ (ao concelho de Aguiar de Sousa sucedeu o de Paredes). No entanto, de acordo com o mapa, referido em ^{a)}, a 26/6/1834, o concelho de Baltar (Honra) ainda não possui quaisquer outras freguesias. No mesmo mapa, as freguesias de Sobrado, Gandra e S. Martinho do Campo ainda se encontram, no concelho de Aguiar de Sousa, pelo que a passagem terá sido posterior.

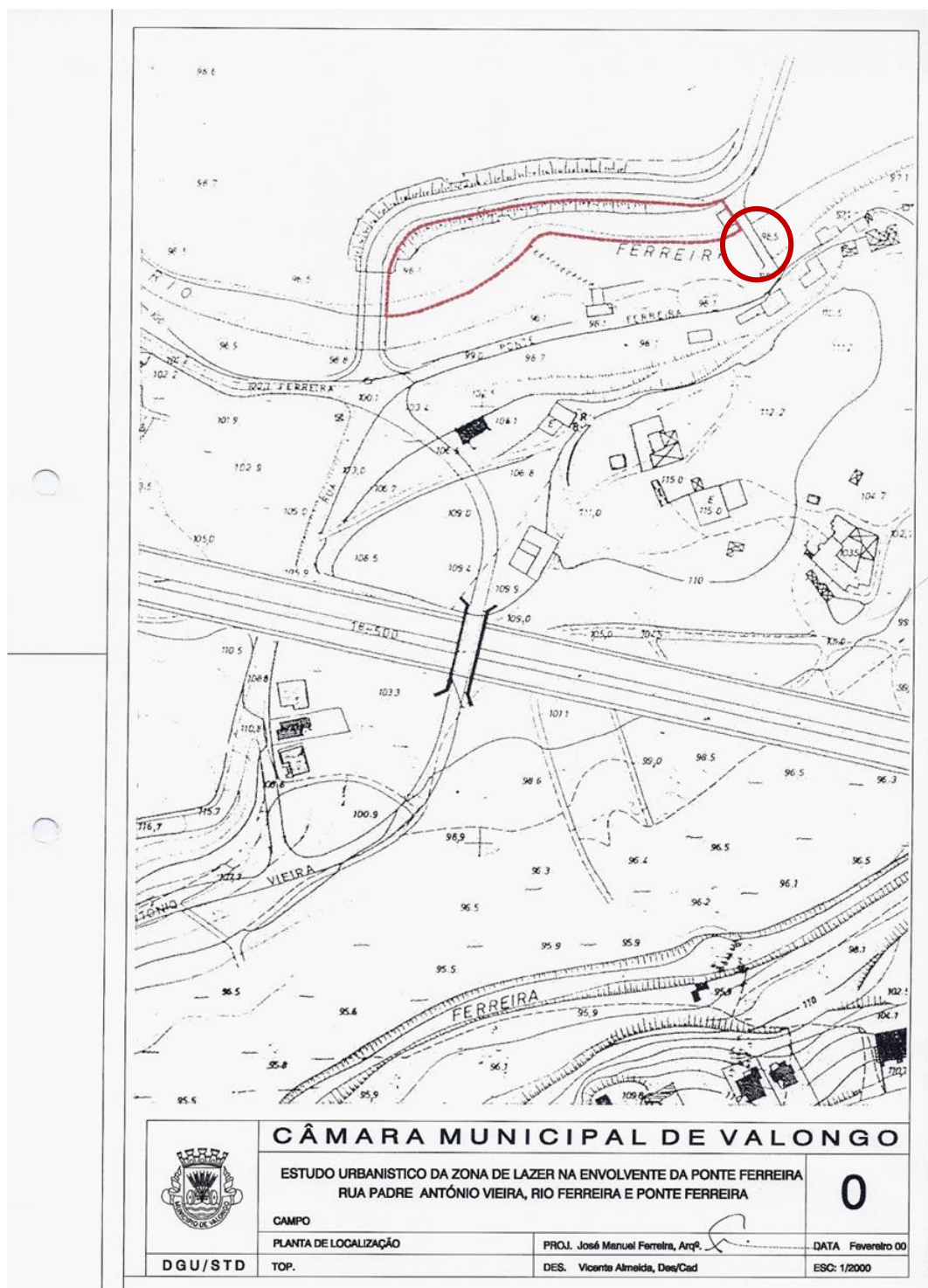
c) A freguesia de Gandra, por Carta de Lei de 27 de Setembro de 1837, passa a integrar o concelho de Paredes deixando de pertencer a Valongo.

³³² A.H.P. – Consultado a 26/7/2012, em :

<http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Paginas/default.a>

³³³ BARREIRO, 1922, p. 255.

Anexo 18. Estudo urbanístico da zona de lazer envolvente da Ponte Ferreira



Estudo urbanístico da zona de lazer envolvente da Ponte Ferreira - Planta de localização. A vermelho encontram-se indicadas a zona de lazer e a ponte | Fonte: A.H.V., ref.^a: PT/AHV/CMV/M/A/002/5493

Anexo 19. Transcrição da representação da Câmara Municipal de Valongo dirigida à rainha D. Maria II

«Felicitação dirigida a Sua Magestade Fedelissima a Rainha a Senhora Donna Maria Segunda pella Municipalidade deste Concelho de Vallongo.

Senhora

A Camara Municipal do Novo Concelho de Vallongo attendendo ao beneficio que resulta ás freguezias de que o mesmo hé composto pela proximidade, em que se achão, logo na sua primeira sessão determinou que o primeiro de seus actos devia ser o levar aos pés de Vossa Magestade os seus aggradecimentos por tão alto beneficio. A Camara Real Senhora dezejara ter expressoens com que pudesse de hum modo mais élequente patentiar seus verdadeiros e sinceros sentimentos; e se não pode conseguir o que dezeja, ao menos espera que Vossa Magestade não duvidará da sinceridade das intençoens da mesma que se esmerará em cooperar quanto couber em seus esforços para o bem geral da Nação Portugueza. Por esta mesma occazião a Camara Roga a Vossa Magestade a Graça de crear Villa o dito Lugar de Vallongo que hé a Cabeça do novo Concelho em attenção, a que d'alí foi que Vosso Augusto Pai o Senhor Dom Pedro de Glorioza Memoria dirigiu o memoravel ataque de Ponte Ferreira sendo esta Graça hum novo motivo de dizejar a Vossa Magestade e ao Vosso Augusto Esposo o Senhor Dom Fernando a mais prolongada Vida acompanhada das felicidades, que forem capazes de encher Vossos Dezejos. Digne-se portanto Vossa Magestade acceitar os protestos de Respeito e Submissão da Camara do Novo Concelho de Vallongo. Vallongo tres de Março de mil oitocentos e trinta e septe. Joze Dias da Silva, Prezidente = Joze Jorge Coelho Fiscal = José Marques do Valle = Manoel da Silva Martins = Joaquim da Fonseca Dias =

Está Conforme = Manoel Alves d'Araújo

Escrivão»

Anexo 20. Decreto de 17 de Abril de 1837

DIARIO DO GOVERNO N.º 92.

20 DE ABRIL.

MINISTERIO DO REINO.

1837.
Abril
17.

HAVENDO-ME Supplicado a Camara Municipal do novo Concelho de Valongo a Graça de ser aquelle Logar elevado á cathegoria de Villa; e Attendendo á sua População, a estar já constituido Cabeça de Concelho, bem como á gloriosa recordação que o seu nome offerece, por ser daquelle ponto que Sua Magestade Imperial, Meu Augusto Pai, de Saudosa Memoria, dirigiu a Batalha de Ponte Ferreira, uma das muitas que vencêra para Restituir-Me o Throno, e Libertar a Nação: Hei por bem, Deferindo á Supplica da mencionada Camara, Ordenar que o dito Concelho seja elevado á cathegoria de Villa com a mesma designação que actualmente tem.

O Secretario d'Estado dos Negocios do Reino assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio das Necessidades, em dezeseite de Abril de mil oitocentos trinta e sete. = RAINHA. = *Manoel da Silva Passos.*

Anexo 21. Cópia do relatório e descrição do Brazão d'armas do município de Vallongo³³⁴

Cópia do relatório e descrição do Brazão
d'armas do município de Vallongo.

Vallongo, cernunha-se a paragem anti-
quíssima, já conhecida dos romanos que aqui
exploravam materiais preciosos, munida te-
re brazão d'armas, e mesmo só pela nova
divisão administrativa de 5 de novembro de
1836, foi elevada a categoria de Concelho.

Aqui posto, junto à ponte de Ferreira, em
23 de julho de 1832, ficou-se uma batalha
importante, onde famoso período em que
um punhado de bravos conseguiram im-
plantar no país o regime Constitucional,
levando a mão ao caminho da nação liberal.

O Vallongo moderno pode dizer-se que se
marca sob a influência da liberdade, a quem de-
ve a categoria de Concelho e a im-
portância que d'ahi resulta.

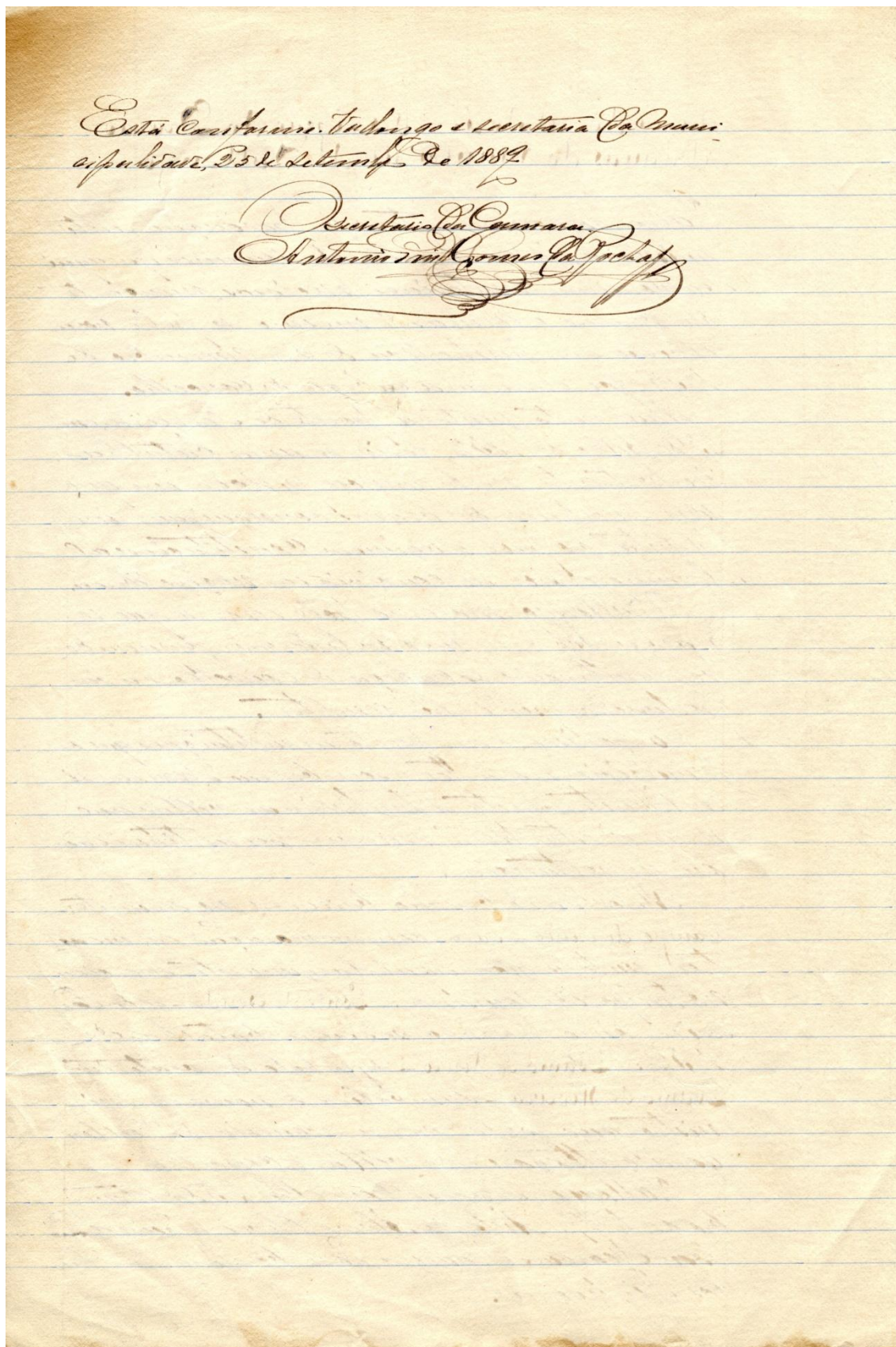
É preciso, e em proveito às instituições, que o
Município deseje ter o seu brazão d'armas, si-
multaneamente a tantíssimas villas que
nem a esta taxa vencem por antiguidade
ou importância.

Recolha o brazão surgiu-se no seguinte:
campo de escudo - ouro; commemoração da indus-
tria metalurgica aqui largamente exercida
no tempo dos romanos: - Ponte de escudo - a de Fer-
reira, onde proprio se deu a batalha de
1832: - Ramo de louro - symbolo da victoria;
Ramo de oliveira - symbolica o nome do mi-
nistro que fez elevar a freguesia de Vallon-
go a categoria de villa e concelho.

Vallongo Passa a Concelho 25 de Setem-
bro de 1839. António Alves Oliveira juiz de
Paz e Marquez Albuquerque Carlos Joaquim Cu-
lar Figueira.

Está

³³⁴ A.H.M.V. - 1.º Brasão da Vila de Valongo – ref.ª: PT/AHV/CMV/B/A/01.



Anexo 22. Transcrição da *copia do relatório e descrição do Brazão d'armas do município de Vallongo*

«Copia do relatório e descrição do Brazão d'armas do município de Vallongo

Vallongo, comquanto seja povôação antiquissima, já conhecida dos romanos que aqui exploraram materiaes preciosos, nunca teve brazão d'armas, e mesmo, só pela nova divisão administrativa de 5 novembro de 1836, foi elevada a cabeça de concelho.

Aqui perto, junto á ponte de Ferreira, em 23 de julho de 1832, feriu-se numa batalha importante, n'este famoso periodo em que um punhado de bravos conseguiram implementar no paíz um regímem constitucional, levando o paíz ao convívio das nações liberaes.

O Vallongo moderno pôde dizer-se que se nasceu sob a influxo da liberdade, a quem deve a cathegoria de cabeça de concelho e a importancia que d'ahi resulta. É por isso, e em preito ás instituições, que o município deseja ter o seu brazão d'armas, similhantemente a tantissimas villas que nem a esta terra vencem por antiguidade ou importancia.

A escolha do brazão baseia-se no seguinte:

- Campo do escudo – ouro, commemoração da industria metalúrgica aqui largamente exercida no tempo dos romanos
- Ponte do escudo - a de Ferreira, onde proximo se deu a batalha de 1832
- Ramo de louro - symbolo da victoria
- Ramo de Oliveira - symbolisa o nome do ministro que fez elevar a freguesia de Vallongo á cathegoria de villa e concelho.

Vallongo e Paços do Concelho, 25 de Setembro de 1889.

António Alves d' Oliveira Zina P. [presidente]

João Marques Nogueira Pombo

Joaquim Carlos Figueira

Está conforme. Vallongo e secretaria da municipalidade, 25 de Dezembro de 1889

O secretario da Camara

Antonio Gomes da Rocha»

Anexo 23. Proclamação³³⁵

— § —

PROCLAMAÇÃO.

PORTUENSES : duas Divisões do Exército dos Rebeldes , em força de muito mais de dez mil , ousáraõ avisinhar-se desta Cidade e passar o Douro , para nos ameaçar pelo lado de Vallongo: immediatamente que recebi esta noticia , marchei á testa do bravo e mui leal Exercito Libertador , que tenho a gloria de Commandar em Chefe , e depois de uma Batalha que durou sete horas , tive o inexplicavel prazer de alcançar uma completa victoria , desalojando o inimigo de suas fortissimas posições , e derrotando suas illudidas tropas , que aterradas se retiráraõ em debandada: livrando deste modo o paiz que vos rodeia dos horrores que perpetravaõ os sectarios da usurpação. Tranquillisai-vos, pois, Habitantes do Porto, uni-vos ao Exercito Libertador , tomai parte comigo na salvação da Patria , e em breve vereis anniquilado o Governo usurpador , que já vos massacrrou , e que ainda hoje , por desgracia de Portugal , continúa , naquella parte em que domina , a commetter toda a sorte de atrocidades. Eu estou entre vós , nada recieis. — **D. PEDRO, DUQUE DE BRAGANÇA.**

³³⁵ C.C.P., n.º 9, de 26 de julho de 1832, parte oficial, p. 42.

Anexo 24. Pintura da batalha publicada em 1945.



BATALHA DA PONTE FERREIRA
Quadro de Hoffman, oficial ao serviço do Exército Português

(Do Museu Militar)

(Cliché V. Rodrigues)

Cliché de V. Rodrigues da Batalha de Ponte Ferreira, da autoria de Alexander Ernest Hoffman | Fonte: *História do Exército Português*³³⁶.

³³⁶ MARTINS, 1945, p. 360.